

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**TRABALHO, MEMÓRIAS E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA
VILA MARZAGÃO (SABARÁ, MG)**

Rodrigo Pletikoszits de Ávila

Belo Horizonte
Março de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rodrigo Pletikoszits de Ávila

**TRABALHO, MEMÓRIAS E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA
VILA MARZAGÃO (SABARÁ, MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucília de Almeida Neves Delgado

Belo Horizonte
Março de 2008

AGRADECIMENTOS

Como este trabalho surgiu de uma idéia que se manifestou coletivamente ainda na graduação, este não se encerra nos projetos de uma única pessoa. Sendo assim, agradeço aos meus pais que atuaram como atentos observadores da execução deste trabalho. À minha orientadora, Prof. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado, pela atenção, paciência e confiança dispensadas, além da liberdade concedida às minhas escolhas.

Aos amigos e companheiros do mestrado especialmente à Corina, Mônica, Reinaldo e Carlos André, que me proporcionaram momentos de estímulo, reflexão e descontração indispensáveis ao longo da jornada. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas. À Fabíola, por todo o estímulo, carinho e força dispensados.

Aos amigos geógrafos Claudinei, Daniel e Wallison que estiveram presentes em debates diversos desde a concepção inicial do trabalho. À querida Lane pela torcida e incentivo em tempos difíceis.

À Capes pelo financiamento das mensalidades, sem o qual este trabalho seria inviável. À gentileza e disponibilidade dos entrevistados que em seus depoimentos doaram informações imprescindíveis para a discussão teórica. À Diretoria de Proteção e Memória, e a Gerência de Patrimônio Material do IEPHA-MG pela disponibilização do acervo referente ao processo do tombamento pesquisado.

E finalmente, a todos aqueles que, mesmo que não citados nominalmente, direta ou indiretamente incentivaram e acreditaram na concretização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho apresenta o estudo de caso do processo de tombamento da Vila Operária de Marzagão, localizada no Município de Sabará em Minas Gerais. Tendo em vista a amplitude do objeto analisado, o estudo apresenta em sua estrutura três capítulos com eixos temáticos aparentemente distintos, que se relacionam ao longo das discussões propostas. No primeiro capítulo são abordadas as relações de trabalho, o cotidiano e a trajetória histórica deste lugar. No segundo capítulo propõe-se discutir a construção e a apropriação das memórias dos atores sociais e as múltiplas possibilidades para se abordar esse tema. No terceiro capítulo pretende-se avaliar o posicionamento das práticas de preservação e sua relação com as memórias, através da análise das transformações ocorridas no conceito e nas políticas públicas sobre patrimônio cultural ocorridas atualmente. Uma recente e possível culturalização do conceito de patrimônio permite uma ampliação e a criação de novas categorias como a do patrimônio industrial. As narrativas históricas, os elementos eleitos como patrimônio ao longo das práticas preservacionistas e os privilégios de determinados atores sociais na construção das memórias suscitam debates e conflitos entre o que, como e para quem se preserva.

Palavras Chave: Patrimônio Cultural, Trabalho, Memórias, Vila Operária, Marzagão.

ABSTRACT

This paperwork herein leads toward a case study concerning the process of tombment of Vila Operária de Marzagão located in Sabará District, state of Minas Gerais. On the view of the dimension attempted, this study is structured throughout three chapters based on apparently distinct themes, but related each other. First section deals with the labor relationships, the daily life and its historic panel. In then second one, is proposed a discussion of both social actors construction and their memories appropriation along with multiple possibilities of dealing with this theme hereby. The third chapter turns out into a framing of evaluating the preservation practices and their relations to the memories likewise thru an analysis of the historical concept changes and the public politics over cultural heritage nowadays. It's possible to see that a culturalization of heritage concept makes possible to enlarge and create other categories as for industrial patrimony. The historical accounts and the elements chosen as heritage along with the preservations practices and also the privileges of such social actors by memories collecting rise up sharp debates and conflicts between to what, how and to whom one preserves.

Key-words – cultural heritage, labor, memories, Vila Operária, Marzagão

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	8
2 - A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA FORMAÇÃO SOCIAL DE MARZAGÃO	18
2.1 – A construção de uma vila operária	24
2.2 - O período de transição da administração e o apogeu da Vila Operária	34
2.3 - O declínio da atividade fabril e a desestruturação da vila operária	48
3 - A CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS DE MARZAGÃO	53
3.1 – História, Memórias e Narrativas na Vila Operária de Marzagão	58
3.2 – A História oral como suporte da memória em Marzagão	60
3.3 – Lembranças e depoimentos de Marzagão	63
4 – A CONSTRUÇÃO DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM MARZAGÃO	
4.1 – O processo de transformação das políticas públicas de preservação patrimonial –	81
4.2 – O tombamento como instrumento de preservação	93
4.3 – O caso do processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da vila operária, fábrica de tecidos de Marzagão e da vila Elisa – distrito Carvalho de Brito – Sabará.	95
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
6 – PESQUISA DOCUMENTAL	118
7 – DEPOIMENTOS ORAIS	119
8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Gerente da fábrica na década de 1940 -----	27
IMAGEM 2 – Estação ferroviária Carvalho de Brito -----	31
IMAGEM 3 – Vista parcial da fábrica e da vila operária em 1925 -----	36
IMAGEM 4 – Sr. Manoel Tomás Carvalho de Brito -----	36
IMAGEM 5 – Vista do setor de teares em meados da década de 1920 -----	38
IMAGEM 6 – Croqui de Marzagão -----	41
IMAGEM 7 – Croqui da vila operária da fábrica de gabirola em Itabira -----	42
IMAGEM 8 – Casamento de Dona Ermelinda em 1957-----	66
IMAGEM 9 – Casamento de Dona Ermelinda em 1957-----	67
IMAGEM 10 – Alunos da escola primária da fábrica de Marzagão na década de 1940--	67
IMAGEM 11 – Banda de Música Santa Cecília em 21/02/1943 -----	68
IMAGEM 12 – Cinema de tábua na década de 1940 -----	69
IMAGEM 13 – Grêmio Atlético Clube em 1972 -----	73
IMAGEM 14 – Campo de Futebol de Marzagão sem referência de data -----	73
IMAGEM 15 – A Turma do Zito, em meados da década de 1950 -----	74
IMAGEM 16 – Turma de escoteiros coordenada pelo Sargento Venerando -----	74
IMAGEM 17 – Vista panorâmica de Marzagão e seu entorno -----	97
IMAGEM 18 – Vista Panorâmica de Marzagão -----	102

LISTA DE SIGLAS

ACAMM – Associação comunitária dos Amigos e Moradores de Marzagão

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação a ciência e a cultura

INTRODUÇÃO

O estudo de caso do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão do município de Sabará, tem como principal objetivo discutir a relação entre as práticas de preservação patrimonial institucionais e a memória social de moradores e ex-operários deste lugar.

A fábrica de tecidos construída em fins do século XIX, bem como as edificações que compunham o que foi chamado de vila operária passaram a ser classificadas como patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais após passar por processo de avaliação para tombamento no ano de 2002. Entende-se que existem várias formas de se abordar as relações sociais desenvolvidas neste local, de construções das memórias sociais e conseqüentemente de implicações diversas para os atores sociais envolvidos com o local antes e depois do tombamento.

Ao analisar o contexto da industrialização de Minas Gerais, considerando as especificidades do cotidiano e da cultura operária, verifica-se que a documentação disponível para pesquisa, sobre este lugar especificamente, revela muito da constituição do empreendimento industrial e sua trajetória de realização econômica sob a perspectiva do patronato. Entretanto, a construção das memórias de Marzagão perpassa por diferentes narrativas construídas por antigos habitantes, operários da Vila Marzagão e os gestores das práticas patrimoniais implementadas no local. A hipótese defendida acerca deste estudo sugere que o tombamento enquanto prática preservacionista adotada na vila Marzagão privilegia o patrimônio edificado, em detrimento da memória social dos antigos moradores e ex-operários da vila.

A constituição da vila operária, através de um modelo integrado que agregava moradia e local de trabalho, sofreu influências paternalistas e disciplinares nas quais o exercício do poder do patronato ultrapassava os limites do ambiente de trabalho, alcançando diversos setores da vida cotidiana dos operários. Embora a demanda pela implantação de uma prática de preservação do local tenha surgido de manifestações de moradores e grupos representantes destes, os antigos moradores e operários que ajudaram a construir a memória social da vila Marzagão tiveram baixo índice de envolvimento e participação efetiva nos encaminhamentos do processo de tombamento e elaboração de diretrizes para o local. Questões relativas à propriedade e usos de espaços protegidos pela legislação preservacionista suscitam embates

entre o passado e o presente, a lembrança e o esquecimento, o novo e o velho, o material e o imaterial.

Quanto à sua estruturação, a dissertação é dividida em três capítulos. No primeiro capítulo é traçado um roteiro do processo histórico da Vila Operária de Marzagão, no contexto de industrialização de Minas Gerais e das transformações do mundo do trabalho existentes neste local, considerando as especificidades do cotidiano e do trabalho operário. A composição deste capítulo busca relacionar as versões institucionais e as fontes históricas já publicadas sobre este lugar com a bibliografia sobre vilas operárias e sobre as relações sociais do mundo do trabalho. Em seguida, no segundo capítulo, analisa-se a construção da memória social tomando como referência as narrativas dos atores envolvidos com a vila operária. Neste momento, utiliza-se como parâmetro a metodologia qualitativa da História Oral através de depoimentos orais concedidos pelos antigos habitantes e operários da Vila Marzagão, confrontando com a trajetória histórica do local. O terceiro capítulo propõe uma análise das implicações da política patrimonial adotada no local e sua possível relação com a temática do trabalho e das memórias sociais. Neste capítulo foram analisados os documentos que compõem o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Marzagão.

A área em questão chegou a contar com cerca de dois mil moradores, segundo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em 1950. Entretanto, atualmente resume-se em alguns casarões em acelerado processo de deterioração, pelo desuso e pela ação do tempo. Esses edifícios, com exceção dos galpões da fábrica, são ocupados por alguns antigos trabalhadores da extinta Companhia de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, que atualmente é propriedade de empresas como a Top Confecções – Marcel Phillippe¹ e a empresa do ramo imobiliário União Rio Empreendimentos S/A.

Diversas matérias publicadas em jornais de Sabará e da Capital relatam a existência de um conflito entre a comunidade local e os atuais proprietários dos imóveis no que se refere à idéia de preservação patrimonial do local². Percebe-se uma maior incidência destas publicações entre o fim da década de 1990 e o ano de 2002, quando foi aprovado o processo de tombamento provisório do conjunto arquitetônico pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

¹ Os moradores dos casarões são, em sua maioria, inquilinos dos atuais proprietários.

² O conflito tornou-se evidente em 2002, quando a empresa União Rio Empreendimentos S/A apresentou recurso ao Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais / IEPHA – MG, manifestando-se contrariamente ao tombamento.

A contextualização da trajetória histórica de Marzagão foi elaborada a partir de dados encontrados em pesquisa documental e bibliográfica sobre a temática de vilas operárias, além de relatos de viajantes, fotografias e matérias de jornais e revistas que versam especificamente sobre o local.

Desde o início do século XXI, quando se teve início o processo de tombamento do local, a vila operária tornou-se cenário de discussões que envolvem questões sobre a valorização das memórias, das representações históricas e de sua identificação enquanto patrimônio cultural. Considerando-se as impressões sobre a vida em coletividade, as representações e descrições de práticas culturais e a dinâmica do mundo do trabalho, propõe-se, neste estudo, com base no fato descrito, identificar e analisar as variáveis do entrelaçamento político, ideológico e econômico que permeiam a relação entre a preservação patrimonial desse bem cultural e as perspectivas de transformações urbanas requeridas pela modernidade.

A análise histórica, associada ao estudo do processo de tombamento, bem como das práticas sociais estabelecidas neste aglomerado urbano, pode contribuir para o registro das memórias individuais e coletivas do local, suscitando questões intrínsecas à política de preservação patrimonial e suas conseqüentes implicações para os atuais moradores da antiga vila operária.

A fábrica de Marzagão começou a ser construída no ano de 1878, portanto, encontra-se situada no contexto do início da industrialização mineira. Esse conjunto arquitetônico constituiu-se como uma vila bem aparelhada para os padrões da época em Minas Gerais, com estrutura e edificações que ultrapassavam a circunscrição das instalações da fábrica, incluindo moradia para os operários.

As transformações ocorridas no campo do trabalho e nas relações de produção derivadas do processo de industrialização ocorreram em um período em que o cientificismo era um paradigma inquestionável em todo o mundo. A aplicação na indústria de novos padrões técnicos, motores e máquinas ao longo do século XIX, tendeu para a substituição gradativa do uso da força humana pela força motriz mecânica.

A formação da classe operária, bem como a origem social do operariado em Minas obedeceram a alguns critérios e possuíam características comuns que foram assim descritas por Domingos Giroletti:

Quanto à base social, exceção feita do qualificado que é contratado no exterior ou, internamente, em centros maiores como o Rio de Janeiro, a maior parte dos operários industriais fora recrutada entre artesãos, camponeses (pequenos sitiantes ou agregados), trabalhadores rurais e vários tipos de “desclassificados sociais” (libertos, escravos, ex-escravos, órfãos, menores viúvas, “gente pobre”). Provinha

de um agregado heterogêneo do ponto de vista étnico, social e cultural: indivíduos sem tradição comunal-cultural ou organizativa, muitas vezes sem estrutura familiar definida. Eram desprovidos dos meios de produção ou de maiores habilidades profissionais. Na sua composição, predominavam mulheres e menores. Deste contingente social originou-se a maior parte do operariado industrial do centro e do Norte de Minas. (2002, p.81)

A formação de um modelo integrado entre a vila operária e a fábrica proporcionou a formação de padrões disciplinares éticos em Marzagão. Esses padrões ultrapassaram o comportamento do operário no interior das fábricas moldando novas estruturas comportamentais criando uma visão específica do mundo e um novo estilo de vida.

O ritmo de vida na Vila Marzagão era influenciado pela disposição arquitetônica e pelos limites da própria vila, onde se tinha bem delimitado o espaço utilizado pelo patrão e as residências dos operários. As atividades dos moradores sofriam influências diretas da marcação de tempo e ritmo impostos pelo trabalho na fábrica. O cotidiano do trabalhador era marcado por uma longa e dura jornada de trabalho, com descanso semanal único fixado aos domingos, dia em que o comércio estava fechado.

A concepção de espaços homogeneamente construídos pressupõe a massificação do indivíduo, alterando a forma de se sentir no espaço. No mundo moderno, a combinação de elementos como o aumento na densidade populacional, a racionalização na ocupação do espaço e as alterações propostas pela monetarização das relações sociais, passam a impor o discurso de uma unidade de tempo linear e dividido, visando a previsibilidade das rotinas e a funcionalidade do sistema produtivo.

A fábrica de Marzagão atingiu seu apogeu econômico sob a direção da família Carvalho de Brito, no período de 1915 até 1972, momento em que foi adquirida pelos administradores da Indústria Cedro Cachoeira. A direção da fábrica foi exercida, a partir de 1915, por Manoel Tomás Carvalho de Brito que ali estabeleceu uma concepção industrial altamente sistematizada e ainda pouco explorada em Minas.

Manoel Tomás Carvalho de Brito fazia parte da elite administrativa e governamental de Minas Gerais. Nascido em 17 de janeiro de 1872, natural de Antonio Dias, território pertencente à Itabira, exerceu a função de promotor público em Santa Bárbara entre 1894 e 1896. No período de 1906 a 1908, a convite do então presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro, exerceu o cargo de Secretário de Estado do Interior e Justiça, dentre outros cargos públicos.³

³ CANÇADO, Mello. CARVALHO de Brito - O pioneiro. Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Pag.114.

Após a morte de Manoel Tomás Carvalho de Brito, em 1952, a gestão implementada na fábrica não se adaptou às transformações econômicas ocorridas no Brasil a partir da segunda metade da década de 1950. Tal fato, aliado à falta de investimento e renovação do maquinário da fábrica fez com que a atividade têxtil da empresa começasse a enfraquecer. Por volta de 1950, o já obsoleto maquinário da década de 1930 foi modificado. A produção de tecidos foi substituída pela fabricação de lonas e cordonéis, visando suprir o mercado da indústria pneumática cuja família do proprietário mantinha fábrica do ramo na cidade do Rio de Janeiro. Com a abertura do mercado interno ao capital estrangeiro no governo JK, a empresa em condições desfavoráveis de concorrência começou a enfrentar sérias crises. Nesse período, destacam-se os movimentos de lutas operárias e a atuação do movimento sindical em Marzagão, que apresentaram características específicas, de relativa independência dos partidos políticos e do sindicato oficial do época.

Em 1961, após meses de salários atrasados os operários romperam com a relação paternalista e organizaram uma manifestação na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, reivindicando junto ao governador Magalhães Pinto apoio para a solução de seus problemas.

A sindicalização decorrente fortaleceu o sentido de união de classe, ampliando os horizontes da comunidade de Marzagão. Entretanto, o processo de desarticulação da fábrica não pôde mais ser revertido. Mesmo assim, o sentido de grupo permaneceu, o que em parte explica a permanência de várias famílias no local após a desativação da fábrica.

Em 1972 a decadente fábrica de tecidos Marzagão foi vendida juntamente com sua hidrelétrica, à indústria têxtil Cedro Cachoeira que encerrou as atividades poucos anos depois e vendeu o maquinário que era utilizado na fábrica. Os herdeiros da família Carvalho de Brito criaram, após alguns, anos uma nova sociedade que passou a administrar o território pertencente à vila operária. Esse novo empreendimento é uma empresa que atua até os dias de hoje no ramo imobiliário denominada União Rio Empreendimentos S.A. Os galpões da fábrica, vendidos na década de 1970, foram adquiridos pela empresa Top Confecções, que tinha sua sede no bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, e encontra-se em funcionamento neste local desde 1983, sob o nome fantasia de Marcel Phillippe.

No auge de sua produção, o conjunto arquitetônico de Marzagão chegou a abrigar, além das dependências da fábrica e das residências dos proprietários, cerca de 130 edificações, entre sobrados e casas geminadas, que abrigavam as famílias de diversos operários. Os edifícios onde habitavam as moças solteiras recebiam localmente o nome de convento. No total, o local chegou a abrigar cerca de 2000 habitantes. Muitas dessas

edificações que datam do final do século XIX e início do XX já não existem mais e algumas restantes estão com suas estruturas comprometidas. Atualmente moram na região 116 moradores, que são na sua maioria ex-funcionários da fábrica e inquilinos dos atuais proprietários. Dentre estes moradores, encontram-se diversos personagens que expressam em sua fala, a memória, a tradição e a cultura daquela região. O cotidiano da fábrica tornou-se inspiração para o conto “Sinhá Secada”, da obra intitulada *Tutaméia*, último livro publicado pelo escritor Guimarães Rosa.

O entrelaçamento das ações individuais ocorridas durante os fatos e processos históricos em espaços comuns compõe e transforma as condições de vida do ser humano em sociedade, forjando as percepções coletivas. O resgate de memórias, sejam elas individuais ou coletivas, está associado a acontecimentos de temporalidade passada.

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado, ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança (Poulet, 1992, p.54-55, apud DELGADO)

A busca de resignificar e interpretar o passado encontra suas bases na memória, que pode surgir a partir do reavivamento de lembranças, recuperando acontecimentos e manifestações ocorridas em tempos passados.

A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família. (DELGADO, p.38, 2006)

O interesse de representantes da comunidade em preservar o patrimônio histórico da Vila Marzagão manifestou-se através de diversos protestos, dirigidos pela Associação Comunitária dos Amigos e Moradores de Marzagão (ACAMM), visando não só evitar a degeneração natural dos edifícios provocada pela ação do tempo e até mesmo a demolição dos prédios antigos por parte dos atuais proprietários dos imóveis, mas também valorizar o que pode ser considerado patrimônio imaterial, presente na trajetória histórica da vila operária.

Os representantes da comunidade buscam criar um centro cultural com o intuito de valorizar a memória social local e manter os antigos moradores, já que muitos desses se encontram desmotivados a permanecer nos edifícios que apresentam condições precárias de conservação.

O adensamento da atividade imobiliária na região e o parcelamento das matas que circundam o terreno da antiga vila operária motivaram os representantes comunitários a reivindicar o tombamento estadual do conjunto arquitetônico e paisagístico no ano de 2001.

Tais reivindicações surtiram efeito e, em dezembro do ano de 2002, foi aprovado pelo IEPHA o tombamento provisório daquela área. Entretanto, após comunicada esta decisão institucional, a empresa União Rio Empreendimentos S/A, uma das proprietárias da área, apresentou recurso ao Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais / IEPHA – MG, manifestando-se contrariamente ao tombamento, argumentando que uma vila operária, enquanto uma propriedade particular, não necessariamente poderia ser considerada um patrimônio cultural. Sendo assim, este conflito de interesses ainda se encontra em aberto.

Embora existam divergências latentes nesse território, a maior parte dos atuais moradores encontra-se disponível para expor suas opiniões e fornecer seus relatos sobre a memória local.

Dentro de uma perspectiva analítica e na busca da compreensão da trajetória histórica das políticas de preservação patrimonial praticadas no Brasil, pode-se avaliar, por meio de estudos de casos específicos, as mudanças ocorridas nas relações sociais e nas estruturas políticas, econômicas e culturais. Desta forma, tornam-se evidentes os desafios e alternativas existentes no tocante à política de preservação, que surgem da relação dialética entre o preservacionismo e o urbanismo moderno. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca:

A preservação de bens naturais e culturais se justifica hoje, como condição para a garantia de certos direitos universais do ser humano, que transcendem as particularidades nacionais ou locais: direito às condições materiais e espirituais de sobrevivência, à qualidade de vida, à memória, ao exercício da livre criação e fruição dos bens culturais. (1996, p. 153).

Os encaminhamentos do passado e a noção de preservação das culturas relacionadas com a elaboração de políticas públicas de preservação perpassam pelo campo das memórias e das identidades culturais. A utilização do termo patrimônio é geralmente associada ao momento da formação dos estados nacionais a partir do século XVIII. A noção efetiva de preservação patrimonial vinculada a uma política pública e estatal surge na Europa do século XIX, após a Revolução Francesa, momento em que as obras de arte, os imóveis e os monumentos em geral símbolos da nobreza, estavam ameaçados por ataques das massas enfurecidas com o Antigo Regime. Naquela conjuntura, o Estado criou mecanismos para a institucionalização da preservação patrimonial. Isto ocorreu em um contexto especial do

contexto francês do século XIX, no qual havia um forte apelo aos valores da nação e à sua história oficial que vinha sendo estimulada e influenciada pelos ideais positivistas de caráter ufanista. Durante esse período, o foco da preservação e o termo patrimônio associavam-se apenas a elementos artísticos e arquitetônicos de notória valorização monetária.⁴

O Brasil foi um dos pioneiros na América Latina a criar instituições com esse objetivo. A década de 1930, momento em que o país passou por grandes transformações urbanísticas, oriundas do processo de modernização e industrialização, pode ser considerada como um marco da institucionalização da política de preservação patrimonial brasileira. Os ideais modernistas em muito contribuíram para que se criassem leis, não só com o intuito de resguardar a integridade e garantir a perenidade dos bens históricos, mas também com o propósito de fortalecer as raízes da identidade cultural nacional. Nesse contexto, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁵, posteriormente transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão que tem por objetivo promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e a proteção do acervo de bens culturais existentes em todo o país.

Logo a seguir, o Decreto-lei nº 25, de 30 novembro de 1937, organizou o programa de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo este texto legal, em seu capítulo I, artigo 1º, “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Foi esse Decreto-lei que implantou o instituto jurídico do tombamento, cujo objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Em Minas Gerais foi criado em 30 de setembro de 1971, pela Lei nº 5.775, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, cujas atribuições e competências são semelhantes às do órgão federal, o IPHAN.

Atualmente, as qualificações atribuídas ao conceito de patrimônio cultural têm-se direcionado para além da materialidade dos objetos.

⁴ CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.

⁵ Criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que “Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.”

Se o sentido de preservar estiver presente na tentativa de perenizar as memórias e os traços identitários de determinado grupo ou cultura, os atributos significativos intrínsecos aos artefatos transformam os objetos materiais em lugares da memória, apropriando a expressão utilizada por Pierre Nora (1984).

A construção de uma nova qualificação para o patrimônio, calcada na imaterialidade, proporciona a ampliação e flexibilização do conceito de patrimônio, valorizando a concepção de aspectos da vida social e cultural.

Alguns dos desafios existentes no que se refere à noção de preservação do patrimônio encontra-se, dentre outros, nas transformações urbanas descontroladas e na escolha e eleição dos objetos que passam a simbolizar o patrimônio cultural de um determinado local ou grupo social.

O estudo do caso do processo de tombamento da vila operária de Marzagão, que vem sendo pleiteado pela comunidade junto ao IEPHA – MG, pode ser tomado como paradigma que informa as condições de percepção das vicissitudes e anseios, assim como os entraves entre os interesses públicos e privados, no que se refere à utilização do espaço, resgate de memória e formação do que compreende como patrimônio cultural na modernidade.

É possível afirmar que a utilização do espaço, bem como a historicidade intrínseca a este local foram construídas e continuam sendo produzidas através de uma diversidade de interpretações que constroem as suas significações. A estrutura urbana presente nesta vila operária remete-nos, guardadas as devidas proporções e particularidades, a pensarmos em possíveis analogias com modelos urbanos de utópicos como Charles Fourier e Robert Owen. Ao traçar um panorama histórico das utopias urbanas, Bárbara Freitag afirma que “*Atrás da concepção da cidade utópica escondia-se a idéia de uma sociedade perfeita, harmônica, livre dos defeitos das cidades e sociedades históricas em que viviam seus idealizadores*” (2002, p.3). As utopias, ou seja, as idealizações ou os limites entre o sensível e o abstrato, podem ter orientado os atuais moradores a buscar o tombamento como uma forma possível para perenizar as práticas sociais, os usos e costumes construídos neste local.

A questão do tombamento, enquanto instrumento de preservação, tem se apresentado de forma controversa, pois, muitas vezes os proprietários dos imóveis, desenvolvem estratégia de argumentação protelatória, o que demonstra a necessidade de aprimoramento nas políticas de preservação. Atualmente, alguns proprietários atribuem o sentido de perda e imobilidade aos

bens tombados, alegando que o tombamento representa um entrave para o progresso e o desenvolvimento econômico, pois o bem tombado se torna intocável.⁶

A vila operária possui especificidades que são entrecortadas por relações de trabalho. Os padrões arquitetônicos e a justificativa para o tombamento do local remetem à idéia de relevância histórica do local. A partir daí, propõe-se refletir sobre os objetos de preservação e sobre a relação deste patrimônio com a construção das memórias deste local.

O reconhecimento e a interpretação das mais diversas expressões humanas se delineadas dentro da concepção da expressão patrimônio cultural contribui para a ampliação desse conceito, favorecendo a inclusão e difusão de hábitos, costumes, tradições, crenças, enfim, todo um acervo de realizações materiais e imateriais da vida em sociedade.

A contextualização histórica da vila operária de Marzagão, abarcando o período de sua criação seu apogeu e declínio encontra-se permeada por um processo de transformações e permanências que podem ser representados nas memórias individuais e coletivas construídas neste local.

A análise do comportamento e o resgate da memória social da antiga vila operária de Marzagão, associadas à implementação de políticas públicas de preservação patrimonial, suscitam diversas discussões acerca das transformações histórico-culturais e econômicas ocorridas em Minas Gerais a partir da implantação de vilas operárias na região. Esgotadas as relações sociais do mundo do trabalho existentes em Marzagão, o local passa a representar um lugar memorável quando o processo de construção das memórias sociais de uma vila operária recebe o título de patrimônio cultural do Estado. As noções de patrimônio industrial são pouco conhecidas e divulgadas. Este estudo busca relacionar a documentação institucional do processo de tombamento com as narrativas dos atores envolvidos e as percepções históricas de Marzagão enquanto lugar que tem como fator central de sua existência as relações sociais do mundo do trabalho.

⁶ As alterações nos imóveis, bem como reformas e outras intervenções passam a ser controladas pelo órgão responsável pelo tombamento.

2 - A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA FORMAÇÃO SOCIAL DE MARZAGÃO

O objetivo desta exposição é contextualizar, através da delimitação teórica e empírica, a trajetória histórica da atividade do trabalho construída no lugar conhecido como Marzagão. Sabendo-se que existe uma multiplicidade de enfoques possíveis para se abordar este tema, foram feitas algumas escolhas dentro do que existe de documentação disponível. Embora a documentação institucional, como regimento e estatutos internos de funcionamento da fábrica, não tenham sido disponibilizados pelos proprietários da antiga fábrica para a execução deste trabalho, a comparação com outras fábricas e modelos fabris do mesmo período, que associavam local de trabalho e moradia, implantados na mesma época em Minas e em outras partes do país, permitem criar um quadro comparativo de aspectos que são convergentes e semelhantes mesmo em situações aparentemente diversas. Os documentos disponíveis em meios de pesquisa pública utilizados para descrever a trajetória e o contexto histórico da fábrica de Marzagão, principalmente em seus primeiros anos de existência, baseiam-se, fundamentalmente, em artigos de revistas e jornais de Sabará e de Belo Horizonte. Nesses artigos, a estrutura fabril e as características paternalistas dos dirigentes e proprietários da fábrica de tecidos são destacadas. A exaltação do trabalho na indústria e a divulgação das condições de vida favoráveis oferecidas aos trabalhadores que viviam inseridos no cotidiano dessas vilas operárias eram estratégias comuns durante o período de industrialização brasileira entre fins do século XIX e início do século XX.

Esta descrição é contraposta com bibliografia existente sobre o tema do trabalho em vilas operárias para que sejam identificadas questões pertinentes à constituição social e às contradições entre o mundo do capital e do trabalho.

O conjunto arquitetônico de Marzagão representa um exemplar das transformações correlatas ao desenvolvimento industrial ocorridas em diversas cidades brasileiras durante fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Dentre as mudanças processadas no cotidiano e nos modos de vida urbanos de núcleos industriais, encontram-se a desconstrução da cidade colonial, a modernização e racionalização da infra-estrutura urbana e as reformas da habitação.

As contradições intrínsecas ao mundo do capital e do trabalho acabam por se manifestar em um movimento grevista que chega a estremecer os laços de paternalismo existentes entre operários e a classe dirigente da empresa no início da década de 1960. Tais

condições, sociais associadas à falta de investimentos dos proprietários na renovação do maquinário, à crise do setor neste período e à fragmentação do poder dos dirigentes, fazem a fábrica de tecidos entrar em uma fase de decadência de produção e conseqüentemente de desestruturação física da vila operária, o que culminou no despovoamento e no abandono de várias residências. A situação atual da antiga vila operária remete a condições conflituosas entre as intenções e usos atribuídos aos bens imóveis dos atuais proprietários e a permanência de alguns antigos moradores no local, mesmo após a decadência da fábrica de tecidos de Marzagão.

A estratégia e os procedimentos adotados para a implantação de uma fábrica de tecidos e a própria escolha da atividade têxtil como mola propulsora da indústria moderna durante fins do século XIX, no Brasil, apontavam para uma conveniente condução desta atividade, com condições mercadológicas e fiscais favoráveis.

Ao longo da história da industrialização brasileira, principalmente a partir de meados do século XIX, foi difundida a prática de construção de moradias para operários por empresas em cidades ou em localidades rurais. Estes conjuntos arquitetônicos foram denominados de várias formas ao longo de suas existências. Comumente chamados de vilas operárias, núcleos urbanos, cidade-companhia ou cidade operária, estes locais possuem diferenças quanto a localizações, condições político-administrativas e ao período histórico em que ocorrem suas construções.

Originalmente usado no Brasil para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, o termo “vila operária” logo seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes produzidas por outros agentes. Sob a denominação “vila operária”, eram reunidas no país, até os anos trinta, as experiências mais diversas: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos, por empresas ferroviárias para seus funcionários, por indústrias, minas, frigoríficos e usinas para seus operários, técnicos e administradores, e pelo Estado. Posteriormente, o termo “conjunto habitacional” se difunde, tanto em referência às moradias em blocos de apartamento, quanto às casas unifamiliares. (CORREIA, 2001 p. 84)

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, as vilas operárias surgiam como proposta de moradia simples, mas que apresentavam padrões de higiene, conforto e ordenamento espacial não existente nos cortiços e favelas. Ao morador de uma vila operária, tinha-se associada à idéia de um trabalhador com emprego regular e com relações de vizinhança estáveis.

O termo surge para designar aglomerações isoladas no campo, como, por exemplo, em um projeto de construção de uma grande metalúrgica em Frutal, publicado em

1920, no qual há menção à construção de uma “villa operaria” com 2.500 casas. Camaragibe é referida como uma “villa operária” na fala de conferencistas do Congresso Católico, ocorrido em 1902, e em um boletim da Companhia Industrial Pernambucana para a Exposição Nacional de 1908, quando contava com 123 casas, dois alojamentos para solteiros, duas escolas, armazém, padaria, consultório médico e Círculo Operário. (CORREIA, 2001, p.85)

O local conhecido popularmente como Marzagão teve, em descrições e pesquisas históricas, seu nome associado à expressão vila operária. Nota-se, entretanto, que não existe um critério ou padrões que delimitem a utilização deste termo ou mesmo que definam com precisão o que venha a ser uma vila operária. Telma de Barros Correia afirma que:

No caso de grupos de casas construídos por fábricas em cidades, observa-se que, além de “vilas operárias”, podiam ser chamados – a partir da década de 1930 – de “bairro proletário”. Em tal caso, a última designação pretendia indicar uma mudança de escala. Assim, o engenheiro Baptista de Oliveira, em 1938, referia-se às “pequenas vilas operárias” de Juiz de Fora e a um “bairro proletário modelo” que estava sendo projetado pela Companhia Industrial Mineira para seus operários. O autor, em 1939, reportava-se ao mesmo empreendimento como um “bairro popular”, enquanto mencionava outras “vilas populares” criadas por fábricas na cidade. O uso dos termos “bairro proletário”, “bairro popular” e “vilas populares”, por outro lado, denuncia o desprestígio da forma “vila operária” a partir da década de 1930. Esse desprestígio evidencia o desgaste de um modelo apresentado no início do século como capaz de contribuir de forma decisiva para a solução da questão da reprodução operária, em termos de melhoria da saúde, de reforma moral e de fortalecimento dos laços familiares. Mostrou-se não apenas incapaz de corresponder a essas expectativas, como de se generaliza e atingir uma parcela predominante da força de trabalho. Assim, o modelo logo revelaria suas contradições, ao construir uma reputação de restringir fortemente a liberdade individual e familiar e ao se revelar um mecanismo suplementar de subordinação e exploração do trabalhador pelo patrão, desencadeando conflitos e contribuindo para o agravamento das lutas sociais. (2001. P. 86)

No caso específico de Marzagão, a fábrica surge onde anteriormente existia uma fazenda. O nome desta fazenda refere-se a uma feitoria portuguesa localizada na costa africana, de onde teriam vindo alguns colonizadores do território mineiro. A ocupação desse território ocorreu ainda no século XVIII vinculada ao povoado do Curral Del Rei. A fazenda de Marzagão surge enquanto uma mancha de ocupação entre os limites do Curral Del Rei e a Vila de Sabará.

O local teve, ao longo de sua trajetória histórica, diversos termos que o designavam. Após a construção da fábrica, em fins do século XIX, a fazenda do Marzagão ficou conhecida como a fábrica do Marzagão. Em jornais e revistas da capital mineira e do município de Sabará o local já foi chamado de arraial, vila e conjunto. Para efeito legal-jurídico o IEPHA-MG, durante o processo de tombamento do local em 2002, utilizou a expressão “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila operária e Antiga Fábrica de Tecidos de

Marzagão do município de Sabará”. *“Os termos vila operária, núcleo urbano, núcleo residencial e núcleo fabril referem-se a pequenas aglomerações isoladas, diferentes de uma cidade em termos de escala e do grau de autonomia dos moradores e da vida local em relação à empresa.”* (CORREIA, 2001, p. 94)

O termo vila operária é comumente utilizado para nomear grupos de casas, algumas vezes acompanhados de equipamentos coletivos, como escola, igreja ou clube, localizados dentro de cidades ou em subúrbios. A adequação da utilização e da uniformização destas expressões é muitas vezes divergente, pois nem sempre a expressão está levando em consideração a relação entre o significado histórico destes termos com o local que recebe esta denominação. Em Sabará o local que abrigou a fábrica de tecidos e as residências de operários juntamente com toda uma infra-estrutura para a manutenção da vida destes pertence administrativamente ao distrito Carvalho de Brito, entretanto, o local é conhecido popularmente apenas como Marzagão.

Recuperar a história desses núcleos no Brasil é, sob muitos aspectos, entender o sentido das rápidas transformações de sua configuração espacial. Transformações que podem significar, muitas vezes, seu total desaparecimento após poucas décadas de existência e que exigem, por outro lado, o recurso contínuo a novas designações capazes de definir e precisar cada uma das formas novas assumidas por esses lugares. (CORREIA, 2001. P. 96)

Delimitadas as possibilidades de compreensão do que veio a ser o que podemos chamar de vila operária de Marzagão, propõe-se compreender o contexto histórico de constituição das indústrias têxteis a partir do momento da construção destas edificações, vinculados ao processo de transformação do mundo do trabalho nas indústrias.

O período de industrialização em Minas Gerais intensificou-se somente no terceiro quartel do século XIX. Podemos considerar este momento como uma fase de transição entre as propostas de um progresso civilizador, da industrialização, do trabalho livre assalariado, das máquinas em contraposição a um mundo considerado incivilizado, agrícola, monocultor e de mão-de-obra essencialmente escrava.

Uma das características da produção interna em Minas era a diversidade. O abastecimento interno era tão importante quanto o setor destinado à exportação. (LIBBY, 1988). A partir da década de 1890 o setor têxtil passou por alguns ajustes, devido à transição ocorrida nas políticas públicas no Brasil. A abolição da escravidão e a diversificação do mercado interno impulsionaram os empresários a racionalizar os modos de produção, visando aumentar a competitividade e a produtividade. Neste período, dada a diversidade existente na produção da região central do estado de Minas Gerais, a construção de fábricas convergiu

para esta região e beneficiou a construção da capital, criando também um eficiente sistema de transportes, com a implantação de ramais de trens que atuaram como um facilitador para o escoamento da produção destas fábricas. (GIROLETTI, 2002, p. 28).

Alguns pontos são comuns em várias fábricas mineiras. A fábrica de Marzagão e a fábrica Cedro Cachoeira, analisada por Domingos Giroletti, possuem algumas semelhanças no que se refere às formas criadas pelos empresários na constituição das estratégias empresariais de controle do operariado não apenas durante o trabalho, mas “nas demais agências de socialização que foram criadas ou introduzidas nas vilas operárias” (2002, p. 29).

Segundo Giroletti, “*As fábricas foram, no período, as unidades produtivas em condições de empregar trabalhadores e de transformá-los de forma rápida e eficiente em operários industriais*”. (2002, p. 93). A chance de inserção social apresentava-se dentro da lógica da venda da mão-de-obra e da submissão a uma estratégia disciplinar até então pouco explorada em Minas Gerais. Nesta lógica incluíam-se também as crianças, sob o argumento de formação de bons cidadãos, habilidosos e disciplinados.

O sistema produtivo industrial mecanizado estabeleceu novos parâmetros para as fábricas de tecidos bem como para os operários que viessem a trabalhar nelas. Algumas técnicas de submissão/dominação tornam-se invisíveis no exercício do poder. Quanto mais discreto o mecanismo de poder, mais eficiente ele se torna.

Na prática de um processo de qualificação de mão-de-obra, com o treinamento técnico ou com a criação/interiorização de novos valores, já está formando um trabalhador disciplinado. Isso é tão consensual que os teóricos e as pesquisas sobre essa problemática não reservam geralmente à formação da disciplina um tratamento específico e distinto. Dá-se por suposto que a disciplina vem embutida na prática pedagógica, na aprendizagem técnica e na incorporação de novos valores e normas. Os dispositivos disciplinares existentes em uma vila operária que atua em diferentes setores da vida de um indivíduo manifestam-se para além das práticas que operam no mundo do trabalho e que segundo Foucault expressam-se na “submissão das forças e dos corpos” (GIROLETTI, 2002, p. 195).

Antes de iniciar a exposição do contexto de industrialização de Minas Gerais, propõe-se citar algumas possibilidades acerca das concepções do conceito de trabalho ao longo de sua trajetória histórica.

Na obra de Denis Huisman e André Vergez o conceito de trabalho é considerado sob diferentes interpretações. Primeiramente, é analisada a origem etimológica do termo trabalho, que está relacionada à noção que se tem de sofrimento e castigo.“(...) *para os gregos, o trabalho exprime a miséria do homem, não a sua nobreza.*” (1976, p.196). Entretanto, existem outras concepções modernas acerca do conceito de trabalho que o interpretam enquanto uma

possibilidade de libertação. Para Hegel, esta noção de libertação é exposta no episódio do senhor e do escravo, em que em uma situação hipotética de combate a vida dos concorrentes seria colocada em risco. O ganhador não mataria o perdedor da luta, mas este se submeteria ao trabalho servil. A partir daí ter-se-ia o senhor e o escravo. O senhor, em sua ociosidade, não conheceria o processo de transformação da natureza realizado pelo escravo que recuperaria a liberdade por meio do domínio da natureza. "O trabalho surge então como a expressão da liberdade reconquistada" (1976, p.196)⁷.

São inúmeras as interpretações e acepções que o trabalho adquiriu ao longo de sua trajetória histórica. Annie Jacob, ao analisar as transformações do termo relacionando-o com o pensamento econômico liberal, argumenta que:

Enquanto, na representação tradicional, o trabalho é um dever para quem não pode garantir sua subsistência de outro jeito, a economia, para fazer com que esse trabalho "produza", constrói uma moral social. (...) Os valores que os economistas ajudaram a promover vão bem além de uma simples racionalidade, em busca de eficácia. São valores morais, puritanos, baseados em uma "interiorização de normas". Max Weber (1920) mostrou muito bem como esses valores contribuíram para o desenvolvimento do "espírito do capitalismo". (JACOB, 1995. p.1)

Considerando-se as discussões atuais sobre o mundo do trabalho, nota-se que segue em curso uma corrente difusora de uma crise da centralidade do trabalho diante de uma questão ainda não equacionada no que se refere à subordinação do trabalho ao capital.⁸ É com base no impasse e nas contradições do sistema produtivo que se propõe pensar algumas das características específicas e locais das relações de trabalho e suas implicações conjunturais, aplicadas no caso da vila operária de Marzagão.

Atualmente a centralidade do trabalho é colocada em questão por uma série de fatores, dentre eles pode-se citar a concentração de grandes massas de trabalhadores à margem do processo produtivo, a precarização na configuração do trabalho e do emprego, dentre outros que se instauraram após o processo de reestruturação produtiva ocorrida a partir década de 1970.

Em fins do século XVIII e fundamentalmente no século XIX, durante o processo de industrialização de diversos países, a questão da centralidade do trabalho encontrava-se como paradigma difundido pelas nações em que o capitalismo era uma prática crescente.

⁷ Neste momento faz-se aqui apenas uma referência à dualidade intrínseca ao conceito de trabalho. A exposição mais ampla sobre o assunto encontra-se expressa no texto citado.

⁸ Acerca da discussão teórica deste tema, toma-se como referência a obra: ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi o momento em que o processo de industrialização se fez evidente, tendo como principais protagonistas o Estado e os empresários privados. Segundo Domingos Giroletti:

A elite imperial iniciou o processo de modernização pela infra estrutura, notadamente, pelos transportes: a ferrovia, a rodovia e a navegação costeira e fluvial; pelas comunicações: o telégrafo, o melhoramento dos serviços do Correio Nacional, o telefone. Essas mudanças possibilitaram uma maior integração econômica, política e administrativa da capital com as províncias e vice-versa. (2002. p.12)

Dentre as atividades industriais mais comuns implementadas no Brasil a partir da década de 1870, encontravam-se as fábricas de fiação e tecelagem. O setor têxtil esteve a frente da maior parte dos empreendimentos organizados até a década de 1930. Uma maior diversificação do setor industrial passa a ocorrer após esse período.

A história da fábrica de tecidos localizada no município de Sabará, associada a outros exemplos da mesma época, pode servir como ponto de referência para analisar as transformações do mundo do trabalho e as relações sociais desenvolvidas em diferentes períodos em vilas operárias com características correlatas. Destacam-se, neste caso, três períodos distintos para o melhor entendimento e sistematização do estudo. Primeiramente tem-se o período de constituição da vila operária de Marzagão a partir de 1878. O segundo período seria delimitado quando a fábrica de tecidos e a vila operária atingem seu apogeu produtivo entre as décadas de 1920 e 1950 e o terceiro quando a atividade têxtil na fábrica de Marzagão começa a sofrer com as transformações macroeconômicas do país e começa a declinar.

2.1- A construção de uma vila operária

A fábrica de tecidos localizada no município de Sabará, às margens do ribeirão Arrudas, tem sua constituição e idealização iniciada em 1878. Neste período, em território pertencente ao Curral Del Rei, surge encravada em meio a encostas de vegetação rasteira e densas matas circundantes, uma fábrica de tecidos como relatou Abílio Barreto:

Pouco depois, em 1878, um outro acontecimento glorioso para o município de Sabará, e particularmente grato ao Curral Del Rei, verificou-se nas suas vizinhanças. Por um grupo de sabarenses empreendedores e inteligentes, à frente dos quais se achava o Sr.

Francisco Cândido Guimarães, foi organizada a Companhia Industrial Sabarense e com ela fundada a Fábrica de Tecidos Marzagão. (1996, p. 221.)

O território conhecido como Marzagão sofreu modificações ao longo de sua existência, tanto em seu nome quanto à subordinação administrativa. Na segunda metade do século XIX, momento em que foi constituída a Companhia Industrial Sabarense, a região de Marzagão foi considerada parte constitutiva do Cural Del Rei. Esta condição administrativa do lugar permaneceu após a construção de Belo Horizonte até o ano de 1938, momento em que através do Decreto Lei nº 148 o local foi desmembrado do território da capital e passou a integrar o município de Sabará, situação que permanece até os dias atuais. O local teve seu nome juridicamente alterado. A modificação em seu nome justificou-se pelo motivo de haver uma localidade homônima no Estado de Goiás, o que ocasionava freqüentes extravios de correspondências. Sendo assim, em dezembro de 1943, pelo Decreto Lei nº 1.058, a região passou a denominar-se Marzagânia. Em 1962, a denominação do local foi alterada através da Lei nº 2.764, passando a compor parte de um distrito do município de Sabará que recebeu o nome de Carvalho de Brito, em homenagem ao antigo proprietário da fábrica de tecidos.

Retomando o tema da industrialização, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira, ao pesquisar sobre as formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira do século XIX, levanta a hipótese de que a indústria mineira prescindiu as transformações jurídicas governamentais e a Lei das Sociedades Anônimas de 1882. Ou seja, esta autora se contrapõe a uma proposta apresentada por Stanley Stein em 1957, que analisa a legislação brasileira sobre sociedades anônimas anterior a 1882 como um obstáculo à expansão da indústria brasileira. Problemas de distribuição de competências e integralização do capital da empresa não seriam, segundo a autora, barreiras para a constituição de fábricas em Minas entre 1850 e 1882. Segundo a autora: “[...] *os sócios eram em sua maioria ligados por laços de parentesco e/ ou amizade. A indústria têxtil nesse período era, basicamente, um negócio entre parentes e amigos.* (2002, p. 203)”.

Tabela 1
[Propriedade das Fábricas Têxteis Mineiras Estabelecidas no Período 1850-1882]

Nome da fábrica	Natureza da associação	Proprietário	Ano de constituição da sociedade e/ou companhia	Data de inauguração da fábrica	Número e relações entre sócios
(1) Cana do Reino	sociedade	Pigot e Cumberland	nd	1846	nd
(2) Cedro	sociedade	Irmãos Mascarenhas	1868	1872	3 irmãos
(3) Brumado	individual	Francisco José Andrade Botelho	nd	1873	nd
(4) Machado	sociedade anônima	Indústria Machadense	1872	1872-1875	24 sócios 8 com sobrenome Souza Dias
(5) Cachoeira	sociedade	Mascarenhas Irmãos & Barbosa	1873	1877	3 irmãos 1 cunhado
(6) Beribiry	sociedade em comandita	Santos & Cia.	nd	1877	2 irmãos 1 sobrinho 1 nd
(7) Itabirana	sociedade anônima	União Itabirana	1875	1879	Moradores locais
(8) Cedro de Montes Claros	sociedade	Rodrigues, Soares, Bittencourt, Velloso & Cia.	1880	1882	nd
(9) Marzagão	sociedade anônima	Companhia Industrial Sabarense	1880	1883	nd
(10) Caçu	sociedade	Borges, Irmãos & Cia.	nd	1883	nd
(11) Bom Jardim	sociedade	Pereira Murta & Cia.	nd	1881	nd
(12) São Sebastião	individual	Antonio G. da S. Mascarenhas	nd	1884	nd
(13) Viçosa	sociedade em comandita	Melho & Reis	antes de 1882	1884	16 sócios

nd = não disponível.

TABELA1 - FONTE: OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Formas de Organização da Propriedade na Indústria Têxtil Mineira do Século XIX*. In: 20 anos do seminário sobre economia mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, p. 204, 2002.

Observando-se a tabela acima, nota-se que a empresa que constituiu a fábrica de Marzagão foi fundada em um período anterior a transformação da legislação brasileira que regia a formação das sociedades anônimas.

Embora os primeiros passos para a constituição da empresa tenham ocorrido em 1878, os estatutos da Companhia Industrial Sabarense foram assinados pelos acionistas em 11 de janeiro de 1880 e anexos ao Decreto n. 7813 de agosto do mesmo ano. Não é precisa a data de início das atividades em Marzagão, entretanto sabe-se que em agosto de 1883 a fábrica já se encontrava em funcionamento, como pode ser observado na fala do presidente da província Antônio Gonçalves Chaves, em 2 de agosto de 1883:

A fábrica de tecidos da Companhia Industrial Sabarense estabelecida na fazenda do Marzagão, freguesia da cidade de Sabará, possui um grande motor hydraulico de força de 80 cavallos; fiação completa e 1800 fuzos de Mer. Robert, aperfeiçoados, fazendo 7,200 evoluções por minuto, 48 teares para tecidos lisos, trançados, xadrezes e para phantasias, caldeira a vapor para engomação e todas as machinas necessarias para a promptificação dos tecidos até o seu completo acabamento. Empregão-s 80 a 100 operarios. Seo capital é de 250:000\$000. O consumo de materia prima (algodão) é de 1:000 a 1:200 kilos diariamente, ou de 300.000 kilos por anno. Produz diariamente 2.000 metros de tecidos, variando o preço de 200 a 700 rs . por metro. (p. 42)

A fala acima citada permite inferir que já no ano de 1883 a fábrica de tecidos de Marzagão possuía um bom nível de mecanização e sistematização da produção e contava com setores diversificados no processo de produção, como a fiação, a caldeiraria e a engomação.

Em 1885 a fábrica de Marzagão tinha uma das maiores produções anuais em metros de tecidos e consumo de algodão de Minas Gerais, com cerca de 600.000 metros ao ano e 300.000 quilos de algodão. A fábrica mineira que atingia a mesma produtividade era a Cachoeira, localizada no município de Sete Lagoas. Porém, a diferença estava entre as dimensões das duas fábricas. Enquanto a fábrica Cachoeira contava com 2.000 fusos, 60 teares e 140 funcionários, Marzagão tinha 1.800 fusos, 18 teares e 100 funcionários. (JACOB, 1911, p. 269).

O pólo irradiador das técnicas e maquinários empregados na indústria, durante o século XIX e início do século XX, fundamentalmente no setor têxtil, era, certamente, a Inglaterra. Sendo assim, continuando seu relato sobre a construção da fábrica em Marzagão, Abílio Barreto relata que:

Espírito perspicaz de industrial adiantado e inteligente, o Sr. Francisco Guimarães, em 1886, deliberou e empreendeu uma viagem à Inglaterra, onde adquiriu, entre outras máquinas, um pequeno dínamo gerador de eletricidade, que trouxe para Marzagão, instalando-o nesse mesmo ano, quando Minas ainda não conhecia eletricidade, senão pelo que a respeito dela se dizia. Era uma pequena máquina movida por força hidráulica, com uma capacidade iluminativa para 20 lâmpadas, a qual ainda hoje existe no almoxarifado da fábrica. (1996, p.221)

Alguns funcionários, principalmente os responsáveis pela manutenção do equipamento, eram de origem estrangeira.



IMAGEM 1 - Nesta imagem, da década de 1940, tem-se o Sr. John Cuff, inglês, gerente e responsável técnico dos equipamentos da fábrica, acompanhado por sua família, em frente ao escritório da fábrica,

conhecido localmente como “casa grande”. FONTE: Associação Comunitária dos Amigos e Moradores de Marzagão – ACAMM

Os principais envolvidos em empreendimentos industriais, em fins do século XIX, ou tinham alguma ligação com a administração estatal ou eram fazendeiros locais. Em Marzagão:

Além do referido Francisco Cândido Guimarães, constam entre os fundadores e primeiros diretores da Companhia os nomes do Coronel Jacinto Dias da Silva, Deputado Provincial, Presidente da Câmara de Sabará e chefe do Partido Liberal, que teria sido o 1º Presidente, e os sabarenses Prof. Séptimo de Paula Rocha e Domingos de Figueiredo Lima. (MACHADO, 1999, p. 116)

Durante os primeiros anos de existência, a fábrica de tecidos apresentou algumas modificações em sua estrutura administrativa. Em matéria publicada no jornal sabarense “O Contemporâneo” de janeiro de 1893, relata-se o afastamento de Francisco Cândido Guimarães e sua transferência para a recém fundada Companhia Têxtil Itabira do Campo.

Com o capital de 360 contos, divididos em 1800 ações de 200\$, instalou-se no dia 20 de novembro findo, em Itabira do Campo, uma companhia que tem por fim manter uma fábrica de tecidos naquela freguesia. A diretoria ficou assim composta: Presidente, Padre Fransico Xavier de Souza. Gerente da fábrica, Francisco Cândido da Silva Guimarães, Tesoureiro Secretário, José Afonso Baeta. Foi arbitrado em 8 contos de réis o ordenado do gerente, nosso amigo Guimarães, a quem a fábrica de tecidos Marzagão deve, em grande parte, o seu actual desenvolvimento. Conquanto devemos felicitar a nascente empresa, pelo concurso valioso da activo industrial, sentimos que a companhia Marzagão se veja privada desse volante auxiliar, mesmo porque a direção desta importante empresa, está sendo empolgada por certos políticos que podem ter habilitações para tudo, menos para dirigirem os interesses de valia, que lhe são confiados. (p. 1)

O viajante Antônio Riancho, em 1894, ao passar por Sabará em direção à futura capital mineira, ainda em construção, assim descreve a paisagem e a estrutura física da fábrica de Marzagão:

O tempo estava ligeiramente encoberto e o muito que há sempre que ver, quando se viaja pelo Estado de Minas, compensa largamente o cansaço e demoras de peregrinação. A primeira légua da jornada teve alguns declives fortes; em todo o caso, muito menos fortes do que os da ladeira do Pilar, por exemplo! Numa encosta, o viajante fica de repente surpreendido, pelo súbito aparecimento de um grande edifício, modesto, mas prático nas linhas arquiteturais; denotando extremado asseio e relativo conforto. É a fábrica de tecidos de Marzagão; em que uma poderosa turbina dá movimento a cem teares, que fabricam magníficas casimiras mineiras e que, como quase todas as fábricas de tecidos do Estado de Minas, têm dado bons dividendos. Atualmente, as dificuldades que atravessa o nosso país têm diminuído um pouco a quantidade do fabrico: especialmente por “falta de matéria-prima”.

Salvo raras exceções, toda a estrada, de Marzagão por diante, é lindíssima. Caminhamos como se fosse pelo meio de extensas alamedas de um jardim; com o chão atapetado de uma terra vermelha que, pela rutilância de seu colorido, ainda maior realce dá a vegetação de um verde variadíssimo, mas sempre liso, lustroso, lavado, polido; esse aspecto que raras vezes proporcionam os grandes maciços de

verdura, quando o açoita um sol fulvo, depois dos prolongados aguaceiros do verão. (1896, p. 32)

A descrição acima, embora imprecisa em sua apresentação de dados numéricos por se basear na simples observação, parece apresentar um número de teares significativamente maior aos apresentados pelo presidente da província mineira nove anos antes. O fato de haver uma possível redução da produtividade por escassez de matéria-prima nas indústrias neste período pode ser associado a um problema logístico da época, comum em outras fábricas. A dificuldade de transitar com grandes quantidades de carga e a inexistência de estradas e meios de transporte eficazes para este intento dificultavam a expansão das atividades nestas indústrias têxteis.

Embora pudesse haver algumas reduções no quadro produtivo da indústria e oscilações mercadológicas neste momento, estes ainda eram expostos pelos jornais locais como excelentes negócios e exemplos promissores de empreendimentos comerciais. Era com entusiasmo que se divulgava a idéia do trabalho e das indústrias no fim do século XIX. O jornal “O Contemporâneo”, de circulação local no município de Sabará em 1895, coloca em destaque a existência e a atuação dessa fábrica de tecidos neste período.

As fábricas de tecidos, no Estado de Minas Geraes, têm alcançado nestes últimos tempos, um grau de prosperidade extraordinária. Uma das mais antigas fábricas de tecidos é a companhia Cedro e Cachoeira, na região do Curvello, onde, além das Fábricas de Cedro e Cachoeira, possui também a Fabrica de São Vicente cuja aquisição é mais recente.

Outras fábricas importantes têm dado também resultados magníficos. A fábrica do Marzagão (Companhia Industrial Sabarense) tem dado no último exercício 30%, no penúltimo exercício 32%, o que faz o total nos dois últimos anos de 62%, ou quase dois terços do capital no curto espaço de dois anos, notando-se que durante o ultimo exercício, a Companhia teve de fazer muitas obras novas. [...]

Esta prospera industria vae chamando a atenção do publico e dos capitalistas. Parece que as fabricas de tecidos são as verdadeiras *minas de ouro* na actualidade. (p.1)

Convém lembrar que o período de implantação e difusão de fábricas e indústrias têxteis no século XIX ocorreu em uma época em que o país passava por um processo de reorganização do processo produtivo e oscilava entre o fim do trabalho escravo e o aumento trabalho assalariado, o fim da monarquia e o início do governo republicano, o aumento da urbanização e o paradigma externo do desenvolvimento calcado fundamentalmente na mecanização dos modos de produção.

Pode-se dizer que o período de implantação da indústria mineira, assim como da fábrica de Marzagão, foi proveniente de uma conjuntura das relações de trabalho desenvolvidas em um plano não só nacional, mas com fortes influências internacionais. Os ideais de progresso e civilização, associados a diversos incentivos estatais como isenção de impostos, facilidade de importação de maquinário e investimentos nos setores de transporte, facilitaram, em alguns aspectos, a expansão da atividade fabril, não somente em Minas Gerais, mas em todo o país.

Em Minas Gerais, por volta de 1870, as dificuldades de escoamento de mercadorias produzidas em diferentes regiões e o desenvolvimento de atividades agrícolas, bem como da pecuária, encontram-se em pauta nas discussões do governo provincial, como se pode verificar na fala do presidente ao referir-se à economia provincial:

O meio único de salvação é dar saída à sua produção actual, fornecendo-lhe ao mesmo tempo recursos ao desenvolvimento, de sua lavoura e industrias, aplicando em seu ubérrimo solo sementes novas, aparelhos e machinas aperfeiçoadas, por intermédio das estradas de ferro. (GODOY, 1873, p.23)

A questão da construção de estradas de ferro pode ser interpretada através de duas vertentes. Algumas indústrias têxteis sofreram com a implantação de estradas de ferro e com a conseqüente concorrência de produtos importados, que passaram a chegar com maior facilidade com a construção da ferrovia. Em Marzagão, a estrada de ferro contribuiu para a estruturação da vila operária atendendo os interesses do corpo administrativo de Marzagão e equacionando parte do problema de transporte da produção e de matéria-prima. As ferrovias se enquadraram em um projeto de modernização brasileira. Após os investimentos de Irineu Evangelista, o Barão de Mauá, no Rio de Janeiro neste setor, o governo imperial incentivou e financiou através de um sistema de garantia de juros boa parte dos projetos de estrada de ferro em diversas regiões brasileiras.

O investimento estatal e a expansão dos transportes ferroviários tornaram-se evidentes em Marzagão no início do século XX. Em 1902 foi inaugurada uma estação com um pequeno desvio para atender a descarga de algodão na fábrica de tecidos. A estação, inaugurada com o nome de Marzagão e situada na linha tronco da estrada de ferro Central do Brasil, ligava General Carneiro à Belo Horizonte. Esse edifício passou a se chamar, em meados da década de 1950, estação Carvalho de Brito, em homenagem ao proprietário da vila operária. Esta edificação foi demolida na década de 1980.



Imagem 2 - Estação Carvalho de Brito anos 1950.
FONTE: www.estacoesferroviarias.com.br

O lugar escolhido para a construção da fábrica distava dos núcleos urbanos existentes neste período. A sede da empresa localizava-se entre os núcleos populacionais mais próximos, ou seja, a sede de Sabará e o Curral Del Rei. Este referido lugar possuía, em fins do século XIX, apenas algumas fazendas que viviam da agricultura de subsistência.

O emprego em uma indústria tornou-se novidade para os moradores da região e atraiu a atenção de diversos trabalhadores rurais, que não viam perspectivas em sua atividade ou sentiram-se atraídos pela oferta de novas possibilidades trabalhando em uma indústria.

A partir daí começa a se delinear nesse lugar uma estratégia e uma série de procedimentos por parte de empresários para se criar a transformação de trabalhadores predominantemente agrários em trabalhadores fabris.

Ao alterar a paisagem rural da região e introduzir novas formas de produção, como ocorrido em outros empreendimentos da época, Giroletti argumenta que novos valores e uma nova visão de mundo eram estabelecidos. Sendo assim:

A estratégia empresarial visava formar nos operários um novo estilo de vida, uma nova ética e uma nova sexualidade que se contrapusessem à sistemática de viver do trabalho escravo, camponês ou artesão correspondente à nova formação econômico-social capitalista. O direito criado pelos regulamentos, prevendo penalidades e estímulos materiais, foi um dos principais meios utilizados para especificar os valores a serem transmitidos ao corpo operário e para criar neles uma nova cosmovisão. (1991. p.19)

Por encontrar-se distante da moradia dos primeiros funcionários e buscando criar um modelo integrado entre o local de trabalho moradia, os empreendedores e proprietários da

fábrica passaram a construir edificações para abrigar os funcionários no mesmo lugar da sede da empresa.

Os primeiros funcionários que se empregaram em fábricas de tecidos no Brasil, bem como seus respectivos empreendedores, passaram por um processo de transição entre o mundo do trabalho agrícola e escravocrata e as novas estratégias e configurações do trabalho assalariado.

(...) A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil do século XIX colocou as classes dominantes da época diante da necessidade premente de realizar ajustes no seu universo mental, de adequar a sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento. No mundo de outrora, ordenado pela presença do escravo, a questão do trabalho era escassamente problematizada na esfera das mentalidades: o trabalhador escravo era propriedade do senhor e, sendo assim, o mundo do trabalho estava obviamente circunscrito à esfera do mundo da ordem, que consagrava o princípio da propriedade. (CHALHOUB, 2001. p. 65)

O modelo que agregava local de trabalho e moradia propunha integrar as relações sociais de trabalho ao cotidiano dos operários. A transformação, criação e formação de mão-de-obra especializada partiram, em grande parte, da ação coordenada pelos empresários e empreendedores da atividade fabril.

Neste período, de fins do século XIX, a edificação de vila operária detentora de uma estrutura com características de auto-suficiência começa a surgir em meio a possibilidade de materializar uma série de projetos utópicos que eram carregados de um elevado nível de otimismo e crença no progresso civilizatório e no desenvolvimentismo científico. Habermas, ao analisar os projetos utópicos no século XXI, verifica o atual esgotamento das energias utópicas da sociedade do trabalho, tendo em vista os efeitos colaterais e a ambivalência da transformação da natureza pela ação humana. Entretanto, ao expor as propostas utópicas clássicas e relacioná-las ao contexto do século XIX, demonstra que havia motivações bastante racionais para se crer nessas utopias nesse período.

As utopias clássicas traçaram as condições para uma vida digna do homem, para a felicidade socialmente organizada: as utopias fundidas ao pensamento histórico – que interferem nos debates políticos desde o século XIX – despertam expectativas mais realistas. Elas apresentam a ciência, a técnica e o planejamento como instrumentos promissores e seguros para um verdadeiro controle da natureza e da sociedade. (1987, p.105)

A relação de projetos e modelos utópicos pode ter influenciado a criação da vila operária de Marzagão, pois a promessa de um futuro melhor e de condições de bem-estar social eram difundidas nas regiões onde se instalavam modernos complexos industriais.

Criou-se em Marzagão uma estrutura arquitetônica com características de auto-suficiência que remete a pensar em semelhantes projetos executados por movimentos sociais chamados posteriormente por autores marxistas como socialismo utópico. Pode-se associar um modelo que se aproxima do que foi construído em Marzagão com as obras e projetos do empresário inglês Robert Owen. Em New Lanark na Escócia em 1815, Owen projetou uma vila operária cujas bases ideológicas se amparavam na criação de comunidades de número limitado, erigidas sobre bases agrícolas.

Kenneth Frampton, ao analisar a estrutura arquitetônica da vila escocesa de New Lanark, afirma que “era uma cidade fabril paternalista, completada por instituições urbanas tradicionais, como igreja, enfermaria, escola secundária, banhos públicos, asilos e um parque”. (2000, p. 15)

O francês Charles Fourier também projetou estruturas arquitetônicas cujos princípios fundamentais baseavam-se na composição de um espaço que aliasse funcionalidade, conforto e beleza. Estes agrupamentos receberiam o nome de Falanstérios, que seriam uma espécie de sociedade fechada, composta por cerca de 1600 pessoas e que deveriam assumir todas as funções sociais. (TOUCHARD, 1970, p. 141)

Estes modelos, que a princípio eram encarados com reservas por parte do empresariado europeu, passaram a ser utilizados como uma forma de se criar maneiras específicas de domínio e disciplina em vilas operárias durante o século XIX, não apenas na Europa mas também no Brasil, como podemos citar o exemplo proposto na fábrica e vila operária de Marzagão.

No caso específico de Marzagão criou-se uma condição disciplinar entre operários e empresários representada por um sistema de sanções e benefícios que foi eficazmente aplicado durante mais de três décadas.

As fábricas foram, no período, as unidades produtivas em condições de empregar trabalhadores e de transformá-los de forma rápida e eficiente em operários industriais. Os empresários tinham consciência de que as fábricas eram agências melhor aparelhadas para reprocessar mão-de-obra autóctone, no sentido de resgatá-la da escravidão (ou do infortúnio) e de incorporá-la econômica e socialmente à nova sociedade capitalista que se desenvolvia. (GIROLETTI, 2002. p.93,94)

Os limites de dominação e o modelo disciplinar criado em Marzagão tinham variadas fontes constituintes. A Igreja era uma instituição que se tornou presente e atuante nas formas de convívio dos habitantes do local desde seus primeiros anos de existência. Segundo matéria publicada pelo jornal católico denominado “O Apóstolo”, em 1893, os operários de Marzagão teriam elaborado um abaixo assinado dirigido aos acionistas da fábrica, no qual pediam

respeitosamente a ereção de uma capela sob a invocação do Sacratíssimo Coração de Jesus. Neste documento os operários argumentaram que:

Sem Deus nada! E para provar o que dizemos, lançai vossas vistas para a Europa, onde se tem feito timbre em afastar a religião do operário, e ali encontrareis a anarquia e a dinamite substituindo as duas melhores filhas da religião – a paz e a ordem. E nós, ficaremos como os desgraçados operários europeus? De certo que não, pois não nos dirigimos em vão a acionistas, entre os quais encontram-se estrênuos defensores e confessores do nosso sublime credo, que é a religião do crucificado (O APÓSTOLO, 1893, p. 4)

Nesse tom de crença incondicional e descritos pelo jornal católico como devotados fiéis, os trabalhadores da fábrica de Marzagão foram representados pelo operário Felismino Arruda, que assumiu a iniciativa da campanha e assim descreveu a entrega do abaixo assinado: “[...] *um grupo de meninas conduziu uma inscrição composta pela professora. O gerente serviu vinho, prometeu apoio, ergueram-se brindes. A assembléia geral dos acionistas aprovou a solicitação em janeiro.*” (O APÓSTOLO, 1893, p. 4). Nota-se que neste período já se encontra na vila a presença de uma professora. Como poderemos observar mais adiante, a instituição de ensino existente no complexo fabril de Marzagão também era um setor controlado pelos proprietários.

2.2 - O período de transição da administração e o apogeu da Vila Operária

Existe uma breve lacuna nas informações sobre os primeiros anos de funcionamento da fábrica de tecidos de Marzagão no início do século XX. Entretanto, sabe-se que durante as duas primeiras décadas do século XX, o investimento prosperou e se ampliou, como podemos observar nos relatos de Victor Silveira, que em 1925, ao descrever as atividades da fábrica afirma que: “*Nada mostra, a nosso ver, com mais vivacidade, o progresso de Minas, no campo da indústria, do que esta fábrica, cujos productos ganharam definitivamente os mercados, pela superior qualidade de sua fabricação*” (p. 1357).

Em meados da década de 1910 a fábrica de Marzagão foi adquirida pelo Sr. Manoel Tomás Carvalho de Brito. Nascido em Antônio Dias, local posteriormente incorporado ao Município de Itabira do Mato Dentro, no dia 17 de janeiro de 1872, era filho do fazendeiro e

tenente-coronel da Guarda Nacional Fabriciano Felisberto de Brito e de Ana Angélica de Carvalho de Brito. (BELOCH, 1984, p. 480).

A trajetória do Sr. Carvalho de Brito é narrada em vários dicionários biográficos devido ao seu envolvimento com diversos cargos públicos. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1894, retornou a Minas Gerais, onde exerceu o cargo de promotor da comarca de Santa Bárbara até 1897. O tipo de investidor e o perfil de empresário envolvido no decorrer do curso histórico da fábrica de Marzagão, reforça a idéia de que estes atores sociais tinham um envolvimento direto ou indireto com cargos públicos e burocráticos do poder político mineiro.

Em 1903 Carvalho de Brito foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1906 assume o cargo de secretário do Interior de Minas, durante a presidência estadual de João Pinheiro da Silva. Neste momento efetua uma reforma do ensino primário estadual, sendo homenageado em uma conferência publicada em 13 de maio de 1908, pelo então diretor do Arquivo Público Mineiro e ex-presidente de Minas Gerais, Antônio Augusto de Lima.

Além de exercer suas funções associadas ao quadro burocrático mineiro do início do século XX, o Sr. Carvalho de Brito exerceu funções de banqueiro e empresário. Foi diretor do Banco do Brasil e visitou estabelecimentos industriais da Escócia e da Inglaterra a convite da Federation of British Industries. Esses eventos podem ter influenciado diretamente na concepção estrutural adotada no complexo arquitetônico implantado em Marzagão. Durante o período de 1913 a 1918 foi Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade e Viação urbana de Belo Horizonte. Neste momento, iniciou os investimentos na fábrica de tecidos e na ampliação do conjunto arquitetônico que contava com uma usina hidrelétrica para geração de energia própria. Os investimentos na indústria em Marzagão estiveram durante muitos anos associados a atividades agrícolas, dentro da propriedade do Sr. Carvalho de Brito.



Imagem 3 – Vista parcial da fábrica e da vila operária em 1925. Fonte: Arquivo do Centro de Memória do Sistema FIEMG.

O Sr. Carvalho de Brito, representante da elite industrial mineira que mantinha estreitos vínculos políticos com o presidente Washington Luis, ao decidir apoiar a candidatura à presidência de Júlio Prestes criou sérias divergências políticas com os vitoriosos da Aliança Liberal de 1930, o que o levou a ser exilado. Retornando ao Brasil, continuou seus empreendimentos industriais e comerciais, dentre os quais destacam-se a Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais em Marzagão e a Fábrica de artefatos de borracha Pneus Brasil. Carvalho de Brito foi casado com a Sra. Elisa Robertina de Albuquerque Brito, com quem teve cinco filhos.



Imagem – 4 Sr. Manoel Tomás Carvalho de Brito. Fonte: Associação Comunitária dos Amigos e Moradores de Marzagão – ACAMM

Após a morte de Manoel Tomás Carvalho de Brito, em 1952, a fábrica foi administrada por seus filhos, dentre os quais se destaca Raul de Brito e seu genro, o Sr. Luís Gonzaga Nascimento e Silva, que foi casado com Vilma de Carvalho Brito do Nascimento e Silva.

O perfil dos dirigentes e empresários envolvidos com a fábrica de tecidos de Marzagão permite pensarmos na possibilidade de haver uma similaridade com outros empresários mineiros da mesma época. Sérgio Birchall compara as origens sociais e a origem do capital de alguns empresários brasileiros de diferentes regiões. Ao comparar mineiros com paulistas e cariocas afirma que existem características e especificidades entre estes empresários que não necessariamente podem ser aplicadas como um perfil de empresários do país no século XIX. Embora algumas fontes de capital sejam comumente convergentes para a formação de uma elite com raízes agrárias, a natureza das atividades e a origem dos empresários são variadas. O autor afirma que “a análise do empresário mineiro revela que em contraste com seus pares em São Paulo e no Rio de Janeiro, os empresários mineiros emergiram principalmente da elite local constituída basicamente de brasileiros” (2004, p. 1).

Os procedimentos de administração adotados pela família Carvalho de Brito na fábrica de Marzagão estruturaram-se em consonância com padrões de dominação que se estendiam às práticas do trabalho na fábrica de tecidos. O cotidiano do local era divulgado em matérias de periódicos da capital que enfatizavam os aspectos positivos deste empreendimento, destacando-se o conforto e a tranquilidade que os proprietários proporcionavam aos seus operários mediante um tácito acordo de disciplina e ordenamento no trabalho.

A revista “Bello Horizonte”, que era publicada na capital mineira, apresenta uma matéria descrevendo a estrutura da vila operária de Marzagão e o cotidiano dos trabalhadores neste local em 1933:

Marzagão é um pequeno arraial encostado à linha tronco da Central, no caminho para o norte, a meia hora de Belo Horizonte. A sua população é de perto de duas mil almas. É composto por gente simples, ordeira e trabalhadora. Marzagão, à tarde possui a vida corriqueira das villas do interior. Espia os trens do subúrbio, vae à reza, às vezes a um cinema mudo, um footing... No mais Marzagão trabalha. Trabalha das cinco da manhã, quando um apito forte o acorda, até que o outro apito o manda descansar, à tarde. Trabalha em que? Na lavoura, na mineração, na siderurgia? Não, Marzagão trabalha, inteirinha, numa fabrica de tecidos[...] (1933, p. 10)

Era com orgulho que se difundia a idéia do trabalho, principalmente da atividade fabril. O ritmo de vida moderno e a ordem estabelecida eram expostos pelos empresários como sendo o padrão de vida e um exemplo de bem-estar social a ser conquistado pelos

operários. Em outras passagens da mesma publicação, observa-se que a questão salarial também era colocada em evidência no discurso empresarial: "*Trabalham nas diversas seções da grande fábrica cerca de 1.000 operários, todos eles com ótimo salários e gozando de todas as regalias possíveis, isto muito antes da sindicalização e da criação do protetorado ao proletário.*" (1933, p. 10).

A questão da formação da mão-de-obra, do recrutamento dos operários e dos limites de autonomia na fábrica de Marzagão são pontos que merecem ser discutidos. Dona Ermelinda, ex-operária da fábrica, nascida em 1919 na região do município de Santa Bárbara e moradora da vila operária de Marzagão desde 1931, relata em depoimento oral que:

Embora eu tenha começado a trabalhar com 12 anos, a vida em Marzagão era muito boa. Nessa época ainda não existia lei trabalhista. Todo empregado trabalhava de 6 da manhã até às 9 da noite com intervalo pequeno para almoço e jantar. Mas era bom. Somente até às 9 horas podíamos ficar nas ruas. Se houvesse uma festa como casamento ou aniversário, tinha que pedir licença no escritório quando a festa era à noite. Porém, não nos faltava nada, lá tinha armazém, açougue, padaria, posto médico, cinema, escola e um campo de futebol. O que não era bom é que tudo que a gente comprava era por meio do "boró" que se retirava no escritório, mas tinha que ter ganho de produção para cobrir a quantia que era pedida. (Sra. Ermelinda, 2007).

Em outras passagens de seu depoimento esta ex-funcionária afirma que era comum haver na fábrica mulheres na faixa etária entre dez a doze anos de idade. As funções mais insalubres e que necessitavam de maior emprego de força física eram desempenhadas por homens.

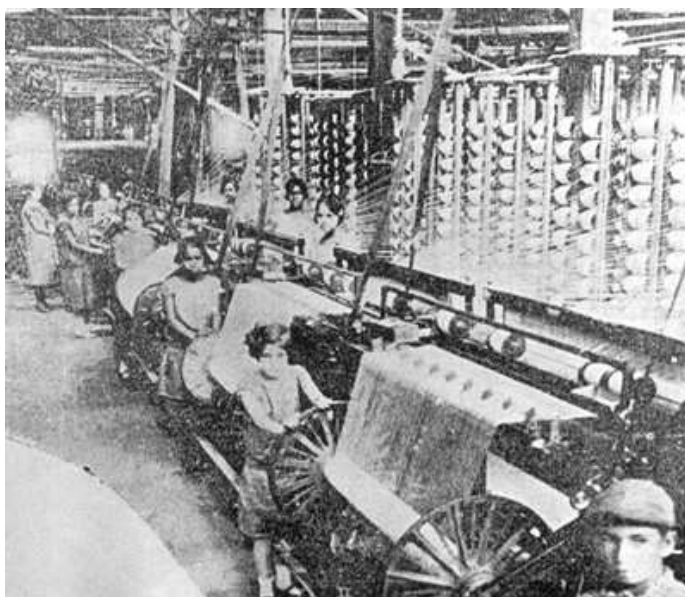


Imagem 5 - Vista do setor de teares em meados da década de 1920
Fonte: Associação dos Amigos e Moradores de Marzagão - ACAMM

O emprego de mão-de-obra infantil era comum na fábrica de Marzagão. Máquinas pesadas, como os teares mecânicos, eram operadas muitas vezes por crianças que tinham em torno de doze anos de idade. Giroletti, ao analisar o caso da fábrica do Cedro, em Curvelo, verificou que entre 1884 e 1888, 43% do operariado eram mulheres e 33% eram crianças.

As fábricas Companhia Industrial Sabarense e Gabiroba de Itabira também utilizaram esse tipo de mão-de-obra. Não tem referência à proporção, embora o tenham utilizado. Os alojamentos para moças no convento e para os operários solteiros são a prova de seu emprego. É provável que em proporção semelhante, para manter as condições de competitividade com as demais fábricas, a contratação maciça de mulheres (moças, senhoras e viúvas) e de meninos, além de razões expostas, se justificasse pelos baixos salários pagos e pela possibilidade de formar, entre os menores e os jovens, operários de excelente qualidade. (2002, p. 121)

O sistema de oferta de um futuro promissor e de uma vida de qualidade contrabalançava com a inexistência de direitos trabalhistas, a rigorosa disciplina e as pesadas jornadas de trabalho às quais os operários eram submetidos. A estrutura da vila operária de Marzagão antes da criação das leis trabalhistas pelo governo Vargas, na década de 1930, fornecia o acesso a bens e serviços não como um direito adquirido, mas como uma concessão e resultado do bom relacionamento entre o operariado e o patronato. Tem-se aqui uma configuração de direitos e deveres baseados na relação inter-pessoal entre operários e patrões. O empresário criava não apenas um código de conduta para o trabalho dentro da fábrica, mas policiava, fiscalizava e até legislava, para toda a vila de maneira autônoma. Ou seja, o empresário exercia funções típicas do Estado.

Neste caso, a provisão dos direitos era uma atribuição dos detentores do capital e estabelecia-se no âmbito privado, sem a interferência estatal. Esping-Anderson, ao discutir a conceituação do *Welfare state*⁹, expõe que:

Quando os direitos sociais adquirem o status legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma "desmercadorização" do *status* dos indivíduos *vis-avis* o mercado. Mas o conceito de cidadania social também envolve estratificação social: o *status* de cidadão vai competir com a posição de classe das pessoas, e pode mesmo substituí-lo. O *welfare state* não pode ser compreendido em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. (1991, p.101)

⁹ Embora o conceito de Welfare State seja muito mais robusto e merecedor de uma análise pormenorizada, associa-se aqui o termo aos tipos de relações sociais existentes em Marzagão apenas para ilustrar alguns pontos de convergência entre a idéia de cidadania e a relação de poder dos empresários com a ausência estatal em alguns setores políticos durante as primeiras décadas do século XX.

O controle e fiscalização das atividades de trabalho foram exercidas na vila de Marzagão durante o período de 1915 a 1952, pelo empresário Manoel Carvalho de Brito. Constituiu-se neste local um modelo vila/fábrica onde se estabelecia uma forma de dominação direta do operariado, com a intervenção dos empresários na vida de seus subordinados. O único armazém da região era propriedade da fábrica. A diversão era determinada em horários fixos e com atividades programadas pelos proprietários da empresa. Em matéria publicada na revista “Bello Horizonte” em 1933, assim era descrita a estrutura da fábrica:

Trabalhavam nas diversas seções da grande fábrica cerca de 1.000 operários, todos eles com ótimos salários e gozando de todas as regalias, isto muito antes da sindicalização e da criação do protetorado ao proletário. Anexa à fábrica existe uma escola de tecelagem onde trabalham atualmente cerca de 50 aprendizes. O Sr. Carvalho de Brito mandou construir para as famílias que trabalham na fábrica e que são cerca de 150, casas confortáveis e espaçosas. Para as moças solteiras existe uma pensão dirigida por senhora respeitável, onde as operárias moram e fazem as refeições. A Cia. Fiação e Tecidos Minas Gerais mantém em Marzagão uma escola para os filhos dos operários, escola esta sob a direção de competente educadora. (BELLO HORIZONTE, 1933, n.p)

Além das edificações e instalações citadas acima, incluíam-se nas dependências da propriedade da fábrica um posto médico, açougue, torrefação de café, estábulo, padaria, oficinas mecânicas, carpintaria, um cartório, um posto dos correios, oficina de fundição, serraria, olaria, sede social, igreja, campo de esportes, cinema e piscina.

A seguir tem-se um croqui de algumas das edificações que existiram em Marzagão elaborado com base na observação de referências fotográficas de outras épocas e nas condições atuais de algumas edificações. Toma-se também como orientação o desenho elaborado pela equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, através do que pode ser observado em 1984, através dos indícios, fundações e espaços vazios deixados pelos prédios e de algumas construções que se arruinaram ou que foram demolidas.

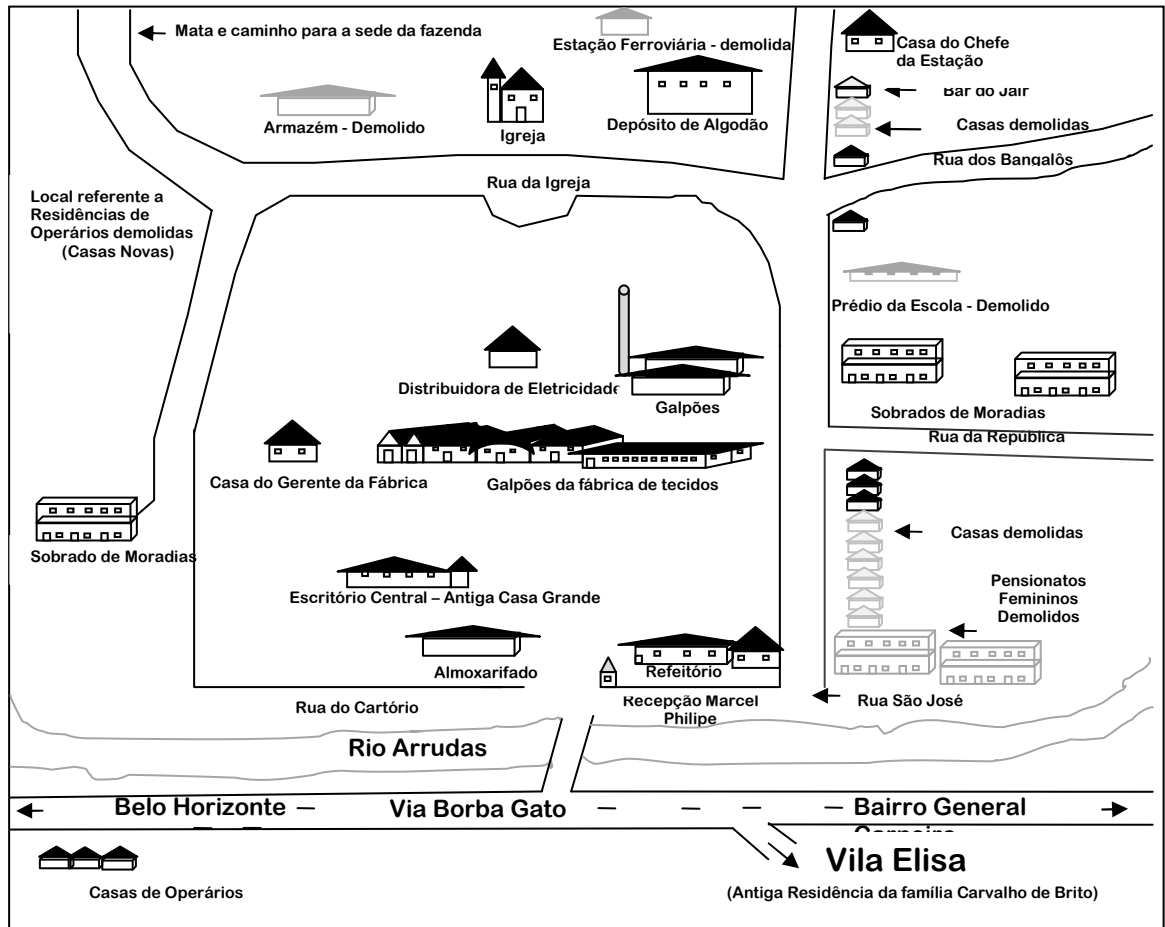


Imagem 6 - Croqui elaborado pelo autor representando parte das edificações existentes e demolidas do conjunto arquitetônico de Marzagão.

Segundo a análise arquitetônica do local, constante no parecer técnico do IEPHA-MG:

O conjunto foi implantado em patamares, distribuindo-se a malha viária principal em duas vias transversais paralelas ao rio e duas longitudinais perpendiculares à encosta, uma delas em posição central conduzindo diretamente ao coração do núcleo representado pela rua da fábrica, e outra lateral que se subdivide na região intermediária, dando acesso às áreas residenciais à esquerda, à estação ao alto, e à rua da Igreja à direita. Uma via secundária parte da rua da fábrica levando às unidades residenciais localizadas à direita (sobrado velho e casa do encarregado), enquanto o prolongamento da rua da Igreja conduz à quadra de *casas novas*, hoje inexistentes, e à Fazenda Carvalho de Brito. (IEPHA-MG, 2002)

Através da análise da implantação e das tipologias utilizadas, pode-se dizer que algumas características estilísticas apresentam traços e empregos formais de diferentes concepções arquitetônicas. Neste contexto, mesclam-se edifícios com traços de uma arquitetura industrial com referenciais coloniais. Tais concepções apresentam características tanto de racionalização e modernização nas técnicas construtivas quanto de uma preocupação com o conforto e a conservação de um ambiente tipicamente agrícola. Segundo a análise arquitetônica constante no *dossiê* de tombamento do IEPHA-MG:

Se nas casas de operários optou-se pelo emprego de esquemas formais e construtivos referenciados na arquitetura colonial, a modernidade da arquitetura eclética difundida nas últimas décadas do século XIX e início do século XX foi adotada nos edifícios industriais, nas casas do encarregado e do agente da estação, e na casa que abrigava o cartório, da qual restaram apenas ruínas de paredes. Essa convivência de repertórios arquitetônicos possivelmente corresponde ao caráter de transição da economia agrícola para a industrial típico de muitos dos conjuntos têxteis pioneiros. Entretanto, talvez estejamos diante, não da permanência daquelas soluções tradicionais, mas de uma opção por sua retomada, como se pode observar no caso da proposta de Lúcio Costa, datada da década de 1930, para a construção de vila operária em Monlevade/MG. (IEPHA-MG, 2002)

Analisando o modelo arquitetônico projetado em Marzagão, percebem-se algumas semelhanças e regularidades com o modelo de distribuição espacial implementado na fábrica de tecidos da Companhia União Itabirana, objeto de estudo de Cristiane Maria Magalhães. A existência do rio como elemento natural de delimitação da vila, além de edificações como a residência do gerente, a Igreja, o armazém e a escola, são elementos arquitetônicos comuns tanto em Marzagão quanto na fábrica itabirana.

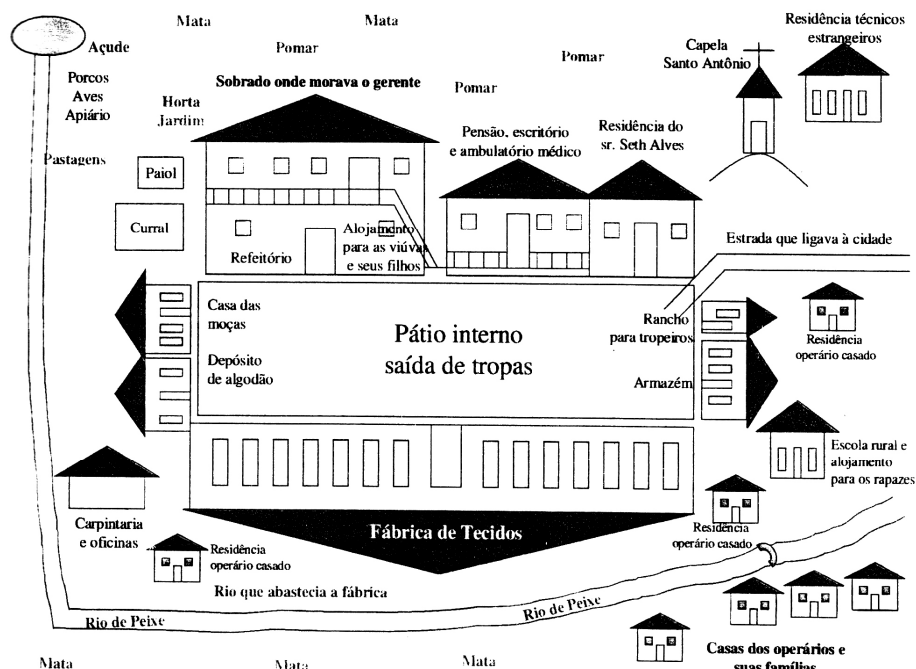


Imagem 7 - Croqui da vila operária da fábrica de gabioba em Itabira

Fonte: MAGALHÃES, Cristiane Maria. *Mundos do Capital e do Trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930)*.

O conjunto arquitetônico de Marzagão representa um exemplar das transformações correlatas ao desenvolvimento industrial ocorridas em diversas cidades brasileiras durante fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Dentre as mudanças processadas no

cotidiano e nos modos de vida urbanos de núcleos industriais, encontram-se a desconstrução da cidade colonial, a modernização e racionalização da infra-estrutura urbana e as reformas da habitação.

A disposição espacial de núcleos fabris seguiram uma espécie de padronização de suas áreas. As determinações impostas pelo tipo de força motriz e as fachadas apresentando um tratamento arquitetônico muito semelhante em diversas fábricas, tendiam para a viabilização da utilização e transmissão de energia através de motores a vapor ou hidráulicos. A facilidade de propagação de incêndios fez com que muitas estruturas comumente constituídas de madeira fossem substituídas por ferro, e assim sucessivamente as formas arquitetônicas transformaram-se visando a racionalização e o funcionamento da fábrica evitando perdas e agilizando a produção.

Ao analisar as características arquitetônicas dos complexos fabris de fins do século XIX, Daniele Couto Moreira afirma que:

A arquitetura para a indústria até meados do século XIX transformou-se lentamente e, inicialmente, foi baseada em adaptações de modelos e tipologias de outras edificações. Portanto a concepção da fábrica como espaço de produção antecede à solução arquitetônica que definiria uma tipologia específica para este programa. Principalmente durante meados do século XIX e início do XX a arquitetura fabril confrontou-se com novas tecnologias, materiais e sistemas de organização ligados à produção acarretando a busca por novas concepções espaciais que traduzissem os novos paradigmas produtivos arquitetônicos. (2007,P. 125)

O modelo conhecido como manshesteriano resulta de uma edificação composta por vários pavilhões com telhados em *SHEDS*, que possuem janelas envidraçadas na porção superior de cada pavimento, o modelo têm como objetivo melhorar a circulação de ar e a iluminação do ambiente, evitando o desperdício de energia elétrica. A fábrica de Marzagão, que teve sua cobertura alterada, apresentava em seu projeto original esta solução arquitetônica. Grande parte das modificações estéticas nas edificações industriais estiveram subordinadas a questões técnicas e funcionais.

Neste contexto, em resposta às demandas criadas pela industrialização, começam a ser construídas edificações com características específicas, pensadas de acordo com o programa fabril. Os edifícios e a organização espacial passam a ser elementos condicionantes de um esquema produtivo e passam a expressar uma determinada lógica de trabalho e de produção.

A distribuição e a utilização do espaço em núcleos fabris passaram a priorizar e interferir não apenas no funcionamento das máquinas, mas também ajudaram a moldar estruturas de moradias e outras composições arquitetônicas que deram origem às vilas operárias. A construção de moradias simples e funcionais, associadas a toda uma infra-

estrutura necessária para a manutenção da vida, sintonizavam na mesma frequência o comportamento do indivíduo e o ritmo de funcionamento da fábrica.

A concepção de espaço de produção, que até então priorizava o funcionamento das máquinas, foi paulatinamente substituída por soluções que associavam funções inéditas às áreas típicas de produção. É o caso do agenciamento das fábricas a conjuntos habitacionais, escolas, serviços médicos, assistenciais, recreativos e religiosos. Embora esta solução, a primeira vista, significasse um benefício para os trabalhadores, em outras instâncias significava o controle quase total sobre o trabalho e a vida do operariado

Em estudo realizado sobre a vila operária de Marzagão, Lucília de Almeida Neves Delgado e Michel Marie Le Ven descrevem que:

O costume de abastecer-se no armazém da vila contribuía para aumentar ainda mais a dependência do trabalhador na empresa. Quase obrigado a fazer compras dentro da própria Marzagânia, pagando muitas vezes mais que em outros estabelecimentos, o operário sempre tinha dívidas com relação à fábrica. Havia inclusive meses em que não era pago salário porque os gastos com alimentação, água energia e moradia eram todos descontados em sua folha de pagamento. (DELGADO, LE VEM, 1980. p. 162)

Esta análise nos remete a uma extensão da disciplina do interior da fábrica para a vida privada. Tal controle inibidor se pautava principalmente na propriedade, uma vez que as terras pertenciam à fábrica, e no monopólio dos bens e serviços fornecidos; e é claro, na figura de chefes disciplinadores e severos nomeados para essa função.

Em outra passagem do mesmo artigo, verifica-se que a questão da dependência e a submissão do proletariado às regras iam muito além das relações de trabalho desenvolvidas dentro da fábrica. Ao ouvir depoimentos orais de trabalhadores da fábrica, verificou-se que:

Outro mecanismo utilizado, em grande escala para reproduzir a dependência e a submissão era o sistema de distribuição de empregos. A fábrica buscava manter-se como controladora de toda a vida da comunidade construída ao seu redor. Era comum a alusão ao termo "família" com referência a comunidade de Marzagânia. Participar desta família era pressuposto de garantia de trabalho desde que fossem respeitadas as regras institucionais. (DELGADO, LE VEM, 1980. p. 162)

Exemplos deste tipo demonstram alguns dos mecanismos de controle da vida social e das atividades de trabalho aos quais eram submetidos os trabalhadores do empreendimento fabril em Marzagão. A temática do trabalho se expressa em seus desdobramentos para além das condições salariais ou técnicas de execução. O trabalho pode ser um articulador entre as relações sociais e mesmo formador de um caráter identitário de grupos sociais.

Robert Castel, ao analisar as metamorfoses da questão social no caso francês, demonstra que a categoria trabalho deve ser entendida para além das relações técnicas de produção. Neste caso, a inserção ou não inserção no mercado de trabalho pode influenciar as relações sociais, culturais e identitárias de indivíduos e grupos coletivos. Castel busca no pensamento de Émile Durkheim o conceito de solidariedade como elemento fundamental para a compreensão do seu trabalho:

Émile Durkheim e os republicanos do fim do século XIX chamaram de solidariedade esse vínculo problemático que assegura a complementaridade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade dos componentes de uma organização. É o fundamento do pacto social. Durkheim reformulava-o nesses termos no momento em que o desenvolvimento da industrialização ameaçava solidariedades mais antigas que ainda deviam muito à reprodução de uma ordem baseada na tradição e no costume. (CASTEL, 1998. p.35)

Considerações como estas nos remetem a pensarmos nos vínculos associativos e nas relações de dependência e solidariedade desenvolvidas em sociedade. Durkheim, na obra “*A Divisão do Trabalho Social*” afirma que nas sociedades primitivas o indivíduo está submetido à coletividade, pouco se diferenciando dos demais, sendo literalmente uma “*coisa de que a sociedade dispõe*”. A personalidade individual é absorvida pela personalidade coletiva. Chamará este tipo de relação de “solidariedade mecânica”:

Essa palavra não significa que ela seja produzida por meios mecânicos e de modo artificial. Só a denominamos assim por analogia com a coesão que une entre si os elementos dos corpos vivos. O que acaba de justificar essa denominação é que o vínculo que une assim o indivíduo à sociedade é de todo análogo ao que liga a coisa à pessoa. A consciência individual, considerada sob esse aspecto, é uma simples dependência do tipo coletivo e segue todos os seus movimentos, como o objeto possuído segue aqueles que seu proprietário lhe imprime. (DURKHEIM, 1995, p.107)

A divisão social do trabalho, fato característico da revolução industrial, para Durkheim, rompe com essa subordinação do indivíduo ao coletivo. Ela vai ser responsável pelo processo de individualização. O indivíduo vai começar a se identificar com o seu trabalho e construir uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. Esta individualização vai determinar uma dependência dos indivíduos, uns em relação aos outros, promovendo uma nova espécie de solidariedade, e quanto maior é o espaço gerado pela especialização do trabalho, maior é a coesão social que resulta deste tipo de solidariedade:

Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Essa solidariedade se assemelha à que observamos entre os animais superiores. De fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua anatomia, e contudo a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individuação das partes. Devido a essa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho. (DURKHEIM, 1995, p.109)

Diferentes níveis de liberdade e autonomia individual contrapondo-se com a necessidade de cooperação para o exercício da vida coletiva são alguns dos fatores que podem ser analisados em uma configuração social como a vila operária de Marzagão.

No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, com exceções a mencionar mais tarde, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumento de trabalho. (Marx, 2002, p.58. apud GIROLETTI)

O trabalho, enquanto elemento central da análise das relações sociais existentes em Marzagão, demonstra ser um campo amplo e passível de interpretações e leituras que ultrapassam as barreiras das questões trabalhistas. Os tipos de organização social e as estruturas de dependência entre os indivíduos podem resultar em relações sociais com níveis de interação diferenciados. No caso específico de Marzagão, os operários tinham diversos setores da vida cotidiana vinculados a instituições que também eram controladas pelos proprietários do local. Margareth Rago, ao analisar as vilas operárias da cidade de São Paulo, argumenta que:

(...) Na verdade, todos os movimentos do operário, sua postura, seus atos, seu ritmo de trabalho, sua própria história pessoal e profissional são objeto de um controle disciplinar à imagem de um acampamento militar, objetivando-se extrair o máximo rendimento e anestesiar a explosão da revolta latente. (1997 p. 23-24)

José Ricardo Ramalho, ao analisar as transformações do modelo de produção baseado na relação direta entre capital e trabalho, faz um estudo de caso da Fábrica de Motores Nacional, FNM, que foi implantada no Estado do Rio de Janeiro na década de 1940. Embora se trate de ramo de atividade distinta, alguns aspectos são análogos ao caso da vila operária de Marzagão. Ramalho destaca a disciplina como sendo um dos fatores primordiais na formação

do operariado da referida fábrica, que neste caso sofreu influências militares, pois a mesma estava sob a direção de um militar, o Brigadeiro Guedes Muniz.

A presença física do “Brigadeiro” em momentos importantes para a vida dos trabalhadores na fábrica e a relação face a face que mantinha serviam não só para consolidar este estilo de “dominação” como para transformar estes momentos em encenações, onde o poder do patrão se concretizava de forma exemplar. (RAMALHO, 1989, p.78)

Relações patronais nas quais a autoridade e o controle da mão-de-obra foram construídos com bases paternalistas também eram recorrentes durante o período de implantação de indústrias em Minas Gerais. Neste caso, o controle das atividades era fiscalizado diretamente pelo patrão que criava formas bastante pessoais de exercício do poder. Domingos Giroletti, ao pesquisar a formação das indústrias têxteis mineiras, destaca o elemento disciplinar existente na Cedro Cachoeira, São Vicente, São Sebastião, entre outras. Segundo Giroletti:

A disciplina foi produzida pela ação direta dos empresários, manipulando recursos de ordem econômica e política de que dispunham, ou pela ação indireta de agentes por ele contratados, ou pelos mesmos introduzidas (Igreja, Escola) ou especialmente criadas, como o Convento. Da ação orquestrada destas várias agências resultou a produção do operário disciplinado, sujeito à vontade dos empresários. (1991, p. 18)

Quando um grupo social se confunde com uma determinada extensão territorial e se faz integrado a ela, adquire um caráter peculiar. Como exemplo pode-se citar a reunião de pessoas formando um estado ou uma cidade, onde grupos de indivíduos encontram-se ligados pelo território. A influência do espaço sobre as relações sociais ultrapassa os limites do território físico e mensurável. Para Simmel, “(...) *o espaço não é mais que uma atividade da alma, a maneira que têm os homens de reunir, em instituições unitárias, os efeitos sensoriais que em si não possuem laço algum.*” (1939, p.208).

O ritmo de vida, na Vila Marzagão era influenciado pela disposição arquitetônica e pelos limites da própria vila onde se tinha bem delimitado o espaço utilizado pelo patrão e as residências dos operários. As atividades dos moradores sofriam influências diretas da marcação de tempo e ritmo imposto pelo trabalho na fábrica.

2.3 - O declínio da atividade fabril e a desestruturação da vila operária

A falta de investimentos e aquisição de novas máquinas durante a década de 1950, associada a morte do presidente da indústria, o sr. Manoel Thomás Carvalho de Brito, fizeram com que a lucratividade da fábrica começasse a decair. A administração da fábrica passou a ser exercida pelos descendentes da família Carvalho de Brito, dentre os quais já foram citados o seu filho, Raul de Brito e seu genro Luís Gonzaga Nascimento e Silva. A solução encontrada pelos empresários para recuperar a lucratividade sem investir na aquisição de novas máquinas foi diversificar a produção. Sendo assim, a produção de tecidos passou a ser crescentemente substituída pela produção de lonas e cordonéis para abastecer a indústria pneumática Pneus Brasil de propriedade da família, com sede no Rio de Janeiro. Essa indústria era beneficiada por incentivos fiscais federais e detinha grande parte da produção deste setor no país.

Embora não se tenha dados quantitativos precisos sobre a população local, verifica-se que, no recenseamento geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1950, o distrito sabarense de Marzagânia, posteriormente denominado Carvalho de Brito, cuja quase totalidade da população estava associada ao conjunto da fábrica de tecidos e da vila operária, totalizava dois mil quatrocentos e quarenta e três moradores. Deste número, excluem-se os moradores do bairro General Carneiro, cuja ocupação antecede ao início do século XX, momento em que a estação ferroviária foi inaugurada no local. Grande parte dos moradores de General Carneiro viviam de serviços prestados ou de pequenos comércios que atendiam a vila operária de Marzagão. Infelizmente não é possível realizar uma comparação entre outros períodos, pois os dados numéricos anteriores, sobre o distrito, como os constantes no recenseamento realizado em 1940, ainda não eram disponibilizados. Os recenseamentos realizados pela mesma instituição em períodos posteriores, como os de 1960 e 1970, apresentam uma quantidade numérica mais elevada do que os apresentados na década de 1950 devido à inserção de bairros como Nações Unidas e outras áreas rurais que passaram a integrar o distrito. A desocupação e redução significativa da população residente em Marzagão ocorreram em meados da década de 1970, quando boa parte dos operários foi demitida.

Com a vitória de Juscelino Kubstichek à presidência da República, em 1955, e a implantação de seu plano desenvolvimentista, o grupo empresarial de Marzagão perdeu o subsídio estatal. Além disso, teve de enfrentar a concorrência de indústrias estrangeiras.

"*Pressionada pelas circunstâncias o grupo se viu compelido a diversificar novamente sua produção. Então adquiriu máquinas novas.*" (DELGADO, LE VEN, 1980. p 160). Neste período as condições de trabalho tornavam-se cada vez mais precárias. Segundo DELGADO e LE VEN, "*A manipulação de um maquinário pesado produzia graves problemas de saúde nos operários.*" (1980, p. 160). Diante dessas condições, as comissões de fábrica criadas pelos funcionários passaram a organizar greves para reivindicar os pagamentos que começavam a atrasar.

O modelo paternalista começava a apresentar falhas e os movimentos reivindicatórios tornavam-se crescentes. O movimento operário desenvolvido no interior da vila operária de Marzagão teve algumas particularidades, pois além de atuar de maneira autônoma em relação ao sindicato oficial, as comissões de fábrica tiveram um importante auxílio de representantes da Igreja Católica.

A prática mais comum do sindicalismo no período populista estava vinculada aos partidos PCB, PTB e ao Estado. Com o Estado o movimento sindical desenvolvia uma relação que se processava através de um duplo caminho: O principal interlocutor para negociações de salários ou de outra natureza era o Estado e não as empresas em particular. Nesse procedimento a justiça do trabalho exercia importante função. Em Marzagânia, entretanto, a dinâmica das lutas sindicais ocorreu seguindo outra lógica, e a organização interna dos trabalhadores, apesar do paternalismo e do rígido controle da empresa, se desenvolveu, pelo menos a princípio, configurada por uma grande independência com relação aos partidos e ao sindicato oficial, e em consequência dessa última condição também ao Estado. (NEVES, LE VEN 1980, p. 167).

No fim do ano de 1960, após seis meses de salários atrasados, os líderes sindicais aproximaram-se da comissão de fábrica que organizou uma manifestação de grande repercussão. Percebe-se que o isolamento, não só político, mas também geográfico, da vila não impedia a ação ordenada da classe operária, mesmo sem vínculos estreitos com os grupos sindicais.

Em matéria publicada no jornal do município de Sabará, são descritos os motivos e as condições em que supostamente teriam ocorrido o movimento grevista e a mobilização desta população até então disciplinada e controlada pelos laços paternalistas da vila operária. Tem-se no título da matéria o seguinte: "*Seis meses de atrasados levam à greve por mais de 30 dias, os têxteis de Marzagânia – Nascido em berço de ouro, Raul de Brito não sabe as consequências da fome*". (A GAZETA SABRENSE, 1961, p. 1). Segundo este jornal, em um primeiro momento, o movimento grevista teve apoio e amparo de membros da igreja católica e de outros empresários, como podemos observar na seguinte passagem da matéria:

A destacada atuação de Sua Excelência o Exmo. Senhor Arcebispo Coadjutor, D. João Rezende Costa, que esteve em Marzagânia e tomou conhecimento da onda de sofrimento existente, prometeu empreender todos os esforços em favor dos grevistas. Sua primeira providência foi solicitar do Sr. Oswaldo Melo, proprietário da empresa “Asa Branca” um caminhão lotado de mantimento para distribuição ao povo. (A GAZETA SABARENSE, 1961, p. 1)

O movimento grevista, que contou com o apoio do então presidente da Federação dos trabalhadores Têxteis, Sr. Sinval Bambirra, realizou uma grande passeata que foi noticiada em diversos jornais mineiros e de outras localidades do país. O jornal “Última Hora”, do Rio de Janeiro, assim descreveu o movimento:

Mais de dois mil trabalhadores acompanharam ontem os grevistas da Companhia de Fiação de Tecelagem de Marzagânia em sua “passeata da fome” pelas ruas da cidade, que teve seu final no Palácio da Liberdade, onde os dirigentes sindicais foram recebidos pelo chefe de gabinete do governador. Durante todo o percurso da passeata, populares aplaudiam os trabalhadores, que portavam faixas onde se lia “pagamento ou morte” e os operários não podem pagar pelos erros dos patrões. O movimento se dissolveu, posteriormente, sem perturbação da ordem. (ÚLTIMA HORA, 1961, p. 1)

Sinval Bambirra, que coordenador das negociações e do movimento grevista de Marzagânia neste período, em depoimento oral concedido à Lucília Neves, afirmou que a fábrica, além de estar entre uma das que tinham os equipamentos mais antigos e pesados, explorava a mão-de-obra dos funcionários através de uma prática de precarização do trabalho conhecida como ziguezague. Segundo este: *“Zigue-zague é uma barbaridade, é, o trabalhador fica a disposição da empresa, doze horas, mas só recebe oito. Porque ele trabalha quatro horas, sai da empresa, fica em casa quatro horas, e volta pra trabalhar mais quatro.”* (BAMBIRRA, 1990, 4^a – SB-8)

As alterações na lógica do trabalho capitalista ocorreram de maneira gradativa no território da fábrica de Marzagão. A incorporação das transformações de mercado, associada a um contexto político e macroeconômico específico, produziu efeitos que refletem uma tendência mundial de crise estrutural do capital.

Em suma, o período de implantação econômica da vila operária de Marzagão é marcado por transformações estruturais do capital. No século XIX ocorre a transição de um modelo econômico baseado na mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, entre o moderno e o arcaico, a atividade agrícola e a atividade fabril mecanizada, a monarquia e a república. Projetos utópicos e garantia de emprego, salário e condições de vida digna foram propostas que permearam o período de apogeu da vila operária durante as primeiras décadas

do século XX. Estas ofertas de melhorias das condições de vida estiveram associadas a uma relação ambivalente que transitou entre o cerceamento de liberdades individuais e a idéia de bem-estar coletivo.

As propostas de bem-estar na vila operária de Marzagão, em seu período de pujança econômica, basearam-se em relações que se manifestaram no âmbito da esfera privada, nas quais empresários exerciam atividades típicas do Estado. Criou-se nesse grupo social uma relação paternalista que controlava não somente as relações de trabalho, mas todas as esferas da vida e do cotidiano do morador da vila operária.

A crise do setor produtivo delineada em fins da década de 1950 trouxe à tona as contradições e novas perspectivas de transformações da estrutura do capital, que culminaram na decadência da atividade fabril na vila operária de Marzagão.

Após esses acontecimentos, a estrutura da fábrica foi se precarizando. A decadência econômica não pôde ser evitada, o que acarretou em conseqüentes demissões e redução das atividades industriais no complexo fabril ao longo da década de 1960. Em 1972 as instalações da fábrica e a usina hidrelétrica foram vendidas para a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira. A maior parte dos operários já havia sido demitida entre fins da década de 1960 e 1970. Vários funcionários mudaram-se da vila e adquiriram terrenos em bairros próximos que surgiram de parcelamentos da propriedade da própria família Carvalho de Brito. O complexo de Marzagão, que freqüentemente recorria às inovações tecnológicas de um maquinário geralmente importado, deparou-se neste momento com um maquinário obsoleto e sem condições fiscais favoráveis para competir com o mercado externo.

A Companhia Cedro Cachoeira, que adquiriu o complexo industrial da fábrica, retirou o maquinário e vendeu os galpões para a empresa de confecções Top (Marcel Philippe), que transferiu sua sede do bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, e instalou-se na região no início da década de 1980, onde utiliza os edifícios até os dias de hoje. No início do ano de 1997 o antigo depósito de algodão foi adquirido pelo grupo teatral Kabana, cujos integrantes constituíram, juntamente com alguns moradores, a Associação Comunitária dos Amigos e Moradores de Marzagão – ACAMM, que através de uma série de manifestações tentaram estimular e disseminar na comunidade local a idéia de preservação das memórias, do patrimônio e da história local.

A área do entorno da fábrica e os demais edifícios pertencentes à antiga vila operária são administrados por uma empresa que atua no ramo imobiliário, denominada União Rio Empreendimentos S.A., que é conduzida pelo Sr. Luís Roberto Nascimento e Silva, que foi Ministro da Cultura durante o governo do presidente Itamar Franco entre 1992 e 1994 e

Secretário de Estado da Cultura do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2004. Luís Roberto Nascimento Silva é filho do Sr. Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, que foi casado com Vilma Carvalho de Brito, filha do Sr. Manoel Carvalho de Brito. O Sr. Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, por sua vez, foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social em 1966, durante o governo do presidente militar Humberto Castelo Branco.

Diversos edifícios da antiga vila operária já não existem mais. Alguns foram demolidos ou arruinaram-se por não haver uma manutenção adequada. Em pesquisa de campo empreendida no local em novembro de 2007 foi realizada uma contagem da população residente em Marzagão. Atualmente residem nas dependências da antiga vila operária 116 (cento e dezesseis) pessoas. Esses moradores são, em sua maioria, antigos funcionários da fábrica de tecidos ou parentes de antigos funcionários que permaneceram no local.

A ação direta da ACAMM empreendeu um pedido de tombamento do local junto ao IEPHA-MG, que deu início ao processo de tombamento do referido bem em 25/08/2002. A partir de então o local passou a ser identificado e classificado como patrimônio cultural por uma instituição pública. Entretanto, a reação do proprietário da empresa imobiliária União Rio, detentora de parte do conjunto arquitetônico, foi apresentar um pedido de impugnação do processo de tombamento. Esta atitude revela a existência de conflitos de interesses entre o setor público e a esfera privada.

A dimensão e as possibilidades que surgem para se pensar o processo histórico de Marzagão passam, a partir de então, a se relacionar com as noções de patrimônio histórico e com as políticas públicas de preservação. Sendo assim, as versões históricas que justificaram o tombamento do local e o envolvimento e as reações dos atores sociais sobre a prática preservacionista adotada neste lugar podem revelar situações conflituosas entre os interesses da exploração econômica da propriedade privada e a classificação de um bem de interesse público. Nesse contexto, propõe-se pensar nas possibilidades de construção de um conceito de patrimônio cultural em que seja possível conciliar diferentes narrativas históricas, as memórias sociais do local e as práticas preservacionistas atuais.

3 – A CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS DE MARZAGÃO

A trajetória histórica da vila de Marzagão, bem como a construção de suas memórias passaram por inúmeras transformações ao longo de sua existência. Essa construção referente a um lugar ou de determinado indivíduo pode ser diretamente influenciada pelas ações e lembranças dos atores sociais envolvidos. Cada indivíduo, ao vivenciar experiências sensíveis em determinado momento e lugar, passa a ser capaz de recriar o espaço e a História, através de suas representações e suas lembranças. Proust ao relacionar os lugares, as recordações e o tempo, afirma que:

Os lugares que conhecemos não pertencem tampouco ao mundo do espaço, onde os situamos para maior facilidade. Não eram mais que uma delgada fatia no meio de impressões contíguas que formavam a nossa vida de então; a recordação de certa imagem não é senão saudade de certo instante; e as casas, os caminhos, as avenidas são fugitivos, infelizmente como os anos. (p.352, 1992)

Inúmeras vezes a relação entre o tempo e a memória é tensa. O tempo, se pensado como um agente transformador ininterrupto que cronometra a existência, não se apresenta como algo aprazível às memórias. O tempo traz consigo as transformações, não poupando ou se resignando às memórias. A ação do tempo, que carrega em si mudanças, vai também arrastando, modificando, vencendo e extinguindo sentimentos, paixões, amores, idéias e opiniões. O esquecimento e a indiferença podem interferir diretamente nas memórias. A construção das memórias intervém subitamente nos indícios constitutivos do passado. Uma imensa quantidade de datas e nomes tem como única utilidade o abarrotamento de arquivos. Em um esforço mínimo de rememoração podem-se recompor alguns acontecimentos do tempo passado, através de diferentes narrativas. Deve-se, entretanto, atentar para a existência de diversas categorias de lembranças. Dentre as possibilidades de constituição das memórias pode-se citar a relevância das lembranças involuntárias, que podem trazer à tona pequenas nuances que escapam aos olhares menos atentos ou pré-determinados a uma ação específica. Essas lembranças aleatórias podem revelar novas versões ou acréscimos em narrativas referentes ao tempo passado. Um adulto, ao se recordar espontaneamente de fatos ocorridos em sua infância, recupera o passado, convidando a participar de sua ação todos os seus sentidos. Neste momento ocorre o reencontro entre o passado e o presente. Como sugerido na leitura da obra de Proust, o passado enquanto *tempo perdido* seria representado pelo

“[...]tempo que não existe mais em nós, mas continua a viver oculto num sabor, numa flor, numa árvore, num calçamento irregular ou nas torres da igreja.” (1992, p. 11)

Tempo, narrativas, lembranças, memória e história embora sejam conceitos que possam ser definidos e analisados separadamente, entrecruzam-se e podem, por vezes, serem confundidos. As marcas e impressões deixadas por ações realizadas no passado podem ser resignificadas no presente. Sendo assim, registrar ou silenciar vozes na construção de uma narrativa histórica apresentam-se como importantes elementos na reconstituição do tempo passado e conseqüentemente na produção do que se pode chamar de memória. Entre as experiências vividas e a construção de uma narrativa concebem-se diferenças que podem variar de acordo com as relações sociais em lugares e tempos distintos. Para Júlio Pimentel Pinto, *“pela memória constituímos nosso passado: recoletamos cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentando um dado passado”*. (1988, p. 205). A memória construída sobre determinado acontecimento pode influenciar ou direcionar os caminhos da percepção histórica.

A apreciação de paisagens, figuras simbólicas ou fotografias ativam as lembranças, tornando possível a criação de comparações entre a já opaca e esmaecida lembrança do passado e a realidade atual. O passado não se apresenta apenas como um espetáculo que imobiliza as paisagens e eterniza paixões. As lembranças do passado encontram-se ávidas para realocar os sentimentos do presente e conseqüentemente reprogramam e resignificam o futuro.

Os desafios de se pensar o processo histórico e a construção das memórias de uma vila operária encontram-se na multiplicidade de narrativas possíveis e existentes nesse contexto histórico e nas múltiplas relações sociais existentes neste local. Tendo em vista o vínculo do lugar com as relações sociais do trabalho, as memórias deste da vila operária perpassam pelas lembranças dos atores sociais envolvidos no processo histórico de Marzagão. Sendo assim, a pesquisa e as fontes para se analisar as memórias existentes sobre este local buscam relacionar a sustentação teórica do tema memórias com os depoimentos orais de atores sociais que compartilharam e vivenciaram experiências na vila operária.

O processo histórico do lugar conhecido como Vila de Marzagão foi e continua sendo construído em meio a um emaranhado de atores sociais, lugares, representações simbólicas e variados documentos históricos. Sandra Pesavento, ao se referir à idéia de representação, expõe que:

O conceito, em si, envolve uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação implica uma relação ambígua entre ausência e presença. No caso, a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo

uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido. (1995, p. 280).

Considerando-se que a vila operária de Marzagão foi objeto de tombamento por um órgão responsável pelo patrimônio cultural do Estado, pretende-se analisar o nível de participação e envolvimento de antigos moradores e ex-operários no processo de construção das memórias e das narrativas que compõem a história deste lugar.

O discurso acerca da memória não é uníssono. Halbwachs (1990) aponta que a memória mantém um equilíbrio entre o passado e o presente, pois encontra no espaço uma certa estabilidade e imobilidade estética. Os elos que ligam as ações de um indivíduo no presente com os objetos que o cercam seriam conseqüências das ações coletivas de um determinado grupo em um espaço determinado. Sendo assim, “*o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras.*” (1990, p. 133). Os lugares recebem as mudanças produzidas pelos grupos que o habitam e também influenciam nas ações desses indivíduos. Ao referir-se à formação da memória coletiva e sua relação com o espaço, Halbwachs argumenta que:

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito no meio material que nos cerca. (1990, p. 143).

Reconstituir o tempo passado é uma ação que se processa no tempo presente. As ações do presente ocorrem em consonância com a materialidade. Para Proust (1992), buscar reconstituir o tempo passado seria uma tentativa do narrador que o faz no tempo presente. Os esforços de reconstituição integrais deste tempo decorrido seriam inúteis, pois, a esse tempo têm-se associada uma série de cheiros, sons, climas e projetos que são impossíveis de ocorrerem novamente. As permanências e as marcas do tempo passado podem ser impressas nos objetos materiais e nas lembranças do narrador. Sendo assim, o ato de recordar, enquanto uma ação não material, traz consigo um forte apelo e cria um vínculo direto de comunicação com os objetos materiais.

As lembranças e recordações, embora não recomponham o tempo passado, podem ser consideradas indícios e fragmentos de um conjunto de experiências mais amplo. Halbwachs aponta o caráter seletivo de toda memória enquanto um processo de negociação entre o que pode ser considerado uma memória individual e uma memória coletiva. Por mais pessoais que possam ser as lembranças vividas em Marzagão de qualquer habitante deste local, estas, de

forma alguma, estão dissociadas de um conjunto de valores e experiências mais amplas. Neste processo pode-se pensar em um entrelaçamento intrínseco das memórias individuais e coletivas. Os traços identitários de um grupo social qualquer são formados pela transmissão de um mosaico de lembranças e experiências individuais que se tornam coletivas à medida que se consegue estabelecer semelhanças e diferenças entre este grupo e seus atores sociais.

Se associarmos o nome Marzagão ao lugar localizado entre as sedes dos municípios de Sabará e Belo Horizonte, podemos pensar em um conjunto de edificações e construções arquitetônicas. Outra possível interpretação pode partir de uma análise geográfica deste lugar, que pode ser expressa na percepção de uma paisagem que agrega elementos geográficos diversos como relevos, matas e rios em pontos cardeais determinados. Podemos pensar este nome associado às pessoas que habitaram este lugar, às relações sociais, aos tipos de interação e às relações de poder desenvolvidas em determinados contextos históricos. Outra possibilidade é a de criar uma leitura desse local associando seus aspectos históricos, sociais, geográficos e arquitetônicos.

Nas relações sociais estabelecidas entre qualquer grupo social existem diversos fatores que podem influenciar no tipo de comportamento de cada indivíduo. A relação do indivíduo com o outro pode variar, tomando-se diferentes referenciais. Se o comportamento de um indivíduo que pertence a um pequeno grupo social for analisado, certamente este apresentará acentuadas características que são capazes de distingui-lo de outro indivíduo que pertence a um grupo social com dimensões maiores. Um morador de uma grande metrópole tem hábitos diferenciados de um morador de uma pequena cidade ou de um indivíduo que vive em uma região rural¹⁰. Neste momento tem-se um novo e externo elemento que se agrega ao comportamento social, a relação do indivíduo com o espaço. As delimitações geográficas não seriam exclusivas formatadoras do comportamento social, entretanto, fatores geográficos e urbanísticos possuem uma parcela de interferência na formação das relações sociais.

A fábrica de Marzagão, tomada enquanto um empreendimento industrial permite a análise das relações sociais através de uma interpretação e classificação dos atores sociais envolvidos enquanto operários e patrões. As relações de trabalho desenvolvidas para um trabalhador seriam depreciativas ou intimidadoras para o operário? O surgimento de greves e manifestações operárias demonstra, ao longo da história, que quando o elo que sustenta uma

¹⁰ As noções sobre as diferenças comportamentais existentes nas relações sociais são descritas, neste momento tomando-se como referência parte da obra de SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25.

relação minimamente amistosa entre operário e patrão se rompe, então se estabelecem novas formas de diálogo entre esses dois grupos.

Outros fatores que podem influenciar na construção das relações sociais seriam os geográficos, arquitetônicos e urbanísticos. A topografia pode modificar o hábito de um morador de uma região montanhosa, ou de uma ilha. Se uma região montanhosa ou determinada ilha pouco habitada for distante de outros grupos existe a possibilidade de haver pouca interação entre os indivíduos desses grupos e níveis diferentes de acordo com o tamanho de cada um. Com as intervenções e os avanços dos meios de comunicação, atualmente seria praticamente impossível um indivíduo se manter completamente isolado. Os níveis de influência de determinado fator podem variar de acordo com uma confluência de outros fatores ou da associação de um com o outro. Moradores de lugares de clima frio possuem hábitos alimentares diferenciados. Classes sociais também apresentam tais diferenças, entretanto, não é uma simples opção de uma das partes. As memórias podem ser, aos poucos, forjadas pelas diferenças. Possivelmente a noção de globalização demonstra certa possibilidade de haver uma pulverização dessas identidades ou até mesmo a tentativa de se criar uma cultura massificante.

O lugar chamado de Marzagão, localizado geograficamente em um território situado no limite entre dois municípios, possui uma caracterização possivelmente diferenciada em alguns aspectos desses outros núcleos urbanos. As marcas deixadas pelas edificações construídas, as árvores plantadas ou cortadas no local e todas as relações sociais vivenciadas nesse lugar apresentam similaridades entre as de outros lugares, mas também apresentam peculiaridades. O isolamento de grandes centros urbanos da fábrica de tecidos de Marzagão e a disposição das moradias dos operários em um local arborizado, com gêneros alimentícios vindos da fazenda do patrão, fazia com que o cotidiano desse lugar se mesclasse entre a atividade moderna da indústria fabril, que simbolizava o avanço tecnológico, e a vida tranqüila de um arraial com características típicas de uma área rural.

Sendo assim, as memórias e o tempo decorrido nas lembranças de cada indivíduo também podem contribuir para a construção de indícios imateriais da trajetória histórica e social de um determinado grupo.

Temos, a partir daí, uma situação em que podemos atribuir valores e enfatizar critérios de subjetividade a cada uma dessas possíveis análises. As condições materiais de um operário são diferentes das de seu patrão. As residências e as construções arquitetônicas possuem estruturas que expressam níveis hierárquicos e distinções entre os indivíduos.

Em Marzagão a trajetória de vida de cada pessoa que morou neste local, as lembranças, recordações e depoimentos apresentam momentos de convergência e dissonância que permitem expressar um pouco a experiência individual. O encadeamento lógico de um conjunto de convergências forma um mosaico que vem a se transformar na memória do local.

3.1 – História, Memórias e Narrativas na Vila Operária de Marzagão

Os registros escritos mais antigos encontrados sobre Marzagão referem-se, em grande parte, à descrição da estrutura do corpo administrativo e da estrutura arquitetônica que foi sendo construída no local.

A seleção de acontecimentos considerados históricos e presentes em uma narrativa considerada legitimamente histórica tornou-se variável ao decorrer da existência da humanidade. Experiências e imagens memoráveis que são registradas em épocas e por pessoas distintas diferem-se e apresentam-se como substratos para a construção das memórias individuais que podem ou não vir a se tornarem coletivas.

As experiências sensíveis podem revelar diferentes tipos de registros. Este componente variável na construção das memórias pode se situar entre as possíveis localizações do observador e do narrador.

Walter Benjamin atribui ao narrador a função de valorizar e descrever as experiências. Ao revelar suas angústias diante de uma possível perda dessas ações, mediante os acontecimentos catastróficos da 1ª guerra mundial, o autor relata seu temor frente às conseqüências de uma desvalorização das experiências e do risco do desaparecimento da autenticidade e espontaneidade das narrativas. O autor destaca a necessidade dos narradores recorrerem às sucessivas transmissões da experiência através da oralidade ao expor que *“A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.”* (1994, p. 198). Para Benjamin, o narrador estaria pressionado entre as determinações efêmeras da modernidade e as construções das tradições.

Não somente a forma da narrativa, mas também a trajetória historiográfica, passou por diversas modificações ao longo do tempo.

Na Grécia, a História traduziu-se por uma concepção reflexiva e metodológica. Em Roma destacou-se por seu caráter utilitário, patriótico e moral. Na idade média retomou uma perspectiva filosófica, abstrata e de certa forma transcendental. Com o renascimento explodiu em humanismo e antropocentrismo seculares. No período do iluminismo foi reconhecida como fonte de conhecimento, afirmativo da razão e contraposto à tradição. O positivismo buscou transformá-la em área específica de conhecimento, neutra, descritiva e com fronteiras bem definidas. O marxismo afirmou sua dinâmica através de relação dialética e estrutural entre a vida material e a vida social. A Escola dos Annales rompeu fronteiras, adotou a interdisciplinaridade, renovou metodologias e temáticas, além de incorporar uma nova narrativa, à qual se acopla à reflexão. (DELGADO, 2006. p.41)

A exposição de uma encadeada e lógica seqüência de datas e acontecimentos sobre determinado tema considerado histórico não é suficiente para se construir o conhecimento histórico ou para se pensar sobre memória.

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.

O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe vive diferentemente, assim como cada pessoa. (BOSI, 2004. p.53)

A partir daí o passado projeta-se para o futuro, conduzido por narrativas na ânsia de reconstruir alguns fatos que não tiveram relevância anteriormente ou simplesmente não foram narrados. Recordar, celebrar e rememorar são ações que ocorrem através de um exercício paciente e contínuo que a humanidade executa para se afirmar no tempo presente e projetar sua geração para o futuro.

O ser humano em sua ação voluntária ou involuntária de perenizar sua existência produz uma infinidade de registros e provas materiais ou imateriais que podem ser expressas através de representações que servem como suportes para a construção da memória. A história, enquanto atividade sistematizadora da memória, atua na interseção desses registros. Jacques Le Goff, ao selecionar os materiais da memória coletiva, afirma que:

A memória colectiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos e os monumentos*. De facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (1984. p.95)

São inúmeros os desafios para que se possa pensar a trajetória histórica da Vila Operária de Marzagão. Datas, registros escritos e depoimentos orais existentes em diferentes posicionamentos entre narradores e observadores devem ser considerados.

As diversas interpretações existentes acerca do tempo passado podem ser instrumentos fundamentais para definição da realidade atual e das perspectivas futuras. O passado pode se encontrar com o presente através de constantes construções e representações de práticas sociais, lembranças e memórias. O tempo passado e a memória, se considerados enquanto substratos da história, atuam diretamente nas perspectivas de mudanças futuras. “*A oposição entre memória e História é em grande parte ao menos falsa e oculta uma outra oposição, ao meu ver igualmente inexata, entre cultura erudita e cultura popular.*” (GUARINELLO, Apud NEVES, 2006. p.42)

Pierre Nora (1984), ao pensar a problemática dos lugares criados especificamente para o culto à memória, demonstra a preocupação de pessoas que previam um esfacelamento da memória pelo tempo. Os locais especificamente idealizados para a memória significavam, segundo este, a não existência dos meios de se pensar a memória. A mutilação desses meios fariam a memória ser necessária através de lugares específicos para a atividade do lembrar. A espontaneidade deixa de ser um movimento natural existente na memória.

Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Segundo Pierre Nora: “*No coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido.*” (1995. p. 10).

3.2 - A História oral como suporte da memória em Marzagão

Sabendo-se que o registro da memória conta atualmente com uma profusão de suportes capazes de fornecer uma grande diversidade de fontes e documentos possíveis de serem analisados, percebe-se que a história oral pode ser um procedimento metodológico qualitativo que amplia as possibilidades da análise histórica, através da construção de documentos e fontes que possibilitam leituras de múltiplas dimensões temporais, podendo contribuir com diferentes percepções e narrativas que são elementos constitutivos da memória.

As narrativas orais encontraram-se carregadas de representações. Relações entre significantes e significados que trazem em si níveis variados de subjetividade e interesses específicos.

Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras os registros da memória e da consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a História da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo.(DELGADO, p.43, 2006)

Uma alternativa possível para que se ampliem as memórias individuais e um número maior de grupos sociais na vila de Marzagão passem a ser atores históricos seria a utilização de narrativas orais. Recorre-se à oralidade para que sejam reconhecidos acontecimentos que uma história considerada oficial e generalizante não consegue expor. Ecléa Bosi afirma que *“A narrativa oral que ignora a sedimentação do discurso escrito é temporal e não espacializadora – modalidade própria dessa visão imediata do passado, que a rigor é também intuição de um presente desvendado.”* (2004, p. 44)

Diferentes concepções, interpretações e representações sobre uma casa, uma rua ou sobre um fazer específico podem ser reconhecidos e identificados através de depoimentos orais. A proposta, a partir deste momento, é buscar analisar alguns trechos de depoimentos orais de uma amostra de indivíduos que tiveram vínculos específicos e distintos em um mesmo espaço físico. A análise dos depoimentos intercalada com diferentes registros escritos, como livros, jornais e revistas sobre o local conhecido popularmente como Marzagão, pode revelar como a memória é plural, ao mesmo tempo individualizada e reconstruída no tempo presente.

Pode-se dizer que existem, ao longo da trajetória histórica da Vila Operária de Marzagão, alguns temas que funcionam como fios condutores para a compreensão das transformações ocorridas neste local. Através da análise de trechos de depoimentos de atores sociais que ocuparam este espaço e exerceram diferentes funções, pode-se perceber que embora cada indivíduo traga consigo sua interpretação pessoal, todos foram peças que auxiliam na composição de uma mesma estrutura social. Pierre Bourdieu, ao pensar sobre a noção de estrutura social, afirma que:

(...) cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência. (1982, p. 3)

Ao visitar a temática da memória social verifica-se que o ritmo e a construção das memórias, bem como do tempo passado, perpassam pela configuração da oralidade. Ao tratar a história oral enquanto fonte de reconstrução das memórias, Paul Thompson, em sua obra “História Oral – A voz do passado”, destaca a importância de se reconhecer o caráter de subjetividade existente na prática das entrevistas. Ao justificar a pertinência e relevância das fontes orais, o autor afirma que: *“Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.”* (1992, p. 197)

Os depoimentos orais coletados foram de pessoas que tiveram vínculos e funções sociais diferenciadas no espaço que ficou conhecido como Marzagão, em relação à classe social e condições materiais. Foram registradas algumas falas de trabalhadores e operários aposentados, de atuais moradores, de pessoas ligadas à administração e moradores que não tinham vínculo direto com a atividade fabril, mas tinham vínculos familiares e afetivos com o local.

Marzagão surgiu como um lugar destinado ao trabalho. Trabalharam neste lugar as pessoas que projetaram a vila, os operários que construíram a estrutura física dos edifícios, os tecelões da fábrica de tecidos, os cozinheiros, os agricultores do local, os músicos, os padres que por ali passaram, oficiais de cartório, açougueiros, funcionários dos correios, chefes de estação, administradores, os sindicalistas e todos que imprimiram sua marca no tempo e neste espaço físico. Com o fim da atividade produtiva fabril o trabalho daqueles que ali vivenciaram experiências diversas continua existindo através do exercício de rememorar suas experiências e no esforço de lembrar, recriar e interpretar a história do local.

A sociedade industrial tende a descartar as experiências de vida passadas e as narrativas dos velhos pelo fato de necessitar de uma constante renovação e autodestruição em nome de uma renovação que se encontra vinculada à necessidade produtiva no mundo do capital. Ecléa Bosi verifica que atualmente *“a sociedade rejeita o velho, perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor.”* (2004, p. 77). No processo de construção das memórias a autora atribui uma função social àqueles que embora não participem mais da cadeia produtiva desenvolvem outros trabalhos voltados para a rememoração livre das influências diretas das atividades profissionais e familiares.

Tendo em vista que grande parte das edificações e dos moradores que habitaram o local já não existem mais, pode-se dizer que boa parte dos elementos materiais citados pelos

depoentes encontram-se apenas em suas recordações ou em antigas fotografias. Novamente a memória apresenta-se como elo que une a materialidade e a imaterialidade. Destarte, as lembranças sobre estes lugares ainda permanecem nas narrativas de diversos atores sociais que neste lugar vivenciaram experiências diversas. A reconstituição de testemunhos e histórias de vida remete ao processo de construção das memórias da humanidade ao longo de sua existência.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p. 15)

Reconhecendo a abrangência da história oral e suas possibilidades, busca-se criar através da análise de depoimentos orais uma análise temporal que dialogue com dimensões históricas individuais e coletivas sobre as relações sociais estruturais e pessoais da vila de Marzagão.

Durante a realização da pesquisa sobre Marzagão optou-se por pensar a questão das memórias através de uma seleção de atores sociais com diferentes níveis de envolvimento com o lugar. Foram realizadas entrevistas tentando compreender que a disponibilidade de tempo, a quantidade de informações e a vontade manifesta de cada entrevistado de falar é variável. Sendo assim, foram realizadas entrevistas que mesclam trajetórias de vida, nas quais os entrevistados encontravam-se livres para narrar suas experiências e entrevistas temáticas, com roteiros mais fechados e que versam sobre alguns assuntos específicos. Em ambos os roteiros foram ressaltadas questões pertinentes às relações de trabalho e da vida cotidiana na vila operária.

3.3 - Lembranças e depoimentos de Marzagão

A história da Vila operária de Marzagão pode ser pensada através de diferentes narrativas. Pensar o passado implica em considerar a existência de um universo simbólico de atores e condições sociais em que se encontram imersas as memórias individuais e coletivas no processo de construção histórica.

As lembranças podem fazer reviver alguns acontecimentos do passado, atribuindo a eles novas cores e nuances que por determinações do tempo presente não se tornaram perceptíveis. As lembranças podem parecer imagens turvas ou embaçadas pela ação do tempo. As recordações podem ser fortuitas e aleatórias. O exercício de lembrar não escolhe hora ou lugar. Proust, ao rememorar sua infância em Combray, encontra-se em uma noite de insônia, dentro de um quarto, enquanto exercita suas lembranças:

[...] achava-me então no campo, em casa de meu avô, morto havia muitos anos; e meu corpo, o flanco sobre o qual eu repousava, fiel zelador de um passado que meu espírito nunca deveria esquecer, me recordava a chama da lâmpada de cristal da Boêmia, em forma de urna suspensa do teto por leves correntes, a lareira de mármore de Viena, no meu quarto de dormir, em Combray, na casa de meus avós, em remotos dias que naquele instante eu julgava atuais, sem formar deles uma exata imagem e que tornaria a ver melhor dali a momentos, quando despertasse de todo. (1985. p.14)

A existência do caráter aleatório presente na relação entre o ato de lembrar e esquecer, não exclui as tensões, contradições e ambigüidades inerentes às relações de poder que podem derivar do registro e da construção das memórias.

As percepções sobre determinado lugar ou objeto podem ser múltiplas e são carregadas de sentimentos pessoais. A narrativa literária também se encontra presente nas descrições sobre Marzagão. O conto denominado “Sinhá Secada” da obra “Tutaméia” de Guimarães Rosa, relata o caso de uma mulher que, tendo perdido a guarda de seu filho, encontrava-se desalentada na estação de trem da cidade de Curvelo. Amparada por uma senhora que ia visitar sua filha em Marzagão, esta se muda para lá e inicia uma trajetória de trabalho em um ritmo de vida marcado pelas imposições temporais da atividade fabril. Este cotidiano, bem como a percepção do lugar pelo autor, é assim relatado:

Moraram numa daquelas miúdas casas pintadas, pegada uma a outra, que nem degraus da rua em ladeira, que a Sinhá descia e subia, às horas certas, devidamente, sendo a operária exemplar que houve, comparável às máquinas, polias e teares, ou com o enxuto tecido que ali se produz. Não falava, a não ser o preciso diário. Deixavam-na em paz, por nela não reparar, até os homens. (ROSA, 1985, p. 160)

Recordar, reescrever e relatar acontecimentos passados, são ações coordenadas no tempo presente, impregnadas de contradições e ambigüidades. A influência do tempo presente atua diretamente na construção das memórias transformando as vertentes historiográficas e metodológicas utilizadas em determinado período.

Abaixo seguem alguns trechos de depoimentos e lembranças de moradores e operários de Marzagão. Foram preservadas as falas em sua forma original para garantir a espontaneidade da narrativa oral. São expostos trechos de trajetórias de vida de pessoas que exerceram funções distintas e viveram diferentes momentos na vila operária. Os trechos transcritos dos depoimentos são intercalados com o contexto histórico e algumas imagens sobre o local para melhor exposição das informações. Algumas das entrevistas possuem um caráter temático e encontram-se entremeadas com a análise das falas relacionando-as com o contexto da história local. A seleção dos entrevistados buscou contemplar atores sociais de diferentes estratos. Foram entrevistadas pessoas ligadas à administração da fábrica, ex-operários, antigos e atuais moradores. Antes de iniciar os comentários de cada depoimento, buscou-se identificar o depoente e sua relação com o lugar.

Sra. Ermelinda de Souza Cândido – Ex- operária da fábrica, mudou-se da vila quando se casou em 1957. Nascida no município de Alvinópolis em abril de 1919, trabalhou também na casa do Sr. Carvalho de Brito. Ao relatar sua trajetória de vida desde sua chegada em Marzagão, relatou que:

Eu nasci em Alvinópolis em abril de 1919. Em 1926, Com seis anos e pouco aí eu vim para Santa Bárbara, e lá já tinha uma fábrica do Dr. Carvalho de Brito. O mesmo tecido que fazia aqui em Marzagão era fabricado em Santa Bárbara. E a minha irmã mais velha por parte de mãe, eram duas que eu tinha e moravam lá também. Na minha terra, em Alvinópolis tinha fábrica também, Mascarenhas, uma das primeiras. Então nós viemos para Santa Bárbara, uma viagem dura, porque lá não tinha naquela época não tinha ônibus, não tem trem, nunca teve, tínhamos que ir a pé mesmo. Eram 12 léguas. Era uma viagem dura! Que só vendo. Em 1926 em Santa Bárbara eu fui pra escola. Era o primeiro ano naquela época, falava era o primeiro ano, fiz o primeiro, segundo terceiro e quarto, saí do quarto. Aí depois eu vim para Sabará, e as minhas irmãs vieram para trabalhar em Marzagão. Então nós mudamos para Marzagão e eu fiquei até hoje.

Depois nós viemos para Sabará, um dos meus irmãos veio trabalhar na siderúrgica, um dos meus irmãos, porque eu tinha quatro. Aí nós viemos, mamãe já era viúva a gente acompanhava tudo. (Sra. Ermelinda, 2007)

O trabalho na vila de Marzagão, nas primeiras décadas do século XX, era um atrativo para pessoas de cidades do interior de Minas, tendo em vista o nível de abrangência da influência da família Carvalho de Brito. Vários funcionários eram admitidos pelo fato de conhecerem a família dos proprietários da fábrica.

Ao se mudarem para lá se acomodavam e conseguiam trabalho para todos os integrantes da família.

Aí em 1931, eu comecei a trabalhar. Com doze anos, tanto que tem um detalhe muito importante que eu ainda não esqueci. O Carvalho de Brito foi ministro da viação e acho que da educação também naquele governo do João Pinheiro né? E tinha o filho dele o Elísio que era casado com a filha do João Pinheiro. Então ele mandou tirar todas as meninas que tivessem doze anos, doze treze anos. Tinham que sair da fábrica sabe? Não podiam trabalhar porque tinham que voltar pra escola. E eu fui no meio também. Quando eu cheguei lá me deram a carta de demissão. Eu fui pra casa. Na carta tava falando lá que era para voltar pra escola. Aí eu falei, o que é que eu vou fazer na escola mais, né? Eu já tinha o meu diploma de quarto ano. Peguei o meu diploma, ainda saí com a nota oito que não era uma nota ruim. Eu fui até o escritório, e a gente pra poder conversar com ele, não é igual agora, não há respeito com um patrão, nem padre, nem político e nem soldado. Naquele tempo dos meus meninos se passasse um soldado os meninos corriam pra debaixo da cama. Hoje eles vão até discutir com eles né? Mas é o progresso! Então, pedi licença para entrar e falei: Dr. eu não posso voltar para escola mais. Por que você não pode? Quantos anos você tem? Ele me perguntou. Então eu falei, tenho doze anos. Ele falou, tem que voltar pra escola sim. Aí eu falei, eu posso voltar pra escola com o já com o diploma? Aí ele viu que minha professora era esposa do gerente da fábrica dele lá em Santa Bárbara. E disse: essa professora sua é brava né? E como, e boa demais, eu disse. Coisas engraçadas da vida né? Então eu voltei para a fábrica e saí só para casar em 1957, com 38 anos e tem até a foto do meu casamento que tem eu com as Filhas de Maria, todas de branco. (Sra. Ermelinda, 2007).



Imagem 8 - Casamento de Dona Ermelinda em 1957. Ao fundo tem-se representada a antiga edificação da Igreja do Sagrado Coração que arruinou-se em fins da década de 1970. Fonte: Acervo Fotográfico da Associação de Amigos e Moradores de Marzagão – ACAMM.



Imagem 9 - Casamento de Dona Ermelinda em 1957 com as Filhas de Maria. Fonte: Acervo Fotográfico da Associação de Amigos e Moradores de Marzagão – ACAMM.

O trecho acima permite verificar que a relação dos funcionários com os proprietários era marcada por uma noção de obediência e respeito que remetem a uma submissão quase que total do indivíduo ao patrão. A educação dos funcionários, bem como de seus filhos, era tutelada pela família Carvalho de Brito que mantinha na vila uma escola primária.



Imagem 10- Alunos da escola primária e filhos de operários da fábrica de Marzagão na década de 1940. Fonte: Associação dos Amigos e Moradores de Marzagão – ACAMM.

Ao longo das entrevistas realizadas com dona Ermelinda vários aspectos foram lembrados sobre como era o cotidiano em Marzagão. Alguns aspectos que chamam a atenção referem-se aos tipos de trabalhos desenvolvidos na fábrica e o ritmo de vida que se tinha na vila operária.

Em alguns momentos a questão do trabalho foi abordada pontuando diversos aspectos das condições materiais a que eram submetidos os funcionários da fábrica de tecidos.

Haviam seções diferentes e máquinas diferentes, cada uma tinha sua especialidade. Nessa época antiga, em que eu comecei ainda não tinha lei trabalhista, trabalhávamos de seis da manhã até às nove da noite, com um pequeno intervalo para o almoço e o jantar, mas era bom e a gente vivia alegre. Eu trabalhei em diversas seções. No final eu virei chefe, mas eu não sabia mandar não. Então eu fui para o tear. Quando eu saí da fábrica tinha a lona e tinha o cordonel. Para a fabricação de pneus. A lona é uma espécie de linho muito forte, feito de algodão no tear. E o cordonel era só um cordão, feito na retorcedeira molhada. Perdi meus dentes em um acidente que aconteceu na fábrica. Era uma lançadeira grande onde tecíamos o cordonel. Aí ela bateu e tirou meus dentes inteiros. Eram muitas famílias, cada um na sua casa, simples, mas tinha um pouco de conforto pra época, como luz a noite, água e uma privada para cada três famílias. Somente até as nove da noite podíamos ficar na rua, se houvesse uma festa como casamento ou aniversário tinha que pedir licença no escritório quando a festa era à noite. (Sra. Ermelinda, 2007).

Relatos como esse permitem verificar que mesmo mulheres operavam um maquinário pesado e encontravam-se sujeitas a acidentes diversos. As condições materiais em que viviam os operários fazem referência a uma época que, se comparada com os dias atuais, remete a um padrão de vida extremamente modesto, porém os funcionários não reivindicavam muitas mudanças na forma de agir do patronato. As formas de domínio e as severas condições de trabalho eram contrabalançadas com as concessões feitas pelos patrões aos operários.

A diversão e os momentos de lazer em Marzagão eram controlados pelo proprietário da fábrica. Esses assuntos também foram temas recorrentes no depoimento de dona Ermelinda, como pode ser verificado no seguinte trecho:

Em Marzagão tinha muitos bailes, muitos rapazes e moças, tinha banda musical e muitos músicos que faziam serenatas e tocavam em suas casas até às nove horas, não podia ser até mais tarde. Tinha também o cinema de tábua, que era uma casa de tábua com duas portas, um palco muito bom, muitas cadeiras de palha no assento, para que pudéssemos assistir filmes. O cinema era na quinta-feira. Eu assisti bons filmes lá. Além do horizonte, é (...). Era uma história muito bonita de um lugar onde as pessoas não envelheciam. E muito filme de bang-bang também. (Sra. Ermelinda, 2007).



Imagem 11 - Banda de Música Santa Cecília em 21/02/1943 conhecida localmente como “Furiosa”. Apresentava na Semana Santa músicas sacras durante a procissão. Em outros eventos a banda tocava música popular dos compositores Ari Barroso, Pixinguinha, Noel Rosa e Mário Lago. Fonte (LOPES. 2001, p. 20)



Imagem 12- Cinema de tábua na década de 1940. Fonte: Acervo Fotográfico da Associação Comunitária dos Amigos e Moradores de Marzagão.

Sra. Iraci Coelho dos Santos (Dona Ceci) – Ex-operária da fábrica de Marzagão, moradora do local desde a década de 1930, 84 anos de idade. Ao relatar sua trajetória de vida e sua chegada em Marzagão, relata que:

Nasci em Itabira do Mato Dentro, e faz setenta e poucos anos que moro aqui. Eu posso lhe contar algumas coisas que sei, mas é do jeito que a gente viu por aqui. Eu não posso falar mal desse lugar não. Aqui era bom demais. Primeiro tinha uma outra moça que veio morar aqui, nessa casa onde moro. Nessa casa tinha a dona que morou aqui e que tinha trabalhado na fábrica da Gabiroba em Itabira. Ela trabalhava na cozinha da fábrica. Ela chegou aqui, começou a trabalhar na pensão e ficou muito amiga dos Carvalho de Brito. Essa dona convidou a minha mãe pra vir pra cá, viemos eu, minha mãe, minha irmã e meu irmão. Minha mãe trabalhou no refeitório do escritório, porque muitos funcionários de lá moravam em Belo Horizonte então eles almoçavam e jantavam aqui.

Quando eu cheguei aqui a idade era pouca, eu tinha onze anos e pouco, a moça que veio olhar o meu cartão, que agente chama de identidade, achou até esquisito que a idade no cartão tava bem à frente do que o que eu tinha. É que antigamente era assim mesmo, se não tinha idade pra trabalhar aumentava a idade, hoje é que não pode mais né? (Sra. Iraci, 2007)

Era comum ocorrer a chegada de funcionários na fábrica e sua posterior acomodação na vila operária através de indicações de operários já residentes no local. Os parentes e amigos eram lembrados e as vagas que surgiam na empresa eram ocupadas por pessoas que geralmente moravam em alguma outra cidade do interior de Minas e vinham com suas colocações já estabelecidas.

A princípio interessava pra eles, da fábrica, o serviço prestado pela minha irmã que passou a cozinhar pra eles. Ela também tomou conta de um filho do Carvalho de Brito que já cresceu, já estudou e até já morreu.

Os mais antigos que a gente não tinham as coisas na vida como a gente tinha aqui. Essa fábrica é coisa muito antiga. O terreno que era propriedade da fábrica era muito grande, aonde hoje é o bairro Alvorada e indo até perto de Nova Lima era tudo propriedade da fábrica.

A minha irmã perguntou pro Carvalho de Brito se ela podia trazer a minha mãe e o resto dos irmãos. Ele respondeu que podia e que arranjava trabalho pra eles aqui. O meu irmão começou a trabalhar no curral, era muito bom tomar o leite. (Sra. Iraci, 2007)

A divisão social do trabalho também levava em consideração a questão do gênero, pois aos homens eram destinadas as tarefas mais pesadas da fábrica ou as atividades relacionadas com a manutenção da fazenda ou outros trabalhos que exigiam o emprego de maior esforço físico. Às mulheres eram designadas as tarefas da confecção do tecido no interior da fábrica.

Primeiro eu fui aprender a tocar o tear, depois eu fui pra escola na época eu tinha a cabeça boa, fiquei só três dias lá e depois já fui direto pra fábrica. Depois a minha Trabalhei na fábrica trinta e cinco anos e não tenho nada a reclamar. Eu não rejeitava serviço, se a minha máquina estava parada por qualquer coisa, ou se faltava linha, eu chegava pro chefe e ele me mandava limpar alguma coisa até poder trabalhar na máquina de novo. Depois eu fui pra uma seção chamada penteadeira, era muito perigoso lá, mas mesmo assim eu trabalhei muitos anos lá. Depois mudaram as máquinas quando começaram a produzir o cordonel, então mudaram as máquinas. (Sra. Iraci, 2007)

A questão do trabalho foi abordada pelos ex-operários da fábrica como a essência de suas existências naquele local. As práticas sociais e o cotidiano que extrapolavam as atividades fabris eram considerados um conforto e uma regalia, pois até aquele momento os empregados acreditavam que não havia tais padrões de vida e condições materiais para operários que fossem correlatos em outros locais. A vila, lugar marcado por uma característica de auto-suficiência, gerava lucros com o comércio da produção fabril enquanto os operários raramente tinham contato com o dinheiro em espécie. O sistema de vales adotado pela administração da fábrica direcionava a responsabilidade do controle dos gastos aos próprios funcionários. Os produtos adquiridos no armazém eram descontados na folha de pagamento.

Tinha de tudo aqui, me lembro de quando tinha a padaria, que pão gostoso que faziam! A gente comprava tudo com os vales, o dinheiro praticamente a gente não via. Mas tudo o que se precisava podia comprar no armazém e na loja. O que já se passou de bom aqui nesse Marzagão não passa mais. Olhe, verduras vinha das chácaras do Sr. Raul, que tinha um japonês que plantava de tudo, outra hora tinha da fazenda que tinha aqui. O salário não era muito, mas dava pra comprar um pouco de tudo, só tinha que controlar. Tinha farmácia e tinha um médico da fábrica que vinha duas vezes por semana. (Sra. Iraci, 2007)

A internalização de regras de comportamento e da disciplina introjetada pelos operários consegue ser bastante eficaz ao ponto de não estremecer as relações paternalistas que ali foram estabelecidas. As manifestações grevistas ocorridas no início dos anos sessenta foram relatadas por Dona Ceci como sendo um episódio tranqüilo sem nenhuma perturbação da ordem estabelecida. A ajuda da Igreja e a articulação dos operários com Sinval Bambirra, representante do Sindicato dos Tecelões, era visto como uma ação natural no decurso das negociações formais dos salários atrasados.

A questão da greve não teve problema nenhum, depois, nós recebemos tudo direitinho. O Bambirra é que veio pra ajudar a gente pra resolver com o governador. Todo mundo foi alegre e satisfeito na passeata. Muita gente fala que a gente passou falta, mas é mentira. Não faltou absolutamente nada, só o dinheiro é que a gente não recebia. Dom Serafim mandava entregar muita coisa, vinha caminhões cheios. Eu não posso falar mal daqui de jeito nenhum. Trabalhei trinta e cinco anos, nunca reclamei de nada e de mais a mais eu tinha vindo pra cá pra trabalhar e nunca fui chamada a atenção. (Sra. Iraci, 2007)

Os depoimentos orais concedidos por Dona Ceci expressam grande valorização afetiva em suas colocações sobre Marzagão. Os eventos festivos e as manifestações culturais que ocorriam no local encontram-se presentes em praticamente todos os depoimentos coletados. O envolvimento da comunidade com a Igreja é um fator que merece ser destacado, pois, na atividade disciplinadora, esta instituição teve um papel fundamental. A moradora observa a condição do local com algumas restrições, mas enxerga o processo de desestruturação como algo natural e parte de um processo que ocorre inevitavelmente no decurso das coisas que se transformam com o tempo, envelhecem e são superadas. Entretanto, as recordações desta senhora auxiliam o processo de formação de sua memória individual sobre este lugar através das lembranças de um lugar simples, funcional e belo.

Aqui tinha muita festa, mas a mais tradicional era a festa do padroeiro do local. A festa do Sagrado Coração de Jesus, que é em junho, vinha gente de todo canto. Tinha muitos bailes na sede social as moças usavam uns vestidos bonitos, tinha coro na igreja e uma banda de música. O Dom Serafim vinha direto aqui. Todo mundo que mudava daqui vinha pro carnaval, aqui ficava lotada de gente. Às vezes eu penso que tinha tudo isso e hoje não tem mais quase nada, mas a gente vai se acostumando. A gente vai ficando mais velho e não dá mais conta de muita coisa. É por isso que a gente conforma. Antigamente ninguém lavava roupa em casa, aqui tinha nascente de água em todo canto, hoje em dia não tem mais. Lá tinha uma vida modesta e boa. Era bom. Tudo funcionava, o lugar era lindo. (Sra. Iraci, 2007)

Sr. Paulo de Tarso Barbosa Passos – Ex-morador de Marzagão, nasceu na vila operária em 1950. É filho do Sr. José da Silva Passos, que foi Juiz de Paz e administrador do escritório, conhecido localmente como “Casa Grande” no conjunto arquitetônico da fábrica. Seus

depoimentos foram temáticos, explorando diversos aspectos do funcionamento da fábrica e do comportamento da comunidade, entrecruzando-se com suas lembranças pessoais. Ao ser indagado sobre uma possível simplicidade no cotidiano e na estrutura social de Marzagão e sobre a situação de sua família no local, o Sr. Paulo respondeu que:

Era e não era. Porque eu acho que já era uma sociedade muito organizada para a época. No sentido de uma estrutura formal. Marzagão seria uma mistura de progresso técnico e ao mesmo tempo, “um modelo quase feudal”. Meu pai era o José da Silva Passos, além de ser o responsável, o chefe do escritório da fábrica, ele era também o escrivão de paz. Meu pai atuava quase que como um prefeito. Ele foi para Marzagão ainda muito jovem. Existia um cartório que tinha jurisdição de Marzagão, General Carneiro e outros bairros próximos. (Sr. Paulo, 2007)

Os relatos das experiências vividas pelo Sr. Paulo em Marzagão referentes à questão da auto-suficiência da vila são consonantes com os depoimentos coletados das ex-operárias. As condições materiais de vida favoráveis para os funcionários apresentam-se como fatores recorrentes, assim como a utilização de uma moeda própria. Entretanto o depoente já expõe este sistema com suas vantagens e desvantagens.

A família dos Carvalho de Brito foi pioneira em uma série de atividades industriais. Existem várias histórias sobre os funcionários que trabalhavam na fábrica, não só dos operários. Os dois caminhoneiros de Marzagão que faziam a viagem, Belo Horizonte Rio de Janeiro aquilo, quando o caminhão saía era uma despedida e um motivo de euforia e alegria quando o caminhão chegava devido às condições da estrada nesta época.

A fábrica em seu período de implantação foi um sucesso. Marzagão era uma espécie de um oásis, porque você tinha ali uma fábrica, tinha uma usina hidrelétrica [], você tinha a fábrica, você tinha a casa grande era onde o representante do Carvalho de Brito ficava, armazém, tinha uma loja, padaria, leiteria e o mais interessante que lá tinha uma moeda própria.

Como lá tinha praticamente tudo que se precisava para se consumir então as pessoas não utilizavam o papel moeda. Usava-se vales. Eu lembro que quando menino eu utilizava vales de diferentes cores, um era pro pão outro pro leite. Toda a cadeia de fornecedores era da fábrica. Era uma praticidade para o operário porque ele tinha as coisas todas ali, mas em compensação ele tinha um universo muito restrito. Os operários trabalhavam em turnos de quatro em quatro horas, os descansos eram entre os turnos. (Sr. Paulo, 2007)

Embora ocorresse em um nível pouco perceptível aos funcionários, existiam níveis de hierarquização e distinção entre os atores sociais que compunham a comunidade local. Esta diferenciação pode ser detectada desde o cargo ocupado no processo de produção da fábrica, até o tipo de residência que ocupavam essas pessoas. As relações entre os funcionários da fábrica, segundo o Sr. Paulo, eram muito fortes, pois a proximidade física das residências operárias possivelmente facilitava uma publicização das ações do cotidiano, nas quais a esfera

privada e a individualidade praticamente eram anuladas durante o convívio neste local. Além da marcante presença da Igreja, outro fator que também mobilizava os moradores de Marzagão eram os jogos de futebol.

Eu morava em uma casa diferente dos operários, pela função que meu pai exercia, nós tínhamos uma casa maior. Mas o resto dos funcionários quase que em sua totalidade moravam em casas iguais. Então as relações inter-pessoais eram muito intensas. Moravam em “paredes de meia”. Havia uma forte presença religiosa organizada. Uma igreja, várias procissões.

Havia um time de futebol com um campo muito bom, um clube social. Ou seja, havia uma atividade social muito intensa. (Sr. Paulo, 2007)

Vários times de futebol foram criados e passaram pelo campo existente no complexo de Marzagão. A seguir tem-se representada uma das equipes que foram formadas na década de 1970.



Imagem 13 - Grêmio Atlético Clube em 1972. Fonte: (LOPES, 2001, p. 62)



Imagem 14 - Campo de Futebol de Marzagão sem referência de data. Fonte: (LOPES, 2001, p. 55)

A questão do controle e da implementação de ações disciplinares no cotidiano dos funcionários apresentava-se como um benefício para a manutenção da ordem. Eram

planejadas estratégias de controle e aproveitamento de mão-de-obra, até mesmo dos filhos dos operários.

Dentre os fatos curiosos de Marzagão, havia um grupo que se chamava a Turma do Zito. Zito era um senhor que era um feitor. Então as crianças se reuniam na turma do zito, recebiam um lanche e depois trabalhavam, capinando e limpando a vila. Era uma espécie de ação social aos moldes antigos. Já era uma relação de trabalho e disciplina. Havia algumas regras para participar da turma do zito, que as crianças obedeciam algumas ordens e vozes de comando, que chegou a evoluir para uma turma de escoteiros.



Imagem 15 - A Turma do Zito, em meados da década de 1950. Fonte: Associação dos Amigos e Moradores de Marzagão



Imagem 16 -Turma de escoteiros coordenada pelo Sargento Venerando e pelo Sr. Zito. Fonte: (LOPES, 2001, p. 36.)

Ao discorrer sobre o declínio da atividade fabril em Marzagão, o Sr. Paulo relata que além de questões administrativas e financeiras terem desencadeado uma crise na fábrica, a estrutura da vila, bem como o ritmo de vida que os moradores tinham, passavam a representar um padrão, de certa forma obsoleto, diante das ofertas de trabalho e consumo que eram propostas no início da década de 1960.

Tudo ali servia e completava a vida das pessoas que ali moravam, era uma vida simples, mas tinha-se de tudo que o mundo podia ofertar naquela época. Aos poucos, foram surgindo a televisão a lambreta, outros bens de consumo que um operário não podia adquirir. Então vários meninos buscavam trabalho em outros lugares. Antes me bastava o que eu tinha. Antes por exemplo, só se tinha os filmes que eram exibidos no cinema. Com a decadência da fábrica. A solução encontrada pela fábrica foi parcelar e fragmentar parte dos terrenos que pertenciam à vila. (Sr. Paulo, 2007)

Pedro Nogueira da Gama Júnior – Ex-morador de Marzagão, filho do chefe da estação, nasceu na casa que pertencia à Companhia Ferroviária Central do Brasil, em Marzagão. A vida da família do Sr. Pedro não sofria a influência direta da administração da fábrica ou da família Carvalho de Brito. Existia certa autonomia e uma diferenciação dos padrões materiais com os demais moradores da vila operária, assim como aqueles que possuíam vínculo direto com a administração e gerência da fábrica. Ao narrar sua experiência em Marzagão, Sr. Pedro rememora aspectos que expõem o cotidiano do local, ressaltando características marcantes como a simplicidade, a religiosidade e o controle da administração por parte do Sr. Carvalho de Brito.

Nasci em Marzagão no dia sete de junho de trinta. Quando eu saí de lá praticamente acabou a ferrovia. Saí de lá em sessenta e pouco, não guardei bem quando foi. Meu pai arranhou uma casa no Esplanada e ele tava aposentado pela Central do Brasil e aí mudou pra lá. Eu tinha dez anos quando eu fui para a casa do chefe da estação. O mais gostoso de Marzagão é que nós nunca usamos chave nem naquela cerca que tinha lá. A porta da sala só ficava escorada. O Carvalho de Brito praticamente não ficava lá. A minha família não estava sob o controle da família. Mas o pessoal de lá era pacífico não havia confusão não. A comunidade era pacata. O povo era muito católico. Na época que saí de lá a fábrica produzia cordonel que fazia a parte do reforço do pneu que era montado na fábrica Pneus Brasil em Petrópolis. O carvalho de Brito era um homem que sabia de tudo que acontecia em Marzagão, se tivesse um animal pra parir aqui na fazenda, lá da casa dele no Rio de Janeiro ele ligava perguntando sobre a condição do animal. (Sr Pedro, 2007)

Selma Melo Miranda – Teve vários parentes que moraram em Marzagão. Passava lá o período de férias escolares durante sua infância e adolescência. Foi a arquiteta que compôs a equipe técnica do IEPHA-MG, responsável pela elaboração do Relatório de Avaliação para tombamento do local. Ao descrever suas percepções sobre o local, traça uma breve trajetória de sua família e seu envolvimento pessoal com Marzagão.

Meu avô era tropeiro da região de Conselheiro Lafaiete e Minha avó era de Capela Nova. Ele veio para Belo Horizonte e trouxe a família para cá. Depois mudou-se para Marzagão. Ele trabalhou na construção do viaduto da floresta, não sei quando foi isso. Meus contatos com Marzagão foram entre o final da década de cinquenta, sessenta até setenta. Porque eu ia passar férias lá, eu adorava aquilo! Moravam a

minha avó com uma tia e o marido dela no sobrado lá debaixo. Meu tio, é(...) minha vó mãe da minha mãe. Meu tio com a família lá nas casas novas, lá em cima, que já não tem mais e minha mãe e meu pai tinham se casado lá. Meu pai, que era de Belo Horizonte, morou um tempo lá. Trabalhou na fábrica depois passou em um concurso e foi trabalhar na Central, aí eles se casaram lá, minha mãe trabalhava lá. Minha tia também casou lá. Lá é uma vila em que eles adotaram um sistema tradicional da arquitetura brasileira, de madeira e de barro. Com as estruturas de madeira e forros de taquara. As antigas casas eram de adobe e pau-a-pique. Nas casas novas e nos sobrados havia um banheiro público, não tinha vaso sanitário, era uma fenda e a água passava direto por baixo. As casas novas era uma quadra onde o bloco de banheiros ficava no meio. Eu lembro muito bem, eu tinha cinco anos e aquilo era uma coisa muito extraordinária para mim, sempre foi. (Sra. Selma, 2007)

As lembranças de Selma reportam-se a momentos passados e experiências vividas em Marzagão que foram registradas em sua memória através de descrições de imagens, sons e aromas que esta presenciou no local em um tempo passado, mas que se encontram presentes em suas lembranças. No decorrer de seu depoimento, Selma ressalta a relevância do sistema ferroviário para a vila operária como principal meio de transporte utilizado pelos funcionários e seus familiares.

Lembro, por exemplo, tanto do lugar! O cheiro de eucalipto o som do vento no eucalipto balançando. A gente pegava o trem, a gente morava nessa época no barreiro e então ia até a central e depois pegava o trem até Marzagão. Meu pai era ferroviário, trabalhava na central. Então, era uma festa, uma maravilha. Quando o trem faz a curva e aparece a vila, né, ele passa primeiro nas casas novas, meus primos todos amontoados nas janelas, sabe? E aí eles iam se encontrar com a gente lá na estação. Já vinha a meninada toda correndo. Meu pai trabalhava na central como chefe de trem, no trem do sertão, trem de Ponte Azul, no trem de Ponte Nova, ramal de Santa Bárbara, esses são os que eu me lembro mais. O trem trazia o algodão para a fábrica. Todo o abastecimento era feito ali. A fábrica não existiria sem o trem. A fábrica o trem e a ferrovia são uma conexão funcional. Uma coisa e outra estão acopladas. Meus primos quando começavam a estudar em Belo Horizonte, o meio de transporte era só o trem. Ia todo mundo no B1, que passava às cinco e meia da manhã. Até teve um acidente horrível uma coisa que eu lembro demais também o trem tombou ali no Caetano Furquim, esse B1 lotado do pessoal que ia vinha trabalhar e estudar. Morreu gente demais, foi uma coisa horrível. Ali teve uma época que esse lugar ficou conhecido como estação da morte. A Pachanga, que foi um ônibus apareceu muito depois. Era um caminho de terra. (Sra. Selma, 2007)

Durante seu depoimento sobre o lugar, Selma afirma que mesmo a vila operária encontrando-se entre dois núcleos urbanos e possuindo uma característica totalizante na cadeia de fornecedores de bens e serviços essenciais, os moradores mantinham freqüentes contatos com Belo Horizonte através da ligação entre Marzagão e a Capital por meio do sistema ferroviário. Dentre seus comentários sobre a desestruturação da fábrica, esta também narra suas percepções e experiências vividas nos primeiros anos da década de 1970.

Lá era um lugar auto-suficiente. Auto-suficiente entre aspas, porque funcionavam ali o comércio, horta coisas de subsistência, armazém, açougue padaria, resolvia-se tudo por ali. Mas as pessoas vinham até Belo Horizonte, então havia um contato. Tem muita foto da minha mãe nos retratistas que tinha lá na Afonso Pena, então eles transitavam. Calçados e essas coisas todas eram compradas aqui. Então eu fico pensando que é uma coisa que aconteceu também com Belo Horizonte. Teve essa época do progresso. Acho que tem que ver o que provocou o desmantelamento da fábrica. Depois de setenta e cinco eu fui pouco lá, mas acho que já estavam retirando o eucalipto. Quando muraram a fábrica tudo começou. Não sei se o isolamento da fábrica resulta, mas foi uma coisa muito estranha fechar a fábrica, murar fechar, o que seria uma coisa orgânica né? Eu acho que é nessa época que constroem o bairro Nações Unidas, aí muita gente foi pra lá. O pessoal de Marzagão ia muito no centro comercial popular de Belo Horizonte, a rua dos caetés, a avenida Amazonas. Lógico que tinham mulheres que iam na Casa Guanabara, por exemplo que era na Av. Afonso Pena. O povo de Marzagão dizia que ia no Belo, comprar aviamentos e coisas assim. Sempre com o trem. Lá foi ficando inviável, pois fecharam a padaria. As coisas iam ficando longe. Quando fecham a fábrica, os serviços que eram prestados lá se desmantelam. Às vezes eu ia passar férias lá e não tinha pão. Então minha tia fazia biscoito, angu frito, que eu adorava! Eu lembro que o armazém foi diminuindo, diminuindo até fechar. Foi ficando difícil de continuar lá. (Sra. Selma, 2007)

Dona Nizia dos Santos – Nascida em Marzagão, filha de operários, é moradora do local há sessenta e seis anos. Empregou-se na fábrica já em seu período de declínio das atividades e presenciou as transformações ocorridas no conjunto arquitetônico. Atualmente mora na vila em um imóvel alugado pertencente à empresa imobiliária União Rio Empreendimentos S.A. Em seu depoimento sobre a desestruturação do local, a moradora relata que provavelmente não existe interesse por parte desta empresa em preservar as antigas edificações e aponta quais são as medidas adotadas pelos proprietários quando os imóveis são desocupados pelos inquilinos.

Trabalhei sete anos na fábrica, produzia cordonei, trabalhei na fiação, mas fiquei mais tempo na retorcedeira. No horário de trabalho tinha duas turmas, uma entrava às seis da manhã, largava às dez. Aí, a gente voltava às duas horas. Era muita gente, eram dois turnos. O trabalho não era muito puxado não. É... Nossa!!! Era gente demais da conta. A demolição começou tem pouco tempo, o Mauro já tava aqui... Agora eles tacam tijolo na frente da casa, pra ninguém entrar. Mais fácil eles podiam é levantar isso aqui tudo de novo... Nosso Deus! Quem vê isso aqui como era, aqui era melhor que General Carneiro. Você conhece General, né?! Era melhor que General. (Sra. Nizia, 2007)

Mauro Xavier – É proprietário do imóvel que foi o depósito de algodão da fábrica de tecidos desde o ano de 1997, onde dirige a Companhia de Teatro Kabana. Atuou como um dos mobilizadores dos moradores nas manifestações que ocorreram visando o tombamento do local em vários momentos. Em seu depoimento, Mauro referencia a ocupação dos imóveis e as possibilidades que vislumbra para a utilização do local.

Atualmente, dentro do espaço da fábrica, do ponto de vista comercial, aqui dentro tem a Fundação Clóvis Salgado, que alugou da Marcell Phillipe parte dos galpões me parece que a Secretaria de Cultura também alugou uma parte para fazer um arquivo ou coisa assim. Tem uma outra confecção que ocupa o espaço dos galpões e uma lavanderia industrial.

Aqui nós temos uma questão da água daqui, que não é da Copasa, é de uma mina que tem aqui perto, então há uma facilidade para as empresas como lavanderias que se instalaram aqui. Então nós temos esse complexo que está sendo explorado pela Marcel Phillipe, a nossa atividade aqui em cima, no depósito de algodão com o teatro Kabana, tem o bar do Jair e a arquidiocese que mantém a atividade dela aí. Muita gente ainda mantém um vínculo com a Igreja, todo ano tem a festa do Sagrado Coração os antigos moradores costumam vir à festa. Este acho que é o momento do maior esplendor. É um momento em que o lugar ainda existe, é na festa da Igreja. Nós não conhecemos nenhuma ação específica da prefeitura voltada para essa questão da conservação ou da preservação da vila. Na verdade existem poucos proprietários aqui. Tem o grupo de teatro que tenta preservar o espaço ocupado e tem a Marcel Phillipe que mantém o espaço ocupado preservado. A grande preocupação da gente atualmente é com relação à União Rio. Eles são proprietários dos sobrados. Em termos de área construída a Marcel Philipe é a maior proprietária, mas do restante do terreno pertence à União Rio. Você tem várias categorias que vivem aqui na vila. Você tem pessoas que trabalharam diretamente na fábrica. (Sr. Mauro, 2007)

O envolvimento afetivo de moradores e pessoas que tiveram contato com este lugar demonstra as proporções e a profusão de relações sociais que se desenvolveram em Marzagão. Jair da Cruz Lopes, ex-morador de Marzagão, ao escrever um livro narrando o que chama de memórias de Marzagão, demonstra o saudosismo e o nível de envolvimento que alguns moradores tiveram com este lugar e como o tempo passado é relatado por alguns antigos moradores.

Segue abaixo o hino que foi criado para Marzagão:

Desde os meus primeiros passos
Eu me lembro com emoção
Dessa terra maravilhosa
Que se chama Marzagão

Jovens na turma do Zito
Iniciava a formação
Criando homens sérios
Pro futuro da nação

Teu passado tua história
Imortais nesta canção
São guardados nesta memória
Dos teus filhos com emoção

Faça sol ou faça chuva
Dou adeus a solidão
Neste carnaval eu vou
Extravasar meu coração

Veio a crise
Fecharam a fábrica
Cortaram os eucaliptos
Que lhe davam proteção
Mas nunca vão cortar
O amor a Marzagão
Que existe no meu coração

Autoria de Nonato do conjunto musical Opus 6 (LOPES. 2001, p. 102)

O trânsito que a história oral permite entre diversas temporalidades faz, muitas vezes, emergir dos depoimentos associações afetivas e relatos de um tempo e de lugares que se encontram perdidos, podendo ser reconstituídos apenas pelas lembranças, e por isso mesmo o depoente se vê envolvido de poder. O poder de narrar esta trajetória temporal muitas vezes se depara com comparações entre o tempo passado e o presente. O saudosismo pode ser um elemento evidente nas narrativas daqueles que não se contentam com as condições materiais do presente. Desta forma:

É muito comum escutar pessoas referindo-se à saudade de um tempo no qual ainda nem viviam, mas que nos registros legados de geração para geração lhes foi apresentado como uma boa época, como um tempo de esperanças. Trata-se de imagens disseminadas e registradas pelo senso comum, por livros, por amigos, por familiares e, também, muitas vezes pela própria história institucional. (DELGADO, 2006, p.17)

As práticas sociais e os registros históricos deixados por diferentes atores sociais podem se tornar suportes para a construção das memórias individuais e coletivas de determinado grupo social. A construção de uma narrativa histórica que contemple a multiplicidade de atores sociais e inter-relacione indivíduo e espaço perpassa pela construção das memórias.

A metodologia da história oral pode gerar uma ampliação das possibilidades de se pensar o tempo passado, as relações sociais e a percepção do espaço. Pensar o espaço, as relações de trabalho, a vida cotidiana de um determinado grupo social no tempo passado exige uma seleção de documentos e registros e implica na construção de uma narrativa sistematizadora de recriar o passado no tempo presente.

Recordar e esquecer são ações intrínsecas à memória, os lapsos e omissões também transformam o passado e constroem ou alteram narrativas históricas.

A proposta de expor registros e percepções de fontes distintas apresenta uma ampliação no universo simbólico. Pode-se dizer que nenhum registro histórico é isento ou imparcial. Sendo assim, um registro escrito ou um depoimento oral está carregado de

subjetividade e quando nos referimos a um registro que tem por objetivo remeter-se ao passado, a noção de representação, que possui em si uma ambivalência entre a presença e a ausência, faz-se presente.

Os depoimentos orais podem contribuir com a espontaneidade das vivências e contribuir para manter a construção da memória viva em locais que são celebrados de maneira orgânica, sem a necessidade de que se criem lugares específicos para a atividade do não esquecer. A noção de preservação pode perpassar por esses conceitos. A relação entre as memórias sociais construídas sobre determinado lugar expõe-se de maneira múltipla, seletiva e fragmentada. Para que se tenha uma interpretação ampla sobre o que pode significar a idéia de patrimônio cultural, sugere-se uma leitura da trajetória deste conceito e de suas implicações para a sociedade contemporânea, tendo em vista sua história e conseqüentes modificações teórica e práticas.

4 – A CONSTRUÇÃO DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM MARZAGÃO

4.1 - O processo de transformação das políticas públicas de preservação patrimonial

A palavra patrimônio possui suas origens vinculadas às estruturas familiares, econômicas e jurídicas e relaciona-se com a noção de bens ou heranças que podem ser transmitidos dos pais para os filhos. Segundo Françoise Choay (2001, p.11), a expressão “patrimônio histórico” designaria *“um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”*.

Pode-se dizer que a preservação patrimonial vinculada a uma política pública e estatal teve suas origens na Europa do século XIX. Após a Revolução Francesa, momento em que as obras de arte, os imóveis e os monumentos em geral estavam ameaçados por ataques dos revolucionários enfurecidos com o Antigo Regime. Nesse contexto surge uma maior preocupação do Estado com a institucionalização da preservação patrimonial. Isto ocorreu em um momento especial do contexto francês do século XIX, no qual havia um forte apelo aos valores de formação do Estado nacional e à sua história oficial. A criação de regras para estabelecer limites físicos e conceituais para o patrimônio, contou com dirigentes específicos. *“A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos”* (FONSECA, 1997, p. 54).

Na América Latina este pensamento preservacionista se manifestaria de forma efetiva somente no século XX. O Brasil foi um dos pioneiros na criação de instituições com esse objetivo. Na década de 1930, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao recém criado Ministério da educação e saúde, o país passava por grandes transformações urbanísticas, oriundas do processo de modernização e industrialização.

A criação do Ministério da Educação e saúde, assim como o do Trabalho, pelo governo Vargas, em 1930, seria um instrumento para uma das maiores preocupações do Estado Novo: a construção do novo homem brasileiro. O trabalho seria considerado a forma de integrar o homem brasileiro à sociedade, transformando-o em cidadão-trabalhador. Cabia ao Ministério da Educação e Saúde não só educar como também formar esse novo homem que se pretendia moldar. A construção do novo prédio para esse ministério, numa concepção de estilo moderno, simbolizaria a

própria idéia de modernidade que o Estado passava a ordenar. (MENICONI, 2004, p.38)

Uma vez que não houvesse discordância entre os interesses dos defensores do patrimônio e a formação da identidade nacional durante o governo de Getúlio Vargas, essas idéias foram de certa forma incorporadas às práticas das políticas públicas desse período. Nesse contexto, a influência de conceitos históricos e de práticas de preservação patrimonial calcados na valorização de uma identidade nacional pode ser verificada no momento em que as políticas e práticas públicas de preservação foram assumidas, no Brasil, pelo Estado. A construção do conceito de nação brasileira contou com forte presença dos intelectuais modernistas que se mantiveram a frente da criação e da gestão das políticas públicas relacionadas ao patrimônio histórico nacional. Uma das principais intenções desses intelectuais era encontrar raízes tradicionais comuns que balizassem a construção da nação. As viagens lideradas por Oswald e Mário de Andrade, na década de 1920, a Minas Gerais e o encontro com as obras barrocas foram fatores decisivos para a criação de tradições e expressões consideradas como autenticamente brasileiras, justificando o passado do patrimônio e moldando os parâmetros das políticas de preservação e de uma identidade nacional.

O contexto histórico brasileiro, durante as primeiras décadas oscilou, entre as críticas ao colonialismo e as práticas políticas oligárquicas da chamada República Velha. Os grupos de modernistas que se opunham a estas visões e atuaram nesse período pretendiam encontrar referenciais culturais genuinamente brasileiros. Sendo assim:

[...] foi no sentido de reconceituar o popular, que passava a ser visto de forma positiva, pois seria definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Era necessário salientar o mestiço, o regional, o popular, nossos heróis, nossa história, nossa arte original, nosso folclore, nosso patrimônio, nossas tradições, enfim o modelo de Brasil que se queria estava no “verdadeiro” Brasil, não na Europa civilizada ou na cultura norte-americana. (MENICONI, 2004, p.34)

Algumas dessas idéias repercutiram especialmente na década de 1930, no Estado Novo, refletindo na criação de um projeto político de integração e fortalecimento da nação. Tais propostas passaram a se delinear como uma proposta vinculada a uma política estatal em 1936. Neste ano o escritor modernista Mário de Andrade enviou, a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o anteprojeto que tinha por objetivo criar um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN. Neste documento Mário de Andrade definiria como finalidades do SPAN “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o

patrimônio histórico e artístico nacional”. As competências da instituição segundo este projeto seriam:

- I – Determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II – Sugerir a quem de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III – Determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV – Sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V- Fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional. (ANDRADE, 2002, p. 273).

Parte deste texto serviu de referência para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela Lei 378 de 13 de janeiro de 1937 e para a elaboração do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que definiria e organizaria a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo este documento legal, em seu artigo 1º:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (1937)

Os bens que passaram a ser classificados como patrimônio histórico e artístico nacional tiveram como principal forma de acautelamento o instrumento jurídico do tombamento, criado e regulamentado por esse decreto. De acordo com este texto, somente depois de inscritos em um dos quatro Livros do Tombo, os bens passariam a integrar o patrimônio histórico e artístico nacional. No artigo nº 4 foram especificados quais seriam os livros e o que deveria ser respectivamente registrado.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (DECRETO LEI nº 25, 1937)

Embora os limites conceituais do que viria a se tornar patrimônio histórico e artístico nacional fossem abrangentes na exposição do decreto, o que se verificou durante o período conhecido como “*fase heróica*”, entre 1937 e a década de 1960, em que o SPHAN foi dirigido por Rodrigo de Melo Franco e orientado pelo arquiteto Lúcio Costa, foi uma predominância de bens arquitetônicos registrados nos livros de Tombo. O patrimônio legado pelo SPHAN, ao longo de mais de trinta anos buscou, conferir ao país “*um passado referenciado pelo século XVIII, pela cultura barroca religiosa e pelo ciclo minerador*” (RUBINO, 1996, p. 97). Os traços artísticos e arquitetônicos do Barroco eram convertidos no centro da política de preservação do patrimônio e ao mesmo tempo de legitimadores da caracterização de uma cultura nacional. O historiador inglês Eric Hobsbawn (1984), ao analisar questões pertinentes à formação e consolidação dos Estados nacionais, se propõe a pesquisar sobre as invenções das tradições através dos símbolos nacionais eleitos e consagrados como tradicionais. O ensaio sobre a invenção do traje típico dos escoceses e de toda a tradição envolvida destaca a importância desses elementos de origens regionais para a construção dos símbolos nacionais.

A criação, afirmação e legitimação da idéia de uma identidade nacional não foi unânime no Brasil na década de 1930. Mesmo dentro do grupo de modernistas que defendiam a criação de um patrimônio histórico e artístico que definisse e classificasse as características nacionais, havia disputas no que se refere à escolha dos bens que passariam a constituir tal categoria. Existiram dois grupos distintos. O primeiro liderado por Gustavo Barroso do Museu Histórico Nacional e outros ligados ao SPHAN por Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Este grupo, “[...] *reafirmava a origem da nação no processo civilizatório encaminhado pela Monarquia, desde a chegada da corte portuguesa, em 1808; assim, identificava-se com o passado monárquico, que excluía pobres, negros, índios, enaltecendo a ação civilizadora européia relacionada ao Estado Português.*” (MENICONI, 2004, p.46). O segundo grupo, que teve como representantes Mário de Andrade e Manuel Bandeira negava o valor deste estilo neocolonial, alegando falta de autenticidade na origem desses referenciais para a construção de uma identidade genuinamente brasileira. O estilo barroco era defendido por este grupo como a gênese da rica mistura das etnias no período colonial, desse hibridismo surgiria a autenticidade brasileira. (MENICONI, 2004, p.46).

A trajetória das políticas e das práticas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural teve poucas alterações durante o período conhecido como *fase heróica*. O SPHAN sofreu algumas modificações em sua estrutura administrativa ao longo de sua existência. Em 1946 passou a ser denominado DPHAN, ao ser transformado em diretoria.

Em 1970 tornou-se um Instituto, passando a se chamar IPHAN. Em 1979 voltou a ser secretaria (SPHAN). Entre 1990 a 1994 foi transformado no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC e a partir de 1994, voltou a ser Instituto, retornando à nomenclatura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o atual IPHAN. (PESSOA, 1999, p.11).

Sem o objetivo de fazer uma leitura detalhada de toda a legislação referente às práticas patrimoniais brasileiras, pode-se dizer que embora existissem algumas discussões conceituais sobre a questão da abrangência do patrimônio histórico, até a década de 1960, as práticas ainda eram muito centradas no tombamento de bens que carregavam o valor simbólico de excepcional valor artístico. No início dessa década a Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, agregava ao patrimônio nacional os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Segundo esta lei, são considerados constituintes deste patrimônio:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e qualquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. (IPHAN, 2007)

A ampliação do conceito de patrimônio e a introdução de novos grupos sociais através de uma visão descentralizadora enfrentaram, e ainda enfrentam, diversos desafios que perpassam pelas relações de poder institucionais e políticas que interferem diretamente em questões financeiras e na propriedade privada. A recorrência na utilização do termo, bem como as suas transformações semânticas no mundo ocidental, não descarta a possibilidade de existência do patrimônio, compreendido enquanto categoria do pensamento, mesmo em sociedades tribais. (GONÇALVES, 2003).

A preservação da memória de fatos, pessoas ou idéias por meio da percepção de impressões passadas e presentes é uma prática recorrente em todas as sociedades. Nesse sentido, o estudo do patrimônio cultural é fundamental para a compreensão da diversidade cultural brasileira. A construção de uma "memória nacional", a partir de uma apropriação do passado, sugere pensar a questão patrimonial em termos da noção de democratização e cidadania e suas implicações com diferentes direitos e grupos culturais. Durante muitos anos

no Brasil, a preservação patrimonial esteve vinculada a uma idéia uniformizante de patrimônio nacional com suas funções e recursos centralizados pelo Estado.

A motivação e as indagações constantes na escolha e atribuição do título de patrimônio histórico e artístico nacional, durante a maior parte da existência do SPHAN, estiveram, via de regra, relacionadas, como sugere o Decreto Lei nº 25, ao caráter de excepcionalidade artística e fatos memoráveis. Como dito anteriormente, as obras arquitetônicas, com valorizações estéticas e estilísticas barrocas, foram priorizadas durante o período da *fase heróica*. A adoção do barroco mineiro não se limitou às obras arquitetônicas, mas também era parâmetro para os bens patrimoniais das artes plásticas. (LEITE, 2004, p.50).

A experiência brasileira na construção das políticas de preservação não se difere de muitos outros países onde: *Os bens culturais que integram o patrimônio cultural são, em geral, selecionados para tombamento em função de sua capacidade de expressar- de forma modelar- a história oficial como suposta síntese da memória, tradição e identidade nacionais.* (LEITE, 2004, p. 50)

Associada à discussão sobre a questão da preservação patrimonial no Brasil, têm-se uma série de deliberações, convenções e recomendações internacionais, destinadas a essa temática. Apresentando-se enquanto tratados multilaterais o resultado desses encontros deu origem, a partir da década de 1930, ao que ficou conhecido como um conjunto de *Cartas Patrimoniais*. Arquitetos e restauradores de diversos países, ao discutir a questão da preservação do patrimônio histórico, estabeleceram alguns parâmetros para essa prática. Ao referir-se a validade e efeito jurídico das convenções, Fernando Fernandes da Silva expõe que estas “*inserem-se entre as fontes formais do direito internacional público, conforme o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.*” (2003, p. 56). Esses documentos, conhecidos como cartas patrimoniais, estabelecem alguns eixos balizadores das práticas e das políticas de preservação em um nível internacional. Além dessas diretrizes formais existem também, resultado de conferências internacionais, as recomendações. As recomendações são instrumentos de cooperação cultural promovidos pela Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO e sugerem normas e práticas relacionadas à questão da preservação do patrimônio. Quanto às recomendações, suas normas não prevêem a hipótese de ratificação ou aceitação. Estas se impõem somente em plano moral. (SILVA, 2003, p. 50).

Na carta de Atenas, de outubro de 1931, foram estabelecidas normas sobre a conservação e a utilização de monumentos. Entre as propostas para a conservação do patrimônio, esse documento recomenda que a utilização dos bens imóveis considerados

monumentos deve assegurar a continuidade de sua vida, destinando-o sempre a finalidades que o direcionem ao seu caráter histórico ou artístico. Em relação à questão administrativa, após a exposição das legislações de proteção “*a conferência aprovou unanimemente a tendência geral que consagrou nessa matéria um certo direito da coletividade em relação à propriedade privada.*” (IPHAN, 2007). Entretanto, “*a conferência constatou que as diferenças entre essas legislações provinham das dificuldades de conciliar o direito público com o particular.*”(IPHAN, 2007). A questão da propriedade privada, colocada neste momento, perpassa por toda discussão acerca da preservação patrimonial até os dias de hoje. O termo patrimônio pode estar diretamente relacionado à idéia de propriedade, se entendido como um conjunto de bens materiais ou não que sejam suscetíveis de apreciação econômica.

Em consonância com as discussões conceituais sobre a qualificação e reconhecimento dos bens constituintes do patrimônio cultural, a recomendação da UNESCO, produzida em Paris em 12 de dezembro de 1962, propõe uma ampliação da noção dos monumentos e considera a necessidade de se proteger paisagens e sítios naturais que compõem o cenário urbano em detrimento de ações de ocupação do espaço sem planejamento. Segundo esta recomendação [...] *as paisagens e sítios constituem um fator importante da vida econômica e social de um grande número de países.* (p. 1). Quanto à delimitação de paisagens e sítios e sua respectiva proteção, a recomendação aponta que:

A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem. Assim, disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. (IPHAN, 2007)

Na Carta de Veneza, de 1964, a noção de monumento foi ampliada em seus princípios e no seu conceito. Segundo este documento:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (IPHAN, 2007)

Na década de 1960 a ampliação do conceito de monumento passou a ser alvo de discussões internacionais. O encontro realizado em Quito, em 1967, agrega ao conceito de monumento os contextos urbanos e rurais, além de formular novas estratégias para a utilização dos mesmos. Destacam-se as recomendações estabelecidas no que se refere à conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse histórico, artístico e

arqueológico. A questão da utilização desses monumentos visando o desenvolvimento sócio-econômico passa a ser um fundamento para se pensar o patrimônio para além da noção das obras arquitetônicas e obras de arte isoladas. Sendo assim, são traçadas novas concepções entre a relação do monumento com o espaço. Os lugares passam a ser interpretados sob a concepção social e cultural de modo a se preservar a ambiência e conseqüentemente suas práticas sociais. Segundo estas normas, *“a idéia de espaço é inseparável do conceito de monumento, e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra”*. (IPHAN, 2007)

As determinações desses acordos internacionais trouxeram algumas mudanças no contexto das políticas de preservação e nos debates teóricos acerca da utilização do espaço em que se inseriam os monumentos ou os bens culturais que eram classificados como patrimônio nacional. Rogério Proença, ao verificar estas mudanças, aponta que:

Essas diretrizes foram fundamentais para uma redefinição das práticas de preservação no Brasil, na medida em que a idéia de “entorno” ampliou o âmbito de atuação dos órgãos de patrimônio para além das fachadas dos bens ressaltados como portadores de valor arquitetônico. A noção de ambiência circunscreve o bem, que no caso do patrimônio edificado das cidades se traduz, sobretudo, na prática de intervenção a partir do reconhecimento do valor urbanístico (e sua potencialidade comercial para o turismo) do bem ou conjunto a ser preservado. (2004, p. 54)

Os conceitos de patrimônio e dos bens classificados como tal passam a ser analisados por políticas públicas de preservação enquanto objetos incorporados às políticas de planejamento urbano e ao mesmo tempo passam a ser considerados importantes representantes de desenvolvimento do turismo e da exploração econômica.

Diante da impossibilidade de manter com recursos próprios e gerir a manutenção de todo o patrimônio nacional, ocorre, no Brasil durante a década de 1970, um processo de descentralização das políticas públicas de preservação no qual foram criadas instituições com funções similares às do IPHAN em estados e municípios, fator que contribuiu para certa flexibilização da ação de atribuir e identificar os bens patrimoniais. Diante desta situação pode-se dizer que essa descentralização foi facilitada pelos seguintes fatores: *“O esgotamento das estruturas burocráticas tradicionais, a modernização administrativa do aparelho de Estado e a definição de uma nova divisão de tarefas entre a União, os estados e os municípios.”* (FREITAS, Apud LEITE, 2004, p. 53). Como conseqüência desse período tem-se a divisão de responsabilidades do IPHAN entre os Estados e os Municípios. Em 1970 e 1971 ocorreram encontros de Governadores em Brasília e Salvador, respectivamente, onde foram pensadas possibilidades e novas estratégias para a questão da preservação do

patrimônio para os estados. O primeiro evento promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, realizado em Brasília em 1970, reuniu governadores de Estado, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais com o objetivo de estudar e criar medidas complementares às políticas de preservação federal. Dentre as medidas propostas encontra-se a criação de órgãos estaduais e municipais que se articulassem devidamente com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. Ratificando as propostas deste primeiro encontro, o evento realizado em 1971, em Salvador, recomenda a criação de Secretarias ou fundações de Cultura no âmbito estadual. Nesse encontro foi sugerido que os planos diretores e urbanos dos municípios considerassem prioritários os projetos de obras públicas e particulares que afetassem áreas de interesse de relevante valor natural e cultural especificamente protegidos por lei. Outra preocupação destacada no texto resultante desse encontro refere-se à convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, sugerindo maior atenção destas instituições acerca da utilização e da divulgação de bens culturais protegidos pela legislação.

Em consequência das transformações de descentralização ocorridas na política de preservação brasileira, foi criado em Minas Gerais, em 30 de setembro de 1971, pela Lei nº 5.775, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG. Constituído como fundação vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, essa instituição possui competências e atribuições iguais ou complementares às do órgão federal de proteção do patrimônio. Em seu plano de ação, o IEPHA-MG obedece, desde sua criação, à legislação federal de proteção ao patrimônio. Sendo assim, as bases legais da instituição são amparadas pelo Decreto Lei nº 25 de novembro de 1937. Dentre as atribuições do IEPHA-MG encontram-se a de identificar, registrar, proteger e restaurar o acervo de bens culturais do Estado de Minas Gerais. Durante a década de 1970 as discussões sobre os significados políticos e culturais da preservação do patrimônio cultural levaram em consideração a questão da ampliação da definição de bem patrimonial e a pluralização da participação social na prática de preservação. A década de 1970 marcou um período de transformações conceituais acerca da temática da preservação patrimonial no Brasil. No ano de 1979 Aloísio Magalhães foi nomeado presidente do IPHAN. Esta instituição vivenciou uma transformação que lançou uma nova visão sobre o patrimônio cultural enquanto um processo social. Destarte, os referenciais de memória nacional formulados pelos intelectuais modernistas no período da criação do SPHAN, em 1937, começavam a ser questionados institucionalmente. Dentro dessa classificação da trajetória oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro, a

chamada fase heróica, centralizada na proteção de bens materiais, passa a ser questionada a partir dessa administração, sob um olhar antropológico.

A nomeação de Aloísio Magalhães para a presidência do IPHAN foi uma decorrência do trabalho que ele desenvolveu no Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC entre 1975 e 1979. Quanto à atividade no CNRC, Rogério Proença Leite ressalta que: “[...] o CNRC propôs-se a mapear práticas e saberes populares, antecipando uma rica discussão sobre os significados do patrimônio imaterial, que iria ser retomada alguns anos mais tarde pelo próprio IPHAN.” (2004, p. 56).

Aloísio Magalhães problematizou o conceito de cultura nacional retomando a discussão sobre a temática da cultura popular levantada pelos modernistas do período de formação do SPHAN. A noção de monumento vinculada ao conceito de obra de arte desconsiderava a diversidade cultural e esvaziava de sentido núcleos urbanos que estivessem em desacordo com unidades estilísticas consideradas eruditas.

As visões interpretativas do patrimônio referenciadas em conceitos estéticos ou estilísticos desconsideravam diversos bens que por não possuírem tais qualidades eram excluídos do processo de construção de uma memória nacional. O que ocorreu a partir da década de 1970 foi uma ampliação das possibilidades de leitura de símbolos e significados atribuídos aos bens que poderiam ser classificados como patrimônio histórico.

Apenas na década de 1970 a conceituação de patrimônio passou a ser ampliada, iniciando-se o que está sendo denominado aqui como período intermediário. O patrimônio despiu-se do valor simbólico nacional, passando a servir como apoio à luta pela manutenção de um meio ambiente urbano menos adensado contra conjuntos urbanos. (MOTA. 2000, p. 265).

A preocupação com a identificação de diferentes expressões culturais manifestou-se efetivamente somente alguns anos depois na constituinte de 1988. Segundo o artigo nº 216, do capítulo III da educação e do desporto, seção II referente à cultura:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988.)

A categoria patrimônio cultural passou a ser composta por um amplo e diversificado acervo passível de receber essa intitulação. Festas rituais, técnicas e saberes, lugares diversos, passam a ser contemplados pela legislação de preservação patrimonial. Derivadas desta discussão, ampliaram-se as discussões acerca do termo “patrimônio imaterial” ou patrimônio intangível, que introduzem uma noção de cultura, mais ampla, ao conceito de patrimônio cultural. Para se ter uma noção das novas práticas e da dimensão desta problematização, Ruben George Oliven exemplifica e apresenta algumas distinções para se pensar estes termos e suas implicações quanto à identificação de bens considerados patrimônios culturais:

A distinção entre os bens materiais e bens imateriais não é pacífica. As propriedades químicas da água benta e da água comum são as mesmas; entretanto, a primeira água, ao contrário da segunda, tem um poder sagrado, que lhe foi conferido pela Igreja. Uma bandeira é um pedaço de tecido, ao qual os habitantes de uma nação atribuem um significado igualmente sagrado. A comida é material, mas a culinária é material. (2003, p. 79)

A delimitação e a diferenciação entre o que pode ser considerado e aceito como sendo um patrimônio imaterial é, atualmente, alvo de inúmeros debates. Embora a ampliação conceitual do termo patrimônio possa ser verificada em 1988 através do que foi exposto pela Constituição Federal, as práticas de preservação ainda não contavam com formas específicas de se registrar e proteger esses bens. Segundo o parágrafo primeiro do referido artigo “*O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.*” (BRASIL, 1988). Os bens de natureza imaterial passaram a ser alvo de discussões em seminários regionais, nacionais e internacionais. Nestes encontros, profissionais como sociólogos, antropólogos, museólogos e uma grande diversidade de profissionais da área das Ciências Sociais passaram a ser requisitados por agentes do poder público no sentido de criar novas estratégias e normas capazes de abarcar a diversidade e a amplitude do conceito de patrimônio cultural.

A preocupação com a deficiência dos instrumentos disponíveis a esse escopo até a década de noventa foi determinante para a realização do seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção", que culminou na edição da Carta de Fortaleza (1997), que representa uma das forças catalisadoras da modificação do trato legislativo e administrativo da matéria pelo poder público federal. Nesse cenário de rearticulação dos instrumentos oficiais voltados à preservação e na busca de reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial, emergiu o Decreto nº 3.551/2000, instituidor do "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial" integrantes do patrimônio cultural brasileiro e do "Programa Nacional do

Patrimônio Imaterial", responsável pela "implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio" (arts. 1º e 8º), dentro do que desempenhará papel capital o Inventário Nacional de Referências Culturais – o INRC, outro pilar da missão estatal de proteger o patrimônio intangível.

O Decreto nº 3.551/2000 criou quatro Livros de registro, sem prejuízo da adoção de outros para o preenchimento de lacunas eventualmente detectadas: a) Saberes, para inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; b) Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; c) Formas de Expressão, destinado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e d) Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. No plano estadual, o decreto nº 42.505/2002, editado pelo governo de Minas Gerais, segue as mesmas orientações do decreto federal. No decreto estadual são criados os mesmos quatro livros de registro de bens de natureza imaterial.

Inegavelmente, a noção de patrimônio e suas práticas preservacionistas sempre estiveram relacionadas diretamente com a noção de manutenção e interpretação de memórias ou fatos do tempo passado. A seleção desses fatos e a construção das memórias através de representações e diferentes constructos são práticas recorrentes em todas as culturas. As diferenças podem se encontrar nos níveis de envolvimento dos atores sociais com determinadas práticas ou elementos simbólicos que façam com que estes elejam bens específicos passíveis de conservação, tendo em vista a dinâmica das inevitáveis transformações das culturas. O discurso da perda de referenciais culturais e da exclusão de determinados grupos, saberes e objetos, traz à tona questões referentes à quais e porque alguns bens são selecionados e classificados como patrimônios culturais. A sociedade moderna tende, em sua dinâmica, a excluir mesmo que involuntariamente, o antigo. Um objeto que porventura venha a ser parte integrante do acervo de um museu pode se amparar no discurso que por muito tempo sustentou as políticas de patrimônio que é o sentido da perda. As práticas de preservação nas sociedades contemporâneas têm como preocupação central frear algumas transformações que foram desencadeadas já há algum tempo e encontram-se em processo.

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. (GONÇALVES, 1996, p. 89)

A questão que se coloca, a partir daí, é o que pode e deve se perder ou o que merece ser considerado ou rotulado como patrimônio cultural. Durante muitos anos os acervos de bens identificados como patrimônio cultural tiveram suas características referenciadas na idéia de monumento. Essa noção de monumento vinculada ao conceito de patrimônio esteve sempre próxima das práticas de preservação institucionais. Modificar esta cultura não é uma tarefa fácil. Para Márcia Sant'Anna:

Enquanto o monumento, como visto, é universal e comum a todas as sociedades, o monumento histórico é datado e ocidental. Embora ambos tenham um substrato político comum, o monumento histórico é sempre vinculado a um objeto, cuja instituição como tal é posterior à sua criação. Resulta da colocação do bem em perspectiva histórica ou artística, sob um olhar que o seleciona da massa de objetos existente. O monumento histórico, em suma, vincula-se a um saber e uma sensibilidade que se enraízam no presente e olham para o passado. (2003, p. 47,48)

A trajetória exposta sobre algumas das principais modificações do conceito de patrimônio suscitam questões que se apresentam, nos termos das políticas públicas de preservação patrimonial, em constante paradoxo e ainda difíceis de serem equacionadas. O que, como, e porque se preservar proporcionam amplos debates e conseqüentemente alterações no comportamento de grupos sociais e na elaboração de tais políticas.

4.2 - O tombamento como instrumento de preservação

No decorrer do processo histórico de construção de políticas públicas preservacionistas, o tombamento foi a forma de intervenção estatal mais utilizada para a preservação do patrimônio público. A noção de patrimônio, pautada em uma visão consensual de determinada versão do passado, expõe certa fragilidade do tombamento enquanto prática que defende o patrimônio nacional e traz em si uma noção de exclusão de grupos sociais que acabam não participando dos símbolos eleitos pelas instituições responsáveis pela preservação. O patrimônio selecionado materializa um ponto de vista particular sobre determinado fato, *“conseqüentemente, o valor cultural que se atribui a esses bens tende a ser naturalizado, sendo considerado sua propriedade intrínseca, acessível apenas a um olhar qualificado.”*(FONSECA, 1997, p.11). A atribuição de valor a um determinado bem considerado como de interesse comum por uma instituição responsável pela seleção do que pode vir a ser um patrimônio cultural revela uma relação de autoridade e poder. O significado

de um objeto é inerente a ele em seu caráter formal e passa a ter outros a partir da interação com o indivíduo que o utiliza. Ao discutir as hierarquias existentes na legislação e sobre a prática do tombamento, Canani expõe que:

Ao longo do percurso dessa legislação, foram realizadas alterações no sentido de garantir uma maior participação popular no processo de tombamento. Entretanto, podemos observar que o procedimento atual garante aos “técnicos” a avaliação da pertinência dos pedidos e decide através de “deliberação” dos órgãos responsáveis. Ainda que não seja um ato autoritário, envolve o uso de um poder de decidir ou deliberar que é hierárquico, e repousa nas mãos dos órgãos competentes. (CANANI, 2005, p.174).

Ao analisar os desdobramentos das estratégias de conservação e preservação do patrimônio e sua apropriação pelos gestores públicos, Maria Cecília Londres Fonseca expõe que:

Voltadas para monumentos e visando à conservação de sua integridade física, as políticas de patrimônio centradas no instituto do tombamento certamente contribuíram para preservar edificações e obras de arte, cuja perda seria irreparável. Contudo, esse entendimento da prática de preservação terminou por associá-las às idéias de conservação e de imutabilidade, contrapondo-a, portanto à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo. (2003, p. 64)

Por essa razão, não podemos esquecer que tanto a memória como o patrimônio trabalham com lembranças e esquecimentos. Ao construir a memória o homem intervém não só na ordenação dos vestígios e dos registros, mas também na sua releitura. Ela é a expressão do modo como os grupos se apropriam e fazem uso do passado. Ao buscarmos entender como se constitui a memória coletiva face aos acontecimentos presentes, percebemos que ela não é somente uma conquista, mas também um instrumento de poder.

Assim, o patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário, pois resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros são passíveis de esquecimento e destruição. O patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. E esse conjunto está sujeito a diversas leituras, apesar de serem comumente apresentados com um significado único.

Por mais controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixas que possam parecer as conseqüências de um tombamento, a recepção dos bens tombados, como nos aponta Maria Cecília Londres Fonseca, tem uma dinâmica própria em dois sentidos: “*primeiro, no da mutabilidade de significados e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos [...] segundo, no da multiplicidade de significações e*

de valores atribuídos, em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados.” (1997, p.11)

Mesmo atualmente, quando o tema patrimônio histórico ou patrimônio cultural é abordado, algumas apropriações ou reapropriações do passado passam a servir de objeto para a consagração de um determinado grupo social, ou exploração econômica. Entretanto, dúvidas como esta são freqüentemente levantadas durante as discussões deste tema. Ao pensar as mudanças nos objetos que se tornaram patrimônio e no uso dos lugares, Lia Mota aponta que:

Assim como as demais obras do homem, os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações. É através de um permanente processo de criação e reapropriação que o homem transforma o ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para criações futuras. O uso do material do passado é a essência da cultura e é aquilo que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio. (2000, p. 259)

Diante das transformações na legislação de preservação do patrimônio cultural existentes na atualidade, o tombamento enquanto instrumento de proteção apresenta limitações que o restringem a uma noção de patrimônio edificado, não alcançando as discussões do patrimônio imaterial e das práticas sociais analisadas diante de referenciais culturais diversos.

4.3 - O caso do processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da vila operária, fábrica de tecidos de Marzagão e da vila Elisa – distrito Carvalho de Brito – Sabará.

A análise do caso específico do processo de tombamento de Marzagão contribui para a criação de um panorama sobre a adequação das atuais práticas e instrumentos de preservação, da utilização de sítios tombados, a apropriação das memórias e a questão da propriedade privada.

Marzagão pode ser compreendido através de uma relação entre tempo e espaço com o conceito de lugar utilizado por Rogério Proença Leite: *“podemos entender os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente”*. (2004, p.35). A formação desse lugar com demarcações territoriais,

simbólicas ações sociais específicas, bem como sua apropriação por uma legislação de proteção, promove possibilidades de interpretação muitas vezes conflituosas ou ambivalentes.

O espaço edificado da vila operária, a construção das memórias sociais, a utilização do lugar após o tombamento e a relação dos proprietários com esta política de preservação, são algumas das questões que podem ser confrontadas com as discussões teóricas sobre a preservação patrimonial.

Ao longo deste estudo, como já mencionado anteriormente, foram destacados três períodos da trajetória histórica de Marzagão. O primeiro refere-se ao contexto de construção do complexo arquitetônico e a impressão das marcas de ocupação neste espaço que ocorreu entre 1878 e o início da década de 1920. O segundo pode ser classificado como o período de apogeu da estrutura de trabalho, do processo produtivo da fábrica e do maior número de habitantes existentes no local, que compreenderia o período do início da década de 1920 até meados da década de 1950. O terceiro seria identificado como o período de desestruturação e decadência da fábrica, da ação do movimento operário, da desocupação do complexo e de seus novos usos e atribuições. Este último período teve início em meados da década de 1950, e coincidiu com uma crise econômica da empresa associada à morte do proprietário do empreendimento fabril, o Sr. Manoel Tomás Carvalho de Brito. As mudanças produzidas nesse período contribuíram para a decadência da fábrica e a conseqüente desocupação da vila operária. Esse contexto gerou conseqüências e conflitos que se estendem até os dias atuais e é marcado por uma trajetória de transformações e abandono de parte do conjunto arquitetônico e de ações sociais relacionadas com a preservação das memórias e das edificações restantes.

A desocupação dos antigos sobrados que compunham a vila ocorreu de maneira lenta e gradativa. Após a decadência da atividade fabril nas décadas de 1960 e 1970, muitos moradores se mudaram para bairros vizinhos que foram criados próximos à região do complexo arquitetônico da fábrica. Alguns desses bairros, pertencentes ao município de Belo Horizonte, como Nova Vista e Boa Vista, além de outras localidades pertencentes ao município de Sabará, foram ocupados neste período. Vários pontos desses bairros foram resultado de parcelamentos de terrenos que anteriormente pertenciam à família Carvalho de Brito. Embora já mencionado anteriormente, convém lembrar apenas para melhor situar os atores sociais envolvidos no atual contexto de Marzagão, que, atualmente, boa parte dos terrenos do entorno do complexo arquitetônico fabril de Marzagão pertence à empresa União Rio Empreendimentos S.A. que atua no ramo imobiliário e é administrada pelo Sr. Luís Roberto Nascimento e Silva, filho e herdeiro de Luís Gonzaga Nascimento e Silva, que foi casado com Vilma Carvalho de Brito, filha do Sr. Manoel Tomás Carvalho de Brito.

A proximidade da vila com os limites municipais de Belo Horizonte e Sabará fez com que esta região sofresse influências de políticas públicas desses dois municípios o que de certa forma dificulta a gestão política desse lugar. Começa a ocorrer, a partir da década de 1970, um processo de conurbação e adensamento da ocupação das regiões localizadas no entorno de Marzagão, tanto no município de Sabará, onde podem ser citados os bairros General Carneiro e Nações Unidas, quanto em Belo Horizonte, com os bairros Casa Branca, Caetano Furquim, Taquaril e Alto Vera Cruz. Esta colocação pôde ser verificada no estudo urbanístico realizado por Tiago Castelo Branco Lourenço no qual se detecta que:

[...] a vila do Marzagão, por estar no limite de Belo Horizonte e Sabará, é considerada subúrbio das duas municipalidades, tendo seu entorno pressionado pelas tradicionais políticas habitacionais para população de baixa renda de ambas as cidades, ocorrendo então o processo de favelização dessa região. (2003, p.61)

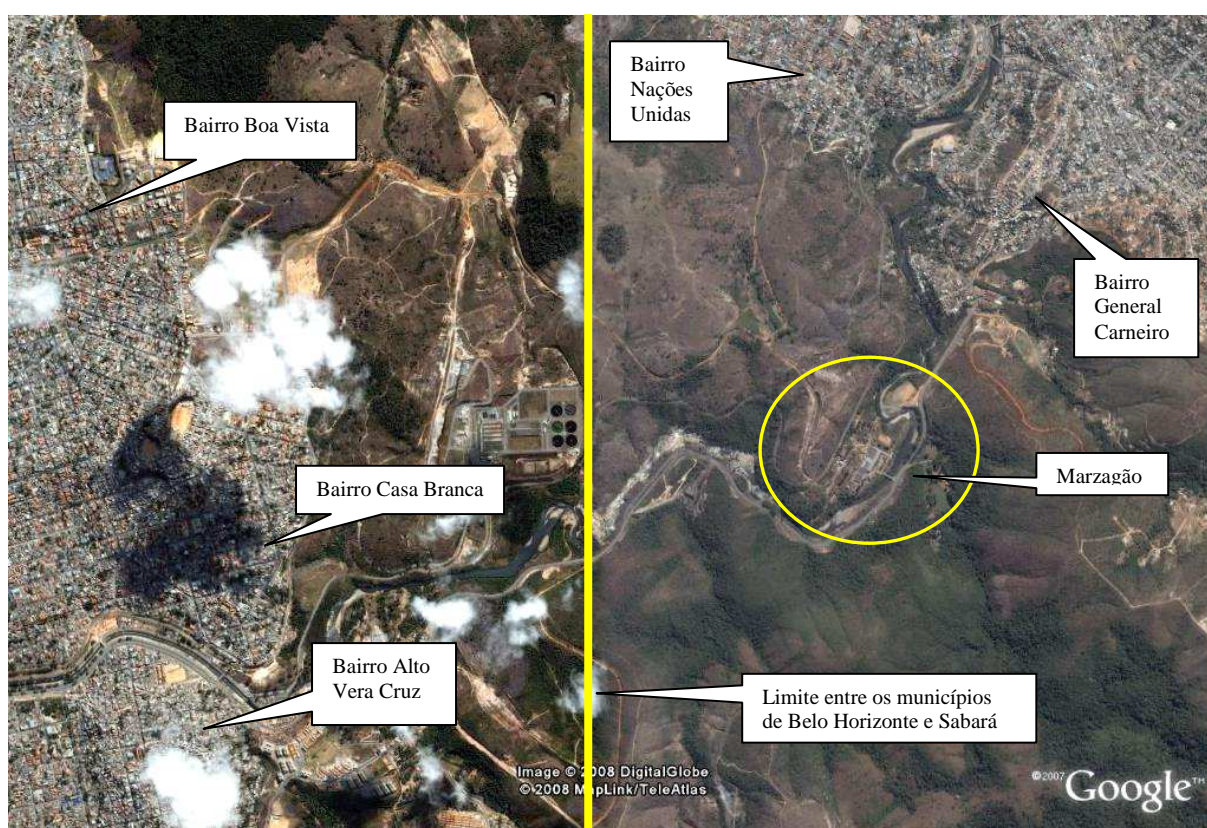


Imagem 17 – Vista panorâmica de Marzagão e seu entorno. Imagem de satélite disponível em: www.Maps.google.com

Na imagem de satélite, embora a escala apresentada esteja bastante reduzida, podem-se detectar as diferentes tonalidades que indicam as formas de ocupação. Pode-se perceber uma ocupação adensada nas áreas correspondentes aos bairros indicados que se formaram no entorno de Marzagão. Outra informação possível de ser detectada na imagem refere-se à

ambiência da vila que ainda preserva algumas características ambientais e áreas com cobertura vegetal relativamente preservada.

A relação de Marzagão com as políticas públicas de preservação começaram a se delinear a partir de meados da década de 1990, quando o antigo galpão do depósito de algodão da fábrica foi adquirido pelo Grupo de Teatro Kabana. A ocupação deste imóvel por esse grupo, em 1997, despertou o interesse dos novos proprietários para o estado de conservação das demais edificações que anteriormente compunham a vila operária de Marzagão. Sendo assim, foi criada no dia 01 de março de 1999 a Associação dos Amigos e Moradores de Marzagão - ACAMM. Esta associação tinha entre seus planos de ação criar instrumentos institucionais para a proteção e preservação do patrimônio edificado e das memórias do local. César Fernandes, diretor da ACAMM em 2001, afirmou que “[...] o objetivo da associação é garantir a qualidade de vida dos moradores e desenvolver atividades culturais e de lazer locais, uma vez que seus moradores gozam de tranquilidade e boa área verde.” (GUIMARÃES, p. 5).

A ação dos dirigentes da associação, em parceria com a comunidade local articulada com políticos de Sabará e Belo Horizonte, resultou em uma passeata que foi realizada no dia 11 de fevereiro de 2002. O então vereador do município de Belo Horizonte, Roberto Carvalho, enviou um comunicado à presidência do IEPHA-MG solicitando a presença de um representante desta e de outras instituições nos seguintes termos:

Com os nossos cumprimentos, vimos comunicar a V.sa. que faremos no dia 11/02/01 (Domingo), “Caminha pela Preservação Ambiental e Tombamento Histórico da Vila Marzagão”, com saída da Praça da Santinha, Casa Branca, às 09:00 horas, uma vez que a aludida vila está sofrendo deprecação, comprometendo seriamente o patrimônio histórico, que conta com construções antigas, bem como o ambiental. Para integrarem este movimento, de iniciativa das entidades comunitárias da região, estamos convidando a participar representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano da PBH, do IEF, do “Projeto Manuelzão”, do IBAMA, da Promotoria de Justiça e Meio Ambiente, da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente, da Fundação Estadual de Meio Ambiente. (IEPHA, 2002)

Este comunicado atraiu a atenção de algumas destas instituições que enviaram seus representantes para avaliar o caso. Algumas percepções acerca dessa demanda não foram unânimes. O então Secretário Estadual de Cultura, Ângelo Oswaldo, ao referir-se ao pedido de tombamento da antiga vila operária, em matéria publicada pelo jornal folha de Sabará, argumentou que não sabia se o tombamento seria o melhor a se fazer no local.

Não podemos partir de uma idéia pré-estabelecida achando que esta idéia pode ser aplicada em outros casos, pois na área do patrimônio histórico, nos envolvemos com

os sentimentos das pessoas, cada caso é um caso, apesar de termos todo um roteiro de normas e métodos, precisamos ter a sensibilidade de trabalhar cada caso. (FOLHA DE SABARÁ, 2001, p.3)

Mesmo diante de uma situação interpretativa ambivalente, o IEPHA-MG enviou equipe técnica para realizar um levantamento no local, que resultou na elaboração do Relatório de Avaliação para o Tombamento do Conjunto da Fábrica de Tecidos e Vila Operária de Marzagão em 20 de agosto de 2001. Tomando como referência a documentação e a pesquisa constante neste relatório, no dia 25 de agosto de 2002 foi realizada reunião do conselho curador do IEPHA-MG em que a instituição autorizou a abertura de um *dossiê* para o Tombamento Provisório do que foi denominado nesta ocasião como sendo o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Operária, Fábrica de Tecidos de Marzagão, e Vila Elisa – Distrito Carvalho de Brito em Sabará. No dia 25 de novembro de 2002 a proposta apresentada pela equipe técnica da Superintendência de Proteção do IEPHA-MG foi autorizada pelo conselho curador da instituição, começando assim o processo de tombamento do local.

De acordo com as premissas legais estabelecidas no Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937 e da Lei estadual nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, com suas respectivas alterações introduzidas pelas leis nºs. 8.828, de 05 de junho de 1985 e 11.258 de 28 de outubro de 1993, foram emitidas, em dezembro de 2002, a todos os proprietários dos imóveis de Marzagão, as respectivas notificações do processo de tombamento dos imóveis nas quais se verifica a argumentação da instituição da necessidade de tal ação pelo valor histórico, arquitetônico e paisagístico do conjunto citado.

De acordo com a Lei nº 11.258 de 28 de outubro de 1993, que reorganiza o IEPHA-MG:

[...] podem constituir os patrimônios cultural, histórico, natural e científico do Estado, classificando-se sob a denominação de bens culturais, os conjuntos urbanos, as edificações públicas e privadas de qualquer natureza ou finalidade, os sítios arqueológicos, espeleológicos, paleontológicos e paisagísticos, os bens móveis e as obras de arte integradas. (ALMG, 1993)

As ações previstas nesta lei para a proteção e manutenção destes bens culturais eleitos pelo IEPHA-MG se realizaram por meio de inventário, vigilância, tombamento, conservação, desapropriação e outras formas de acautelamento. O inventário visaria registrar os bens culturais e naturais, adotando para sua execução critérios técnicos de naturezas histórica, artística, sociológica, antropológica e ecológica. A vigilância seria proposta através de ação integrada entre as administrações municipais, estadual, federal e as comunidades envolvidas. O tombamento seguiria as determinações do Decreto Lei nº 25 de 1937, dos termos dispostos

na Lei correspondente do Estado de Minas Gerais nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, com suas respectivas alterações introduzidas pela lei 8.828, de 5 de junho de 1985. A conservação visaria assegurar a salvaguarda dos bens culturais, mediante a elaboração de projetos de legislação urbanística e de uso e ocupação do solo. A desapropriação incidiria, nos bens culturais considerados de notória relevância e que apresentassem risco comprovado de irreparável destruição e descaracterização.

As divergências entre propriedade privada e as conseqüentes restrições derivadas do processo de tombamento de imóveis sempre foram objeto de discussão no campo do conceito de patrimônio. O argumento baseia-se na impossibilidade de alterações dos imóveis tombados, previsto na lei, uma vez que os imóveis se tornariam intocáveis, não podendo ser destruídos ou mutilados. A questão da propriedade coloca-se entre uma das questões mais polêmicas que envolvem o tombamento como prática pública de preservação do patrimônio. Diante desses impasses entre os interesses públicos e privados, Nilo Lima de Azevedo e Tarcísio Rodrigues Botelho analisam:

No âmbito do direito privado, o papel primordial do Estado é garantir o princípio da isonomia – onde todos são iguais perante a lei. A isonomia é um princípio fundamental para qualquer democracia. Porém para que o princípio da isonomia seja aplicado é preciso perceber os vários matizes da sociedade. Em outras palavras, a intensa urbanização fez da cidade um centro plural de convergência, com diferenças econômicas e sociais que devem ser cuidadosamente consideradas pela lei. (AZEVEDO, BOTELHO, 2005, p. 45)

Alguns trechos do plano de ação dispostos na Lei nº 11.258 de 1993 apresentam possibilidades de interpretação ambivalentes. A atribuição de caráter de notória relevância a certo bem cultural seria uma determinação institucional, que implicaria em uma relação nem sempre amistosa entre o poder público e a propriedade privada. A questão da desapropriação e das restrições aos imóveis tombados volta a ser questionada no momento em que o conceito de bem cultural fica definido e é eleito por técnicos e pelo Conselho Consultivo da instituição pública responsável pela ação jurídica do tombamento. De acordo com a tramitação desses processos prevista no Decreto Lei nº 25 de 1937 e em sua correspondente Lei Estadual de Minas Gerais nº5.575 de 1971, o proprietário do bem que é notificado tem o prazo de quinze dias para anuir, ou não, ao tombamento. Havendo o pedido de impugnação no prazo legal o processo é encaminhado ao Conselho para conseqüente deliberação. Sônia Rabello de Castro, ao analisar o ato do tombamento e seus requisitos, afirma que:

Conforme previsto no Decreto Lei nº 25/37, a notificação era um dos elementos em função dos quais diferenciava-se o tombamento voluntário e o compulsório. Se o

proprietário anuísse ao tombamento, o bem era inscrito no livro do Tombo de ordem do diretor do Serviço. Caso o impugnasse, suas alegações, junto com a justificativa técnica dada pelo órgão, iria à apreciação do Conselho Consultivo; isto é, a impugnação gerava a necessária apreciação pelo Conselho Consultivo acerca do bem a ser tombado. Com o advento da Lei 6.292/75, entendemos que a deliberação do Conselho Consultivo é necessária para qualquer tipo de tombamento, tendo, com isto, igualado o procedimento administrativo do tombamento voluntário ao do tombamento compulsório. (CASTRO, 1991, p. 57)

A notificação teria um caráter prático de informação do processo administrativo instaurado e de sua legalidade. Em um processo de tombamento os interesses públicos expressos em seus atos administrativos sobrepõem-se aos direitos individuais. Neste sentido, a impugnação ao tombamento apresenta-se não como uma medida contestatória da lei, mas como um recurso administrativo.

Durante a tramitação do processo de tombamento de Marzagão a empresa União Rio Empreendimentos S.A. apresentou no dia 26 de dezembro de 2002 um recurso ao Conselho Curador do IEPHA-MG, manifestando-se contrariamente ao Pedido Provisório de Tombamento da vila operária e antiga fábrica de tecidos de Marzagão e Vila Elisa. Em exposição preliminar, constante no pedido de impugnação, o representante legal, o presidente da União Rio empreendimentos S.A e então Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais, Sr. Luís Roberto Nascimento Silva, alegou que o tombamento não seria a melhor opção para o aproveitamento da Fábrica e da Vila Operária. Neste documento o proprietário de parte dos imóveis tombados afirma que:

O relatório elaborado pelos membros do IEPHA-MG concentra uma grande parte de sua fundamentação numa longa análise da indústria têxtil desde o século XV até os nossos dias. Essa longa análise realmente representa uma síntese muito boa da origem e evolução da indústria têxtil, sendo, entretanto, mais uma análise de natureza sociológica de que propriamente um elemento para instrução de um processo de Tombamento. (IEPHA-MG, 2002)

Alegando inconsistência nas informações apresentadas pelo relatório elaborado pela equipe técnica do IEPHA-MG, o proprietário afirma que as referências feitas pelo autor Guimarães Rosa à Marzagão seriam meramente ilustrações literárias sem haver conotação específica com o local. Neste sentido:

Guimarães Rosa como diplomata residiu a maior parte da sua vida no exterior nos diversos postos de sua carreira diplomática nos quais escreveu grande parte de seus livros. Portanto, em sua obra tão intensamente mineira e universal, o que era importante não era a reconstrução factual da realidade, mas sim sua dimensão arquetípica atemporal. Nesse sentido todas as cidades mineiras especialmente do interior do Estado estão refletidas em sua obra. Como ele mesmo frisa em seu romance maior, clássico da literatura mundial, Grande Sertão Veredas: “o sertão está em toda parte”. (IEPHA-MG, 2002)

Dentre as argumentações expostas ao longo do pedido de impugnação estariam as referências à estrutura arquitetônica dos imóveis. O argumento sustenta-se na explicação de que a descaracterização arquitetônica do conjunto de edificações não permitiria a concepção do conjunto ou mesmo a referência ao que teria sido a vila operária. Visando explicitar as razões que fundamentariam a contrariedade da manutenção do tombamento dessas edificações, o proprietário afirma que:

Isoladamente elas podem interessar apenas na memória afetiva familiar ou individual. Mas isto não justifica o tombamento – tutela pública que delimita os interesses individuais do proprietário em nome de interesses mais amplos da sociedade, sempre de caráter cultural. Para que as construções remanescentes de Marzagão pudessem interessar uma memória coletiva, de caráter social e mesmo afetivo seria necessário que mantivessem a integridade das características urbanísticas e arquitetônicas da antiga vila. Nada disso pode ser observado na situação atual. Desse ângulo da questão eles carecem de requisito mínimo para justificar o tombamento.

Ora na situação em questão as construções em foco não são representativas de expressões artísticas, de sistemas construtivos ou de tipologias arquitetônicas notáveis, nem mesmo para o restrito âmbito local. (IEPHA-MG, 2002)



Imagem 18 - Vista Panorâmica de Marzagão. Fonte: Arquivo particular do autor. Foto de Rodrigo Pletikoszits de dezembro em dezembro de 2007.

Parte da contestação fundamenta-se na exposição que atribui o sentido necessariamente vinculado a um referencial restritivo da interpretação do patrimônio, vinculando o termo aos fatos memoráveis e à expressão de notáveis obras artísticas ou de grande valor estético e arquitetônico. Entretanto, mesmo se não consideradas as atuais

discussões e ampliações de sentido atribuídas ao patrimônio cultural enquanto uma categoria, o Decreto Lei nº 25 de 1937 já previa a classificação de patrimônio relacionando-o com outras possibilidades. No parágrafo segundo desta lei verifica-se que:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (DECRETO LEI nº 25, 1937)

Uma das intenções expressas pelo proprietário de parte do conjunto pode ser verificada no trecho do pedido de impugnação onde as propostas para o uso do local não seriam compatíveis com o tombamento. No intuito de sugerir a exclusão do processo de tombamento da propriedade designada Vila Elisa, a União Rio Empreendimentos argumentou que:

O engessamento que foi detectado com clareza na Vila operária e na Fábrica, que ainda possuem um pouco de atividade econômica, será fatal para um imóvel isolado como é a Vila Elisa. A União Rio Empreendimentos S.A tem procurado parcerias com outras empresas no sentido de atrair para o local uma ocupação nobre como uma empresa do ramo hoteleiro ou uma Instituição de Ensino, que gerem emprego e renda, que não tenham ação poluidora e que integram o empreendimento à natureza, elemento mais importante do conjunto. Evidentemente que qualquer parceria com a iniciativa privada ficaria prejudicada, pois nenhum hotel ou instituição de ensino iria se instalar num imóvel tombado nos termos propostos. Não se deve perder de vista que as mais recentes e exitosas atuações na área cultural brasileira tem surgido da associação do Poder Público com o Setor Privado. (IEPHA-MG, 2002)

A proposta de se criar usos destinados a atividades nobres em imóveis protegidos sugere uma reflexão sobre estudos referentes ao processo de *gentrificação*, ou enobrecimento, ocorridos em outros lugares e suas respectivas conseqüências para as comunidades locais envolvidas em tais processos. Embora esse conceito traga implicações teóricas mais abrangentes, pretende-se neste momento apenas apontar a importância do caráter mercadológico existente nas questões da preservação que envolvem a propriedade privada e o poder público. Para Rogério Proença Leite:

Essa dimensão mercadológica implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais, no sentido de possibilitar uma rentabilidade dos investimentos aplicados, acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar. Falar do patrimônio como mercadoria cultural significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio resultando numa espécie de “fetichização” da cultura. (2004, p. 65)

O IEPHA-MG anexou ao processo, em 23 de dezembro de 2002, a resposta ao recurso apresentado pela União Rio Empreendimentos apontando a contra-impugnação referente ao tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão. Neste documento a equipe técnica da instituição envolvida no caso contra-argumenta as exposições da empresa União Rio Empreendimentos S.A., expondo que:

A motivação do tombamento é a importante passagem do processo cultural do Estado que aqueles vestígios materiais estão a simbolizar, desde a sua fundação até o presente momento. Incluem-se, entre eles, a forma de organização espacial, os elementos arquitetônicos remanescentes e os vazios dos ausentes, as festas e memória dos moradores, a continuidade do uso de instalações da fábrica no ramo têxtil. (IEPHA-MG, 2002)

Na justificativa da manutenção do tombamento provisório do conjunto arquitetônico e paisagístico da fábrica de tecidos, vila operária de Marzagão e da Vila Elisa, os técnicos do IEPHA-MG anexaram ao processo uma representação encaminhada pela Câmara Municipal de Sabará em março de 2001 e o inquérito civil público instaurado pela promotora da Comarca de Sabará, Marise Alves da Silva. Estes documentos buscavam investigar problemas referentes a denúncias de degradação ambiental relacionados à Marzagão e às matas e jardins existentes junto à Vila Elisa. Nas informações posteriores constantes na contra-impugnação apresentada pela equipe técnica do IEPHA-MG foram citadas as mudanças no conceito de patrimônio cultural anteriormente citadas, constantes na Constituição Federal de 1988. No que se refere às conseqüências do tombamento, a instituição argumentou que:

Esclarecemos, ainda, que o tombamento, ao contrário do exposto pela Empresa “União Rio”, não pode ser entendido como “engessamento”, pois visa a preservação da integridade física do bem tombado, impedindo descaracterizações que o comprometam, e possibilitando sua conseqüente adaptação e revitalização para usos compatíveis que permitam a sua continuidade em proveito da sociedade. (IEPHA-MG, 2002)

Concluindo as argumentações expostas na carta de contra-impugnação elaborada pelos técnicos do IEPHA-MG, destaca-se a exposição sobre o tratamento da instituição quanto às restrições e possibilidades de utilização de bens tombados. Nesta exposição a instituição ressalta que não havia conflito entre os interesses públicos e os interesses privados. Segundo o documento:

A preocupação da recorrente quanto ao uso também é a do IEPHA/MG e de todas as instituições que trabalham com a preservação dos bens culturais. Desta forma, não há contradição ou conflito entre a possibilidade de instalação de instituições

hoteleiras ou de ensino, desde que os projetos sejam submetidos ao IEPHA-MG para análise e acompanhamento por seus técnicos especializados. (IEPHA-MG, 2002)

A defesa pela permanência do tombamento do local pelo parecer avaliado pelo Conselho Curador do IEPHA-MG considerou os seguintes atributos: “ *a importância do conjunto como expressão material do processo de industrialização em Minas Gerais, a importância do modelo da vila operária, a abertura de espaço para lutas sindicais, a importância arquitetônica, paisagística e ambiental do conjunto*” (IEPHA-MG, 2002).

O material apresentado pelos técnicos do IEPHA-MG para avaliação do Conselho Curador é finalizado, argumentando-se que:

A motivação para a proteção estadual do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Operária, Antiga Fábrica de Tecidos Marzagão e Vila Elisa representa somatório de fatores, entre eles destacando-se o importante processo econômico e sociocultural do Estado que aqueles vestígios materiais simbolizam.[...]. Importa reforçar, portanto, que não é o valor arquitetônico e urbanístico em si que dá exemplaridade ao conjunto. O critério valorativo é o da representatividade histórica e cultural e, não o da excepcionalidade estética de suas unidades ou do conjunto. A diversidade de seus elementos e as alterações físicas são fundamentais, pois constituem testemunhos das etapas de crescimento e declínio da fábrica, em uma escrita histórica que ainda está se fazendo. A esses valores agregam-se os paisagísticos e ambientais e, ainda, os da memória oral, com as festas, histórias e casos do cotidiano. (IEPHA-MG, 2002)

Em 26 de outubro de 2004 o foi deliberado o tombamento definitivo do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila operária, Fábrica de Tecidos de Marzagão e da Vila Elisa, segundo consta na ata da terceira reunião extraordinária constante no dossiê de tombamento do IEPHA-MG. A inscrição definitiva do bem como patrimônio cultural do Estado aguarda sua homologação e inscrição no livro de tomo.

A questão dos usos e atribuições a espaços e bens classificados como patrimônio cultural de interesse público não se desembaraça ou se configura através de determinações legais ou jurídicas. Dentre as propostas apresentadas para a utilização do espaço da antiga vila operária pode-se citar a constante na correspondência anexa ao processo de tombamento, enviada à Top Confecções – Marcel Philipe, no dia 10 de dezembro de 2001. Nessa correspondência a empresa de marketing cultural designada Palco Produções LTDA disponibilizou-se para elaborar um projeto de revitalização da área de Marzagão, com a criação de um lugar alternativo de cultura e lazer. Segundo a empresa, o empreendimento receberia a denominação de Estação Marzagão. Segue abaixo a transcrição do trecho em que a proposta foi apresentada:

Nosso projeto pretende manter o casario já existente bem como todas as antigas unidades de origem fabril. Acreditamos que o *Estação Marzagão* poderia se transformar num novo espaço alternativo de cultura e lazer especialmente se implementarmos uma área para shows ao ar livre, cuja necessidade de Belo Horizonte não atende. Nessa perspectiva será fundamental locar a área ao ar livre, bem como um estacionamento compatível com o novo fluxo de carros que ocorrerá no local. O *Estação Marzagão* seria um local multiuso adequado a congressos, convenções, simpósios, feiras e exposições, integrando-se ao circuito de cultura e lazer já existente ao longo da Av. dos Andradas, como Serraria Souza Pinto, Museu de Artes & Ofício, Casa do Conde Santa Marinha, Parque Municipal, etc. (IEPHA-MG, 2002)

O caso de Marzagão implica em pensar diversas questões pertinentes à noção de preservação patrimonial. Uma das preocupações presentes neste lugar relaciona-se com a questão ambiental. Quanto às matas adjacentes e do entorno do conjunto arquitetônico pertencente à antiga vila operária, existem determinações que propõem a preservação dessa área em nível municipal. Dentre os instrumentos jurídicos relacionados com a política de preservação e a ordenação do espaço físico-territorial, pode-se citar o Plano Diretor do município de Sabará, criado pela Lei Complementar nº 003/2004. Algumas premissas fundamentais expostas pelo plano diretor encontram-se expostas em seus objetivos estratégicos, dos quais se podem destacar: “*O estímulo às atividades econômicas e a proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental.*” (PLANO DIRETOR, 2004, p. 5-6). Nas diretrizes gerais expostas no plano diretor destacam-se: “II a revitalização e manutenção do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico municipal” e a diretriz número VII – *A proteção do meio ambiente natural pela adequação das atividades à legislação ambiental, pela despoluição dos recursos hídricos e pela promoção da educação ambiental no município*” (2004, p. 5).

O plano diretor do município de Sabará estabelece, em seu capítulo II, Áreas de Interesse Especial. São dispostas quatro áreas de interesse especial, a saber: proteção ao patrimônio cultural, social, ambiental e urbanístico. Sobre uma mesma área pode incidir mais de uma classificação. No conjunto arquitetônico e paisagístico de Marzagão incidem as diretrizes de proteção estabelecidas pelas disposições da área de proteção ao patrimônio cultural e ambiental. Segundo o artigo nº 10 do Plano Diretor do município de Sabará, as áreas de proteção ao patrimônio cultural “*correspondem às áreas comprometidas com a preservação da história do município, exigindo a adoção de medidas e parâmetros destinados à preservação da paisagem.*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ, 2004, p.7). Embora se tenha destacada a abordagem cultural na nomenclatura dessas áreas, elas são expostas de maneira que tende a privilegiar o patrimônio edificado. São categorizados como integrantes dessa área de interesse especial:

Sítios cujas características arquitetônicas e urbanísticas, apresentando edificações de alta qualidade arquitetônica, isoladas ou em conjuntos homogêneos, representativos de fases da história da cidade, exigem a adoção de medidas de preservação rigorosas de modo a manter sua configuração e valorizá-la. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ, 2004, P. 7)

A proposta de proteção do conjunto pelo IEPHA-MG ocorreria de maneira compartilhada às políticas de preservação municipais já existentes. As diretrizes propostas pelo IEPHA-MG para o local prevêm a necessidade de assegurar possibilidades de uso de todas as unidades, como aspecto fundamental para viabilizar sua preservação. Segundo a instituição, foram propostas possibilidades de uso do local destacando-se a “flexibilização das intervenções” e a “sustentabilidade do bem cultural”.

Seguindo as orientações das diretrizes propostas, novos usos foram atribuídos à parte dos galpões da antiga fábrica de propriedade dessa empresa de confecções. Após aprovado o tombamento do local em 2004, a Fundação Cultural Clóvis Salgado mantém no local, com incentivos da Secretaria de Estado da Cultura, o Centro Técnico de Produção (CTP), de artigos cenográficos e figurinos de peças teatrais produzidas para o Palácio das Artes. Tais proposições expressam de forma prática alguns dos diversos conflitos existentes entre a dinâmica econômica na utilização dos espaços com as questões da preservação do patrimônio cultural.

Transpondo as barreiras práticas e considerando as transformações ocorridas no campo das abordagens conceituais da noção de patrimônio cultural na atualidade, podem-se identificar, no caso específico de Marzagão, diversas categorias de inserção deste lugar. Uma possibilidade de análise e categorização de Marzagão estaria contida na noção de “patrimônio industrial”. As discussões referentes a este termo são relativamente recentes. No ano de 2003 foi criado o Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial. Profissionais das áreas de História, Sociologia, arquitetura e outras se reuniram em São Paulo no dia 15 de março de 2003 para discutir questões pertinentes a essa temática. Desse encontro tem-se como resultado a primeira carta produzida por seus integrantes com o intuito de discutir formas de preservação e identificação desta categoria de patrimônio.¹¹

Várias disciplinas e estudiosos como filósofos, economistas, sociólogos e historiadores, dentre outros, têm direcionado seus olhares para analisar o sistema fabril ocorrido após o início do processo conhecido como revolução industrial de fins do século

¹¹ As informações contidas sobre a criação do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial encontram-se disponíveis no site: www.patrimoniointustrial.org.br

XVII, no qual ocorreram diversas mudanças nas perspectivas econômicas, políticas, sociais e ideológicas. As análises feitas sobre os processos e mecanismos de dominação colocaram em pauta o ambiente fabril como objeto privilegiado. As questões levantadas por Marx e Engels no século XIX e atualizadas por autores como Thompson (1987), Hobsbawn (1987) e outros, podem traçar um trabalho arqueológico da trajetória do trabalho associado às questões referentes ao mundo do trabalho em núcleos fabris. Diante dessa possibilidade de observação arqueológica de elementos constitutivos do universo fabril, elementos comuns ao cotidiano e às contradições existentes na relação entre capital e trabalho podem passar a se configurar objetos de análise associados ao campo do patrimônio cultural.

Ao citar a diversidade possível de se salvaguardar uma quantidade quase infinita de imagens, objetos e relatos identitários da cultura a partir da leitura do patrimônio na contemporaneidade, Henry Pierre Jeudy afirma, ao relacionar estas práticas às memórias que:

Da restituição das identidades culturais a um tratamento das memórias coletivas, as razões de mobilizar a própria idéia de conservação constituem a lógica dessa reabilitação do sentido. E entretanto, as palavras “patrimônio”, “memória coletiva” ou “identidade cultural” perderam seu poder conceitual, tornando-se expressões vagas que acabam designando o próprio esvaziamento do seu sentido. Elas aparecem como “palavras de ordem” para programas sócio-culturais cada vez mais repetitivos e equivalentes entre si. (1990, p. 2)

A noção de patrimônio foi se tornando, aos poucos, em um mosaico fragmentado. Atualmente, construir ou destruir seriam possibilidades designadas ao patrimônio cultural. Reconhecer novas categorias de patrimônio cultural como o patrimônio industrial são possibilidades construídas atualmente em um contexto de ampliação dos conceitos de patrimônio e de cultura. O apego aos relatos sobre o trabalho, desde a era industrial, estiveram atrelados à noção de lucratividade. Realizar o tombamento de um núcleo de moradias que remete ao ideal emancipatório do trabalho corresponde à reafirmação do trabalho enquanto atividade em que o ser humano se realiza e se torna mais civilizado e disciplinado. Em épocas de reestruturação dos modos de produção, exaltar o trabalho é uma exigência quase que moral para aqueles que podem e devem trabalhar.

Entretanto, essas não seriam as únicas hipóteses existentes para se preocupar em realizar a salvaguarda de um determinado lugar. Os valores e a bagagem cultural existentes na construção das memórias do lugar com relações sociais específicas, resultam em diferentes variáveis. Essa idéia apresenta-se enquanto um desafio, embora possa representar a lógica de preservação cultural tradicional, se interpretada a partir de referenciais que são eleitos por instituições e técnicos que forjam e legitimam essas tradições.

Reapropriar o sentido do termo patrimônio pode, ao mesmo tempo, reconhecer uma pluralidade de elementos culturais ou resignificar o conceito e as atribuições das memórias. Reconhecer o patrimônio cultural industrial de Marzagão pode ou não atribuir valores a determinados modos de vida ou, até mesmo, cristalizar estas formas enquanto práticas louváveis e progressistas do trabalho. A apropriação de valores humanos pode conduzir a um imaginário questionamento das memórias sociais coletivas.

No jogo em que a memória vinculada ao passado encontraria o movimento rotineiro da preservação patrimonial, o fim seria previsível, no momento em que o trabalho se apoderaria de grandes valores humanos para se compor. Neste momento, o passado projeta-se para o futuro em uma busca por si mesmo. O passado se torna a resposta do presente. O passado que simboliza uma semente fértil para um futuro próspero. Segundo JEUDY:

A própria idéia de novo patrimônio supõe ideologicamente a tentativa de domar e ultrapassar o luto para instaurar investigações culturais que, embora admitindo implicitamente gerir coisas mortas, apresentam projetos, avivem crenças num futuro patrimonial múltiplo e gerador de diferenças ativas. (1990, p. 12-13)

Continuando sua exposição e relação entre as memórias e o patrimônio, este propõe que:

A memória coletiva da “cotidianidade” foi valorizada pelo método sociológico das “histórias de vida”. Esse método, associado à démarche de uma etnologia regional, concorre para a quebra do círculo vicioso de uma obsessão pela conservação, reabilitando o papel fundamental do vivido nas transformações culturais. Se a constituição de um patrimônio reúne, na própria complexidade de sua realização, o trabalho sobre as “histórias de vida” e a investigação etnológica, ela é ainda mais profundamente confrontada com seus próprios paradoxos. O patrimônio não é o depósito da memória. Se se reduzisse a tal coisa, acabaria sendo um obstáculo aos movimentos da memória. (JEUDY, 1990, p. 13)

Nas sociedades modernas, marcadas por características culturais cada vez mais racionalizadas e objetificadas, cada indivíduo ou cada grupo seria passível de reivindicar a necessidade de preservar seus próprios patrimônios, o que geraria uma necessidade exagerada de demandas para classificação de bens como sendo patrimônios culturais. Se considerarmos que para preservar necessitamos, antes, classificar e colecionar, surge um impasse acerca da responsabilidade e da legitimidade do que se pode chamar de “guardiões do patrimônio”. Definir os bens que devem ser os fiéis depositários da memória e da identidade pressupõe uma tarefa calcada na relação dicotômica de seleção e exclusão.

A abrangência conceitual na abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a retomada do conceito antropológico de cultura como “tudo o que caracteriza uma população

humana” ou como “o conjunto dos modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social” (SANTOS, 1999), ou ainda como “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência” (BOSI, 1993), inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através das idéias da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas.

A atribuição de valor a um determinado bem considerado como de interesse comum por uma instituição responsável pela seleção do que pode vir a ser um patrimônio cultural revela uma relação de autoridade e poder. O significado de um objeto é inerente a ele em seu caráter formal e passa a ter outros a partir da interação com o indivíduo que o utiliza.

Desta forma, a materialidade de um objeto surge das utopias de quem o projeta. Os usos e a atribuição de valor, bem como os possíveis significados derivados da relação interativa entre o indivíduo e o objeto, podem criar situações em que para determinadas culturas alguns bens podem ser considerados patrimônios culturais e para outras não.

Cada grupo social, seja uma família ou uma nação, ao pleitear o título de patrimônio cultural de um determinado bem que articula e expressa sua identidade e sua memória o faz no tempo presente tendo como referência as práticas vividas no passado, vislumbrando a preservação para as futuras gerações.

A possibilidade de um bem ser considerado patrimônio cultural depende do nível de “ressonância” ou seja, do reconhecimento de setores da população que transcende os aspectos formais do bem.

Malinowski ao observar o *Kula*¹² nas ilhas Trobriand verificou que o valor dos objetos compartilhados durante a execução do ritual não se encerrava em seu valor econômico ou artístico, mas o ritual em si era carregado de significados que eram valorizados e caracterizantes da cultura dos trobriandeses.

Uma ponta de flecha, um cachimbo de argila, um pedaço de renda de bilro, uma peteca de palha, um soldadinho de chumbo e uma boneca de pano, por exemplo, configuram-se a partir da conjugação de saberes, de técnicas, de trabalhos, de valores e de elementos da natureza. Quando um determinado artefato, incide, por algum motivo uma ação preservacionista, disposta a enquadrá-lo na categoria de patrimônio cultural, é para essa conjugação complexa que essa ação está apontando. (CHAGAS, 2003, p. 96)

Enxergar o patrimônio em uma relação dialética com a cultura supõe um olhar habilidoso, cauteloso e denso sobre as culturas. Um etnólogo em seu exercício de observador

¹² O Kula seria um sistema de trocas intertribal no qual os objetos trocados são muitas vezes colares conchas e braceletes. O valor desses objetos reside na continuidade da transmissão e não no seu valor mercadológico.

atento pode se aproximar com mais facilidade do terreno do patrimônio cultural. Luis da Câmara Cascudo, ao realizar um estudo em seu livro *Rede de Dormir: um estudo Etnográfico*, desvela uma teia de significados existentes nesse objeto presente na prática cotidiana da cultura brasileira perpassando por toda estrutura da vida social e cultural. Desta forma:

Os objetos materiais e as técnicas corporais, por sua vez, não precisam ser necessariamente entendidos como simples “suportes” da vida social e cultural (como tendem a ser concebidos em boa parte da produção antropológica). Mas podem ser pensados, em sua forma e materialidade, como a própria substância dessa vida social. (GONÇALVES, p.23 2005)

O patrimônio cultural construído ou inventado passa a ser transmitido pelas gerações atuando como intermediador entre a materialidade e a subjetividade. Se pensarmos nas possibilidades de apropriação do patrimônio cultural transitaremos em um terreno escorregadio no qual os interesses individuais podem desencadear a criação de patrimônios espetacularizados, dissociados daqueles que deveriam se sentir parte deles vivenciando as experiências da criação e da transformação.

Se o sentido de preservar estiver presente na tentativa de preservar as memórias e os traços identitários de determinado grupo ou cultura, os atributos significativos intrínsecos aos artefatos transformam os objetos materiais em lugares da memória, apropriando a expressão utilizada por Pierre Nora. A existência material de objetos que perpassam as gerações transporta para além de sua integridade física uma verdade objetiva, enquanto os discursos sobre esses objetos podem ser inconstantes ou falseados.

Repensar os significados da materialidade patrimônio não significa esquecer a memória ou falsear as identidades. Para José Reginaldo Gonçalves:

[...] entre o patrimônio e as formas de autoconsciência individual ou coletiva existe uma relação orgânica e interna e não apenas uma relação externa e emblemática. Em outras palavras, não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio.” (2005, p. 27).

A construção de uma nova qualificação para o patrimônio, calcada na imaterialidade, proporciona a ampliação e flexibilização do conceito de patrimônio, valorizando a concepção de aspectos da vida social e cultural.

Essa culturalização do termo patrimônio só se torna efetiva na medida em que os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, bem como os rituais e festas que marcam a vivência, a visão coletiva do trabalho, as práticas da vida social

compreendidas nos espaços onde se concentram e reproduzem as práticas culturais coletivas, passarem a ser interpretadas segundo o conceito de Marcel Mauss enquanto um “fato social total” criando uma relação dialética entre materialidade e imaterialidade, o social e o simbólico. Quanto aos fenômenos ou fatos sociais totais podemos dizer que:

[...] exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições. (MAUSS, *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1979, p.30)

A ampliação da noção de patrimônio cultural associada ao processo da globalização pode produzir enquanto possibilidade um efeito de inclusão ou reconhecimento como patrimônios mundiais aspectos culturais de comunidades até então consideradas primitivas ou exóticas.

[...] a preservação dos denominados “bens culturais tangíveis” busca e assenta a sua justificativa não na materialidade dos objetos, e sim nos saberes, nas técnicas, nos valores, nas funções e nos significados que representam e ocupam na vida social. Assim, é possível sustentar que aquilo que se quer preservar como patrimônio cultural não são objetos, mas os seus sentidos e significados; ou seja, aquilo que confere sentido ao bem tangível e intangível. Essas noções simples favorecem o entendimento de que a preservação de um aglomerado de bens (tangíveis ou intangíveis) não constitui por si só um patrimônio. É preciso que tanto o remetente quanto o destinatário dessa prática social reconheçam e agreguem valores a esse mesmo aglomerado de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra (perspectiva diacrônica), como também poderá ser partilhado numa mesma geração (perspectiva sincrônica). (CHAGAS, 2003, p. 96-97)

O reconhecimento e a interpretação das mais diversas expressões humanas, se delineadas dentro da concepção da expressão patrimônio cultural, contribui para a ampliação desse conceito, favorecendo a inclusão e difusão de hábitos, costumes, tradições, crenças, enfim, todo um acervo de realizações materiais e imateriais da vida em sociedade. Pode-se dizer que o processo de culturalização do patrimônio perpassa por situações muitas vezes conflituosas, representadas de um lado pelas políticas públicas de preservação patrimonial que podem atuar como mecanismos de sacralização do patrimônio cultural e de outro pelas práticas sociais dinâmicas que significam e atribuem dinamismo à cultura patrimonial.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do espaço e os significados dados e construídos sobre o lugar que ficou conhecido como Marzagão ocorreram ainda no século XVIII. Marzagão, que foi primeiramente uma fazenda, alterou sua estrutura física e passou a contar com novas relações e atores sociais na medida em que uma fábrica de tecidos ali se instalou.

A estrutura fabril, as relações de poder entre patronato e operariado e o tipo de ocupação e distribuição do espaço edificado, contribuiram para a transformação do cotidiano dos habitantes desse lugar.

A fábrica de Marzagão surge em um período de mudanças nos modos de vida e no processo de desconstrução das cidades e dos padrões de comportamento coloniais. Em fins do século XIX e início do século XX, padrões republicanos propunham a modernização e a racionalização da infra-estrutura urbana. A indústria apresentava-se como um símbolo da modernidade. As vilas operárias surgiram no Brasil, neste período, como lugares funcionais e proclamadores do progresso.

As relações de poder desenvolvidas pelos dirigentes da fábrica e a submissão dos funcionários demonstram uma prática de qualificação da mão-de-obra fabril fundada em padrões disciplinares expressos, muitas vezes, em discretos mecanismos de dominação.

O modelo construtivo que agregava a unidade fabril com a residência dos operários e toda uma infra-estrutura para a gestão do local foi utilizado em outros núcleos fabris durante as primeiras décadas do século XX.

A temática do trabalho perpassa toda a trajetória histórica da vila de Marzagão. As interpretações sobre o trabalho tornaram-se variáveis em diferentes períodos e contextos históricos. As narrativas oficializantes da história da fábrica tendem a criar uma imagem de um lugar onde não existiam conflitos. A exploração do trabalho infantil e as longas e exaustivas jornadas de trabalho não são relatadas, mesmo pelos operários, como um problema. No período anterior à era Vargas, questões trabalhistas praticamente não eram discutidas em Marzagão. O acesso aos direitos sociais ocorriam através da negociação entre o empresário e os operários.

O perfil da elite industrial mineira, assim como dos dirigentes da fábrica de Marzagão, é narrado em dicionários biográficos e revistas de Belo Horizonte como condutores do progresso e referenciais de justiça e benevolência.

A decadência do sistema produtivo de Marzagão facilitou a atuação do movimento sindical no local, que com suas particularidades, fragilizou o sistema de trocas existentes na relação paternalista entre operário e patrão.

Embora boa parte dos relatos e das narrativas históricas se refiram a Marzagão como um lugar de prosperidade econômica, parte da história desse lugar parece ficar esquecida. As contradições do mundo do capital e do trabalho e a noção de uma memória social múltipla e seletiva deve ser considerada. A história oral enquanto metodologia qualitativa pode contribuir para a compreensão mais ampla de determinados aspectos de construção das memórias. Em uma análise dos depoimentos coletados verifica-se que os envolvidos criaram uma relação afetiva com o lugar e pouco se percebe nesses relatos informações sobre as conseqüências da decadência e abandono do lugar. As ausências e omissões também pode representar ou afirmar determinadas proposições no processo de construção das memórias. Considerar e reconhecer as múltiplas possibilidades das narrativas sobre Marzagão podem contribuir para a construção dos significados atribuídos a esse lugar que transitam entre o tempo passado e o tempo presente. A leitura múltipla do passado pode resignificar o presente e promover novas interpretações futuras.

O tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Marzagão fez surgir diversas discussões sobre a relação dos atores envolvidos com os gestores de políticas públicas que atuam na área da preservação do patrimônio cultural.

A consolidação da idéia de preservação do patrimônio cultural surgiu no Brasil, assim como em outros países, em um momento que as instituições públicas voltadas para essa prática se estruturaram no decorrer do processo de definição da noção de Nação. O tombamento foi a prática de política pública mais utilizada pelos gestores da área de preservação patrimonial. Tendo em vista a autonomia do Estado em identificar e classificar os bens patrimoniais, verifica-se algumas contradições entre os interesses públicos e privados quando a ação estatal chega a interferir na propriedade privada. Embora na década de 1930, no projeto dos modernistas, fosse inegável a abrangência do que poderia compor o rol do patrimônio nacional, os bens tombados voltaram-se prioritariamente para elementos arquitetônicos, com referenciais religiosos, com ênfase no estilo barroco. Essa prática vem sendo discutida por estudiosos de várias áreas do conhecimento como historiadores, antropólogos, sociólogos e arquitetos. As mudanças conceituais ocorridas a partir das décadas de 1970 e 1980 produziram uma ampliação na concepção e interpretação do patrimônio que sinalizaram para a incorporação de experiências culturais múltiplas, redefinindo os parâmetros da preservação patrimonial. Assim, surgem durante esse processo questões referentes à

memória social de sujeitos antes deixados à margem. A ampliação do entendimento conceitual não exclui a possibilidade de se manter o caráter excludente nas práticas de preservação patrimonial. O que se pode chamar de processo de “culturalização do patrimônio” fez surgir um extenso leque de possibilidades quanto aos elementos que podem ser considerados patrimônio cultural.

A noção de patrimônio que ultrapassa os limites do edificado passou a ser valorizada em diversas análises sobre o conceito de patrimônio imaterial a partir da década de 1990. A valorização ou não de aspectos culturais e memórias de atores sociais antes não considerados, passam a contar, com elementos de proteção na legislação pública sobre patrimônio cultural a partir do ano de 2000, com o decreto lei nº 3553. Neste momento é que se criou na legislação brasileira uma maneira jurídica e institucional para se registrar os bens classificados como constituintes do patrimônio categorizado como imaterial. Os debates e delimitações do que vem a compor o patrimônio imaterial encontram-se em pauta nas agendas de comunidades envolvidas, dos estudiosos de várias áreas do conhecimento e dos gestores públicos. Novas categorias foram criadas e pensadas para o conceito de patrimônio cultural. O Conjunto arquitetônico e paisagístico de Marzagão não apresenta características estéticas, artísticas, estilísticas ou excepcionalidade arquitetônica presentes na maioria dos bens que foram categorizados como patrimônio cultural ao longo das políticas públicas de preservação no Brasil. O patrimônio pensado para além das determinações da cultura barroca amplia o conceito e agrega novas identidades, entretanto, dificulta a identificação e a catalogação de acervos e bens.

No caso de Marzagão a questão da propriedade entrou em conflito com as intenções e ações propostas pelo tombamento. A noção de que as propriedades privadas tombadas sofrem desvalorização por não poderem ser alteradas foi um dos argumentos contrários ao tombamento do local.

A importância histórica foi uma das principais motivações defendidas pelo IEPHA-MG para o tombamento de Marzagão. Neste caso, o conjunto arquitetônico seria apenas uma espécie de moldura dos quadros sociais, da trajetória histórica e da construção das memórias deste lugar. Se pensarmos que o tombamento prevê um acautelamento do patrimônio edificado, verifica-se certa insuficiência da política de preservação adotada no local em conciliar o que seria o patrimônio material e o imaterial. A construção das memórias não é uma ação material, sendo assim o tombamento não alcança determinadas dimensões que atribuem um caráter valorativo a Marzagão.

Os significados do patrimônio edificado surgem da leitura e interpretação das relações sociais estabelecidas em épocas e sob olhares de variadas narrativas. Os aspectos culturais e a construção múltipla das memórias, que caracterizam aspectos intangíveis ou imateriais do patrimônio, não são alcançados pela prática de preservação do tombamento. Destarte, instrumentos públicos de preservação criados para se registrar o patrimônio imaterial podem, em certa medida, afastar a indissociável relação entre o que é material e as construções culturais imateriais.

Algumas questões pertinentes à preservação patrimonial ainda perduram desde a Revolução Francesa. A exclusão e o abandono de objetos considerados “menores” reforçam estas tendências. A persistente ambivalência entre destruição e a conservação ainda são latentes. A ameaça de desaparecimento e a consagração de signos culturais têm sido estimuladas no presente, quando as noções de coletividade, as memórias e as identidades buscam uma constante afirmação de si.

No caso do patrimônio industrial, as lembranças e a desestruturação dos valores e dos modos de vida podem remeter a um ritmo de inovação tecnológica e uma dinâmica contemporânea que se auto-destrói em nome do progresso, contrapondo a lógica da preservação. O tombamento de Marzagão demonstra que a noção de monumentalidade encontra-se ainda em discussão. As transformações técnicas pré-supõem uma destruição inevitável de um conjunto de signos culturais que tendem para o desaparecimento de certas práticas culturais.

Tais questões demonstram que a salvaguarda, o reconhecimento e os níveis de ressonância de um determinado objeto na sociedade dependem de uma reflexão coletiva em um campo de discussão que transita continuamente, em esferas de poder, entre o passado e o futuro, o novo e o velho, a preservação e a destruição.

6 – PESQUISA DOCUMENTAL

Fontes Pesquisadas:

Arquivo do Centro de Memória do Sistema FIEMG

Arquivo Público Mineiro - APM

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - APCBH

Associação dos Amigos e Moradores de Marzagão - ACAMM

Fundação João Pinheiro

Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG

Programa de História Oral da FAFICH/UFMG

Secretaria Municipal da Fazenda de Sabará

7 – DEPOIMENTOS ORAIS

Sra. Iraci Coelho dos Santos. (Dona Ceci). Ex-operária da fábrica de tecidos e atual moradora do local. Depoimento oral concedido à Rodrigo Pletikoszits de Ávila em agosto de 2007.

Sra. Ermelinda de Souza Cândido. Ex-operária da fábrica de tecidos. Depoimento oral concedido à Rodrigo Pletikoszits de Ávila em fevereiro de 2007.

Sr. Mauro Xavier. Proprietário do antigo depósito de algodão. Depoimento oral concedido à Rodrigo Pletikoszits de Ávila em junho de 2007.

Sra. Nizia dos Santos. Ex-operária da fábrica de tecidos e atual moradora do local. Depoimento oral concedido à Rodrigo Pletikoszits de Ávila em agosto de 2007.

Sr. Paulo de Tarso Barbosa Passos. Ex-morador do local e filho do chefe do escritório. Depoimento oral concedido à Rodrigo Pletikoszits de Ávila em agosto de 2007.

Sr. Pedro Nogueira da Gama Júnior. Ex-morador do local e filho do chefe da estação. Depoimento oral concedido a Rodrigo Pletikoszits de Ávila. Data: abril de 2007.

Sra. Selma Melo Miranda. Ex-moradora de Marzagão e arquiteta responsável pela elaboração do parecer técnico para avaliação do Conselho Curador do IEPHA-MG. Depoimento oral concedido à Rodrigo Pletikoszits de Ávila em setembro de 2007.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1873 - RELATÓRIO com que o Sr. Senador Joaquim Floriano de Godoy, no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da província de Minas Gerais ao 2º vice presidente Exm Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belém por ocasião de retirar-se para tomar assento. Ouro preto 1873. p.31.

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

A CAPITAL. Belo Horizonte, 12 de agosto de 1897.

A GAZETA SABARENSE. Sabará, 2ª quinzena de janeiro de 1961, nº 9. p. 1.

ALVA, Eduardo Neira. *Metrópoles (In)Sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ANDRADE. Mário de. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 30, p. 271-287, 2002.

ANTUNES, Ricardo L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 258p.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Lei nº 11.258 de 28 de outubro de 1993, que reorganiza o IEPHA-MG. Disponível em: <http://hera.almg.gov.br/>. Acesso em: Janeiro de 2008.

AZEVEDO, Nilo Lima de. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito?*. Revista de Ciências Sociais Unisinos. nº 41. São Leopoldo, 2005. p. 43-52.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971. p.116.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva – História Antiga*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. v.1.

BARRETO, Iracema. *Protesto pede tombamento da Vila Marzagão. Hoje em dia*. Belo Horizonte, 12 fev. 2001. Caderno Minas, p. 4.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária: Fund. Getúlio Vargas, 1984. V. 1, p. 480-481.

BENJAMIN, W. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 198.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *O empresário Brasileiro: Um estudo comparativo*. Belo Horizonte: Ibmec working paper, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2004. 219p.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo. T.A. Queiroz, 1979.

CAMPOS, Luiz Fernando. Um novo espaço para a arte. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 19 mar. 2003. Caderno de cultura, p. 4.

CANANI, Aline S.K.B. “Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, no. 23, p. 163-175, jan/jun de 2005.

CANÇADO, Mello. CARVALHO de Brito - O pioneiro. *Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Minas*. Gerais Vol. XV., 1972, Pag.114.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Introdução a uma leitura de Marcel Mauss*. In: *Mauss*. São Paulo: Ática, 1979.

CASTEL, Robert, “*As Metamorfoses da Questão Social – Uma crônica do salário*”, 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1999, tradução: Iraci D. Poleti;

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 6.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES. Antônio Gonçalves. *Fala dirigida à assembléia Provincial de Minas Gerais na segunda sessão da 24ª legislatura, em 2 de agosto de 1883*. Tipografia do Liberal Mineiro, Ouro Preto, 1883, p. 42.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar & Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHARTIER ROGER, *A História Cultural entre práticas e representações* Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades : uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988.

CORREIA, Telma de Barros. *De vila operária a cidade - companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.4 , p.83-98, mai.2001.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DECRETO-LEI Nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

DECRETO Nº 42.505, DE 15 DE ABRIL DE 2002. Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. LE VEM. Michel Marie. *Marzagânia: Fábrica operária e movimento sindical*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, Nº 73, 1991. p.155-172.

DICIONÁRIO Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889 – 1991. Belo Horizonte: ALEMG, 1994, V. 1, p. 116-117.

DURKHEIM, Émile, “*Da Divisão do Trabalho Social*”, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1995, Tradução: Eduardo Brandão, págs. 85 à 109 e 409 à 432

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NOÇÕES. Carta de Atenas. 1931.

ESPING-Anderson. *As três economias do welfare state*. Revista Lua Nova, nº 27. CEDEC. Set. 1991.

FOLHA DE SABARÁ. Comunidade promove evento para tombamento no bairro Marzagão. Sabará, mai. 2000. p. 3.

_____. Secretário vê criação de um pólo cultural. Sabará, jun. 2000. p.3.

_____. Um passeio pela história de Carvalho de Brito. Sabará, abr. 1999. p. 2.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: A política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24*, p. 153-163, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. (Org. Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FRANCO, Eduardo. A História Vai sumindo... *Jornal de Opinião*. Sabará, 22 a 28 mai. 2000, p. 15.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREITAG, Bárbara. Utopias Urbanas. X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, Fortaleza, set/2001.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta, 2001.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Brasília: Editora UNB, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O Patrimônio como categoria do Pensamento* In *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. (Org. Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *Ressonância, Materialidade, Subjetividade: as culturas como patrimônios*” *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: ano 11, no. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUIMARÃES, Elian. Vila histórica ameaçada. *Diário da Tarde*. Belo Horizonte, 17 mai. 2001. Caderno Grande BH, p. 5.

HABERMAS, J. *A nova intransparência*. Novos estudos. Cebrap nº 18. São Paulo.1987

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1999.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *Curso moderno de filosofia: introdução à filosofia das ciências*. Rio de Janeiro : Biblioteca Universitária Freitas Bastos, 1976. p.196 à 200.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico – VII recenseamento geral*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da fábrica de tecidos e vila operária de Marzagão*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, *Relação das Cartas patrimoniais*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em : novembro de 2007.

JACOB, Annie. H. Vérin. *Emergência do valor social do trabalho no pensamento econômico do século XVIII*. Tradução: Leila de Melo Franco Sarieddine Araújo. Paris: L'Harmattan, 1995.

JEUDY, Henri –Pierre. *Memórias do social*. Tradução Márcia Cavalcante. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Enciclopédia Einaudi, vol. 1) : 95-106, 1984.

LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961.

LEI Nº 11.258, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993. Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e dá outras providências.

LEITE, Rogério Proença. *Lugares da política e consumo dos lugares: Nação e patrimônio cultural*. In: *Contra usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas Editora Unicamp, Aracaju: Editora UFS, 2004. P. 34-95.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação do trabalho em uma economia escravista – Minas gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPES, Jair da Cruz. *Memórias e acontecimentos de Marzagão*. Belo Horizonte: [s.n.], 2001.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Vila do Marzagão – Diagnósticos para uma intervenção*. Belo Horizonte, Monografia (Especialização). UFMG, 2003

MAGALHÃES, Cristiane Maria. *Mundos do Capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930)*. Dissertação (Mestrado). UFMG, 2006.

MATA, Jaqueline da. Comunidade quer salvar a Vila Marzagão. *Hoje em dia*. Belo Horizonte, 17 mai. 2001. Minas , p. 8.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. Monumento para quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967). Belo Horizonte, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC-MG.

MINAS GERAIS. Lei nº 5775, de 30 de setembro de 1971.

MOREIRA, Danielle Couto. *Arquitetura ferroviária e industrial: O caso das cidades de São João Del-Rei e Juiz de Fora [1875-1930]* Dissertação, USP. São Carlos. 2007.

MOTA, LIA. *A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global*. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. P. 255-287.

NOSSA COMUNIDADE GENERAL CARNEIRO, DISTRITO CARVALHO DE BRITO. (publicação mensal). Ano 1, edição 00. General: seu povo e sua história. Sabará, abr. 1999.

O APÓSTOLO, 14/4/1893, p. 4

O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 08 de janeiro de 1893.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Formas de Organização da Propriedade na Indústria Têxtil Mineira do Século XIX*. In: 20 anos do seminário sobre economia mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, p. 197-225, 2002.

OLIVEN, Ruben George. *Patrimônio intangível: considerações iniciais: In Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. (Org. Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

PACHECO, Daniela Paiva. IEPHA estuda tombamento do Marzagão. *Gazeta Mercantil*. Belo Horizonte, 13 ago. 2001. Minas Gerais, p. 8.

PACHECO, Daniela Paiva. População quer revitalizar distrito do século XIX. *Gazeta Mercantil*. Belo Horizonte, 13 ago. 2001. Caderno cultura, p. 8.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p.279-290.

PESSÔA, José. Lúcio Costa: *Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro, Minc/IPHAN. 1999.

PINTO, Júlio Pimentel. *Os muitos tempos da memória*. Projeto História. Nº 17. São Paulo: Fapesp, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. *Plano diretor do município de Sabará*. 2004.

PROUST, Marcel. *No caminho de swann*. Em busca do tempo perdido. Vol I, Tradução Fernando Py. São Paulo: Ediouro, 1992.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: 1890-1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REVISTA BELLO HORIZONTE. O parque industrial do Marzagão, uma grande uzina de trabalho. Belo Horizonte, ano 1, nº 6, 30 set. 1933.

RIANCHO, Antônio. *Por Montes e Vales*. In: Revista do arquivo público mineiro. Ano 1. Belo Horizonte, 1896. p. 23-35.

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia: terceiras estórias*. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

RUBINO, Silvana. *O mapa do Brasil passado*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, nº 24, 1996.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização: In *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. (Org. Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SANTOS, José Luís dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. Edusp. São Paulo, 2003.

SILVEIRA, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 1354-1373.

SIMMEL, Georg. *El Espacio y la sociedad* In: SIMMEL, Georg. Sociologia: estudios sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25.

STANLEY, J. Stein. *The brazilian cotton manufacture: textile enterprise enan underdeveloped area, 1850-1950*. Harvard University Press: Cambridge/Massachussets, p. 26-29, 1957.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOUCHARD, Jean. *História das Idéias Políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, v 5.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1661, ano X.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Faculdade de Letras; Minas Gerais. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano, 1889/1991*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 1v.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana : um estudo de antropologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

WERNECK, Gustavo. Líderes comunitários querem o tombamento de distrito em Sabará. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 15 mai. 2000. Caderno Gerais, p. 25.

_____. Conflito de interesses em Vila de Sabará. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24 fev. 2003. Caderno Gerais, p.22.

_____. Luta para preservar casario de Marzagão. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 16 mai. 2001. Caderno Gerais, p. 25.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)